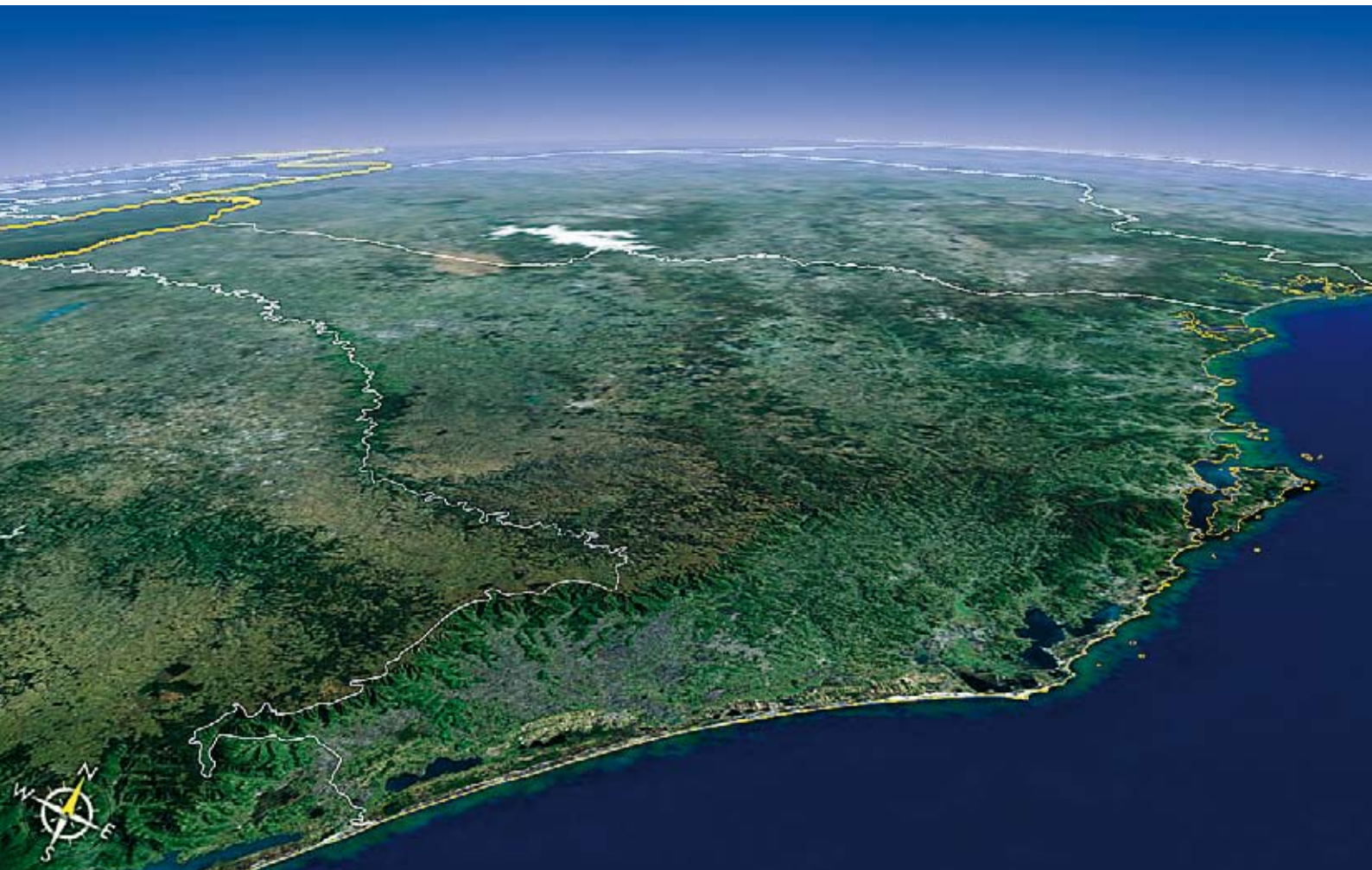


MINISTÉRIO PÚBLICO
Estado de Santa Catarina



Relatório de Gestão Institucional 2005



MINISTÉRIO PÚBLICO Estado de Santa Catarina

Rua Bocaiúva, 1.750 - Centro - Florianópolis
Santa Catarina - 88015-904

Relatório de Gestão Institucional 2005

Elaboração

Comissão de Planejamento Institucional, em cumprimento à Portaria nº 1.710/2005/PJ, de 17 de junho de 2005.

(48) 3229.9001
www.mp.sc.gov.br
pgj@mp.sc.gov.br

Projeto gráfico

Coordenadoria de Comunicação Social
(48) 3229.9011
comso@mp.sc.gov.br

Foto capa

Imagem TerraMetrics/Nasa, extraída do serviço eletrônico Google Earth

Impressão

Gráfica e Editora Posigraf S.A.
Tiragem 2.500 exemplares

Ministério Público do Estado de Santa Catarina
M622 Relatório de gestão institucional 2005. – Florianópolis :
Procuradoria-Geral de Justiça, 2006.
77 p.

1. Ministério Público – Santa Catarina - Relatório. 2. Ministério
Público – Santa Catarina - Gestão (2005). I. Procuradoria-Geral de
Justiça. II. Título.

CDDir : 341.413
CDU : 347.963(064)

Relatório de Gestão Institucional 2005

Apresentação

A Procuradoria-Geral de Justiça registra, por meio deste relatório de gestão, a síntese das atividades, dos projetos e programas desenvolvidos no ano de 2005, com destaque para os principais resultados alcançados ao longo desse período.

Por determinação constitucional (art. 37 da Constituição Federal e art. 101 da Constituição do Estado), este relatório objetiva prestar contas à sociedade catarinense e à augusta Assembléia Legislativa da dimensão do Ministério Público, sobre o que ele se propôs a fazer e o que efetivamente fez, conhecendo-se, assim, os princípios e as diretrizes, a estrutura, os recursos, as atividades, os objetivos e as metas bem como os problemas vivenciados pela Instituição, de modo a torná-la ainda mais transparente.

As atividades, os projetos e os programas, frutos de uma filosofia de atuação do Ministério Público, estiveram concretizados em princípios e diretrizes políticas que orientaram o período de gestão institucional, por meio da participação, da eficiência e da sua independência, e em diretrizes político-institucionais, administrativas e operacionais.

No campo político-institucional, estiveram presentes a altivez e a harmonia nas relações externas com os órgãos e Poderes do Estado; a solidariedade e o fortalecimento corporativo; a integração entre os órgãos e membros da Instituição; o marketing institucional; a busca pelo incremento da receita orçamentária e financeira; e a remuneração digna e regular.

No campo administrativo, com a modernização e a busca da eficiência, trabalhou-se a racionalização da estrutura do Ministério Público; a revitalização e o aperfeiçoamento das Assessorias e dos Centros de Apoio Operacional; e o suporte tecnológico e material aos órgãos da Instituição. Nesse sentido, priorizou-se a estruturação administrativa das Promotorias de Justiça, especialmente o preenchimento dos cargos técnicos nos referidos órgãos.

No campo operacional, trabalhou-se o planejamento e a efetividade das atividades institucionais, com a adequação da estrutura orgânica aos padrões de racionalidade e eficiência previstos no Plano Geral de Atuação, e a capacitação e o aperfeiçoamento funcional.

As informações foram divididas em campos distintos: a estrutura, os recursos e as atividades, registrando que, pela expressividade do volume de dados e de informações, não houve transposição para este documento de tudo o que foi coletado, restando as planilhas, os relatórios e os textos mantidos integralmente em arquivos próprios.

O relatório permite conhecer as dificuldades enfrentadas pela Instituição, muitas ainda a serem superadas, e descortina os diversos enfrentamentos que possibilitaram o cumprimento das funções constitucionais exercidas pelos seus membros, com a colaboração dos servidores, objetivando a efetividade da atuação ministerial.

A análise da dimensão do trabalho realizado cabe à sociedade, destinatária final dos serviços e credora do direito de crítica à Instituição.

PEDRO SÉRGIO STEIL

Procurador-Geral de Justiça



São Joaquim
:: Santur/Irene Hasse

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais	7
2 Procuradoria-Geral de Justiça	7
3 Colégio de Procuradores de Justiça	8
4 Conselho Superior do Ministério Público	8
5 Corregedoria-Geral do Ministério Público	9
6 Procuradorias de Justiça	9
7 Coordenadoria de Recursos	10
8 Promotorias de Justiça	10
9 Órgãos Auxiliares	10
9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público	11
9.2 Ouvidoria	11
9.3 Centros de Apoio Operacional	11
9.4 Comissão de Concurso	12
9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	12
9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo	12
9.7 Estagiários	13

II – RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Recursos humanos	14
2 Recursos financeiros	14
3. Recursos materiais	16
3.1 Instalações	16
3.2 Patrimônio móvel	16

III – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS OBTIDOS

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça	17
2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça	22
3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público	23
4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público	23
5 Atividades da Coordenadoria de Recursos	24
6 Atividades dos Procuradores de Justiça	25
7 Atividades dos Promotores de Justiça	25
7.1 Na área criminal	25
7.2 Na área cível	29
7.3 Na área da infância e da juventude	31
8. Atividades dos Órgãos Auxiliares	34
8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público	34
8.2 Da Ouvidoria	34
8.3 Dos Centros de Apoio Operacional	35
8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	35
8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal	36
8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	40
8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude	42
8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	48
8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor	53
8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	57
8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle da Constitucionalidade	61
8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	62

Sumário

8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	62
8.5 Da Comissão de Concurso.....	62
8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo.....	63
8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo.....	63
8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais	63
8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	64
8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação	65
8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas.....	65
8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos.....	66
8.6.7 Coordenadoria de Finanças.....	68
8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.....	69
8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social.....	69
8.6.10 Assessoria Militar.....	71
8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle.....	73
IV - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	74
V - QUADRO DE ANTIGUIDADE	77



Parque Estadual
da Serra Tabuleiro
:: Ênio Frassetto

I – ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Considerações iniciais

Por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127).

Em conformidade com o art. 129 da Constituição Federal, são atribuições suas, afora outras contempladas na legislação ordinária: a promoção das ações penais públicas; a promoção do inquérito civil e das ações civis públicas para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; a promoção das ações declaratórias de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos colidentes com a Constituição Federal ou Estadual; a promoção das medidas aptas a garantir, por parte dos poderes públicos e dos serviços de relevância públicos, o respeito efetivo aos direitos assegurados pela Constituição Federal; e o exercício do controle externo da atividade policial.

Para fazer-se viável o exercício desse *múnus* público, a Constituição Federal, além da independência funcional e da autonomia administrativa e orçamentária (CF, art. 127, §§ 1º, 2º e 3º), conferiu ao Ministério Público poderes para expedir notificações e requisitar documentos, informações, diligências investigatórias e a instauração de inquéritos policiais (CF, art. 129, VI e VIII).

O Ministério Público de Santa Catarina desenvolve as suas funções institucionais por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público, da Corregedoria-Geral do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça, da Coordenadoria de Recursos, das Promotorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares.

2 Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça é Órgão da Administração Superior do Ministério Público e, como tal, cabe ao Procurador-Geral de Justiça a Chefia da Instituição. O Procurador-Geral de Justiça, sob o prisma desenhado constitucionalmente, é Órgão de Execução para o exercício da tutela jurisdicional perante a segunda instância do Poder Judiciário Estadual, encarregando-se, deste modo, da investigação criminal e da legitimação ativa do Ministério Público nas áreas cível e criminal, nos feitos de competência originária do Tribunal de Justiça; na revisão do arquivamento de inquérito policial; e nas não-formulações de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado.

A chefia administrativa da Instituição é exercida pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista formada por meio de eleição dos membros da Instituição dentre os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. O Procurador-Geral de Justiça é substituído, em seus impedimentos e suas faltas ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

Assessoram o Procurador-Geral de Justiça três Promotores de Justiça da mais elevada entrância, que exercem funções de assessoramento tanto no que diz respeito ao Órgão de Administração Superior quanto no que tange ao Órgão de Execução. A Assessoria do Procurador-Geral de Justiça é auxiliada nas suas funções por três servidores efetivos, um servidor comissionado e dois estagiários.

Prestam serviços, nos gabinetes do Procurador-Geral e do Subprocurador-Geral de Justiça, quatro ser-



Sede do Ministério Público em Florianópolis
:: MPSC/Comso

vidores efetivos, sendo dois deles comissionados e um funcionário contratado temporariamente.

Vinculam-se ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, ainda, a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar.

Os Centros de Apoio Operacional, em face do grande volume de serviço, também prestam assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções de Órgão de Execução do Ministério Público, nas respectivas áreas de atuação.

Diversas atribuições do Procurador-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, foram delegadas a outros Procuradores de Justiça, tais como as atribuições relativas às áreas criminal, do meio ambiente, do consumidor e da moralidade administrativa, que envolva competência originária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

3 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, formado por 40 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, tem, também, atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Colégio, dentre outras, a convocação de eleições de Procurador-Geral de Justiça; a proposição ao Procurador-Geral de Justiça da criação de cargos e serviços auxiliares; a proposição de modificação da Lei Orgânica; a análise de proposta de providência relacionada ao desempenho das funções institucionais; a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e de representantes no Conselho Superior do Ministério Público; a aprovação da proposta orçamentária; a apreciação de recursos e a revisão de procedimentos administrativos; e a definição e modificação das atribuições dos Órgãos de Execução.

Como Órgão de Execução, o Colégio de Procuradores de Justiça está incumbido, apenas, da apreciação de recurso de revisão de arquivamento de inquérito policial ou de peça de informação promovido pelo Procurador-Geral de Justiça. O Colégio de Procuradores de Justiça é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados, a qual é composta por dois servidores efetivos, um servidor comissionado, um contratado temporariamente e um bolsista.

4 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público também exerce atribuições tanto como Órgão da Administração Superior quanto de Órgão de Execução. Como Órgão da Administração Superior, cabe ao Conselho Superior, dentre outras funções, aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações que a ele forem efetuadas a esse respeito; apreciar os pedidos de opção, remoção, promoção, reversão e afastamento dos membros do Ministério Público; decidir sobre o vitaliciamento, a disponibilidade e a aposentadoria compulsória de membro do Ministério Público; elaborar o regulamento de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e eleger os membros da respectiva comissão; e decidir sobre exceções de suspeição ou impedimentos opostas contra membros do Ministério Público.

Como Órgão de Execução do Ministério Público, incumbe ao Conselho Superior rever o arquivamento de inquérito civil ou de peças de informação e julgar recurso interposto em face da decisão de indeferimento do requerimento de instauração de inquérito civil.

O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove integrantes, sendo o Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, membro nato, juntamente com o Corregedor-Geral do Ministério Público. Compõem, ainda, o Conselho Superior cinco Procuradores de Justiça eleitos pelos Promotores de Justiça e dois eleitos pelo Colégio de Procuradores de Justiça. O Conselho Superior é assessorado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados.

5 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público exerce atribuições apenas como Órgão da Administração Superior, estando encarregada da orientação e da fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

O Corregedor-Geral do Ministério Público é substituído, nos seus impedimentos e nas suas faltas ou por delegação, por um Procurador de Justiça indicado por aquele. A Corregedoria-Geral possui uma Secretaria que está a cargo de um Promotor de Justiça da mais elevada entrância e é assessorada por três Promotores de Justiça, também da mais elevada entrância. Por fim, atuam na Corregedoria-Geral do Ministério Público cinco servidores efetivos, um servidor comissionado e quatro funcionários contratados temporariamente.

6 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, cabendo-lhes, como tal, fixar teses jurídicas sem caráter vinculativo; propor ao Procurador-Geral de Justiça a fixação das férias; solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a convocação de Promotor de Justiça em substituição; fixar critérios de presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento; e estabelecer um sistema de inspeção permanente dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiam.

Há duas Procuradorias de Justiça, sendo uma com atuação cível e outra com atuação criminal, nesta última estão atuando 11 Procuradores e naquela, 19 Procuradores. Cada Procuradoria de Justiça é coordenada por um Procurador de Justiça.

A Procuradoria Cível é subdividida em quatro grupos de Procuradores de Justiça, para atuação em matérias relativas a funcionalismo público, grupo este formado por seis Procuradores de Justiça; em matéria tributária, composto por um Procurador de Justiça; em matérias de família, sucessões, infância e juventude, formado por cinco Procuradores de Justiça; e em matérias de direitos difusos e coletivos, composto por sete Procuradores de Justiça.

Os Procuradores de Justiça são Órgãos de Execução, cabendo-lhes exercer as atribuições do Ministério Público no Tribunal de Justiça, inclusive interpor recursos aos Tribunais Superiores, desde que não privativas tais atribuições do Procurador-Geral de Justiça.

Havia, em dezembro de 2005, 39 Procuradores de Justiça em atividade, dentre os quais, três exercendo cargos na Administração Superior (Procurador-Geral de Justiça, Subprocurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público) e sete exercendo as funções de Coordenadores-Gerais dos Centros de Apoio Operacional com delegação para atuarem nos feitos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça nas respectivas áreas, além daqueles feitos provenientes da distribuição.

Os Procuradores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de dois servidores efetivos, 33 servidores comissionados, sete funcionários contratados temporariamente e 62 estagiários, os quais estão distribuídos equitativamente nos gabinetes. Há, hoje, 18 vagas de estagiários nos gabinetes dos Procuradores de Justiça.



Quedas do Rio Chapecó
:: Márcio J/Pref. Municipal de Abelardo Luz



Rio Itapocú
:: Pref. Municipal de Araquari



Parque das Grutas
:: Pref. Municipal de Botuverá

7 Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos é o Órgão de Execução do Ministério Público encarregado, dentre outras atribuições, da interposição de recursos judiciais, inclusive aos Tribunais Superiores; da prestação de suporte técnico e operacional aos demais Órgãos de Execução em matéria de recursos extraordinários e especiais; da defesa das teses jurídicas de interesse da Instituição; da articulação dos órgãos de execução acerca das teses jurídicas com vistas a sua adequação às diretrizes e políticas institucionais; e do acompanhamento e controle das decisões judiciais e dos prazos recursais relativos aos feitos em que o Ministério Público haja oficiado, especialmente aqueles que versem sobre matéria objeto de tese defendida pela Instituição.

Atuam na Coordenadoria de Recursos um Procurador de Justiça, um Promotor de Justiça, três servidores efetivos, três servidores comissionados, um funcionário contratado temporariamente, cinco estagiários, dois bolsistas de 3º grau e um bolsista de 2º grau.

8 Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo suas atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em face de proposta apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça. As Promotorias de Justiça são exercidas pelos Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do Ministério Público nas Comarcas, nos âmbitos judicial e extrajudicial.

Há 275 Promotorias de Justiça distribuídas pelas 110 Comarcas instaladas, com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Há apenas uma Promotoria de Justiça ainda não instalada.

No âmbito do Ministério Público, há 268 Promotores de Justiça distribuídos pelas 110 Comarcas do Estado, que atuam, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas. Dentre esses, 67 são de entrância especial; 91 de entrância final; 41 de entrância intermediária; 51 de entrância inicial; e, finalmente, 13 são substitutos.

Dentre esses Promotores de Justiça, de forma exclusiva, ou não, 112 têm atribuições na área da infância e juventude; 168, na área criminal; 110, na área tributária; 111, na área da moralidade administrativa; 110, no meio ambiente; 110, no consumidor; e 110, na cidadania.

Esses Promotores de Justiça atuam, com exclusividade ou cumulativamente, nas diversas áreas afetas ao Ministério Público, tais como: as áreas criminal, da ordem tributária, da infância e da juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da família, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos acidentes do trabalho, das falências e das concordatas, dos Juizados Especiais Cíveis, do controle da constitucionalidade etc.

Os Promotores de Justiça são assistidos ou assessorados por um total de 38 servidores efetivos, 59 funcionários contratados temporariamente, 425 estagiários dentro das 667 vagas criadas e nove bolsistas, sendo três de 3º e seis de 2º graus, 50 cargos comissionados de Assistente de Promotoria, dentro dos 276 cargos criados pela Lei Complementar Estadual nº 276, de 27 de dezembro de 2004, os quais estão distribuídos equitativamente nos diversos gabinetes. As Promotorias de Justiça de mais elevada entrância (especial e final) contam com servidores efetivos ou contratados temporariamente, os primeiros, para serviços administrativos do órgão, e os segundos, para serviços regulares de manutenção e limpeza e, eventualmente, apoio administrativo. Os demais Promotores de Justiça são auxiliados, no máximo, por um Assistente de Promotoria e por dois Estagiários das 5ªs fases em diante dos Cursos de Direito, que prestam serviços de quatro horas diárias.

9 Órgãos Auxiliares

São Órgãos Auxiliares do Ministério Público a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

9.1 Secretaria-Geral do Ministério Público

À Secretaria-Geral do Ministério Público, exercida por um Promotor de Justiça da mais elevada entrância, cabe a responsabilidade da supervisão e direção dos serviços afetos aos órgãos de apoio técnico e administrativo do Ministério Público. O Secretário-Geral do Ministério Público é auxiliado, nas suas tarefas, por um total de cinco servidores efetivos, sendo um deles comissionado, quatro funcionários contratados temporariamente e um bolsista de 3º grau. Cabe ao Secretário-Geral, além do exercício de atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça, elaborar a proposta orçamentária; autorizar adiantamentos de despesa; firmar contratos; gerenciar a execução orçamentária; e conduzir os processos disciplinares e sindicâncias de servidores, entre as mais relevantes.

9.2 Ouvidoria

A Ouvidoria, exercida por um Procurador de Justiça, foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 298, de 4 de outubro de 2005, com o objetivo de contribuir para a melhoria dos padrões de transparência e presteza das atividades desenvolvidas pelos órgãos, membros e servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Sua criação decorreu de exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário. O Ouvidor é auxiliado, nas suas tarefas, por dois servidores efetivos e um servidor comissionado.

9.3 Centros de Apoio Operacional

Foram instituídos, por meio do Ato nº 48/MP/03, os Centros de Apoio Operacional no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, como órgãos auxiliares, vinculados ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. Em 2005, por meio do Ato nº 134/PGJ, foi instituído o Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE) e o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC).

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL	
CMA - Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa	Atua na área da moralidade administrativa e do patrimônio público, abrangendo as matérias cível e criminal.
CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente	Atua na área do meio ambiente, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor	Atua na área do consumidor, abrangendo as matérias cível e criminal.
CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações	Atua na área da cidadania e fundações, abrangendo as matérias cíveis e criminais, relativas, especialmente, aos direitos humanos, à saúde, à educação especial, à educação para idosos, à discriminação, às pessoas portadoras de necessidades especiais, aos idosos, à previdência, às fundações, ao terceiro setor e ao regular funcionamento dos serviços públicos.
CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	Atua na área da infância e da juventude.
COT - Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária	Atua na área da ordem tributária, especialmente nos crimes contra a ordem tributária, e na área cível, no que diz respeito à tributação ilegal e matéria correlata.
CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal	Atua na área criminal, especialmente no que diz respeito à execução penal, ao controle externo da atividade policial, à criminalidade organizada e de alta repercussão social e à segurança pública.
CECCON - Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade	Atua na área do controle de constitucionalidade das normas jurídicas.
CIE - Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais	Atua, por determinação ou autorização do Procurador-Geral de Justiça, na área das investigações cíveis e criminais do âmbito do Ministério Público.
CCE - Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral	Atua na área cível residual não abrangida pelos demais Centros de Apoio, especificamente no que diz respeito à implementação da racionalização da intervenção do Ministério Público no processo civil, bem como, na área eleitoral, visando a fornecer elementos teóricos e práticos, sem caráter vinculativo, com os outros órgãos de execução do Ministério Público Estadual designados especialmente nas matérias de maior complexidade.

Exercem funções, nos referidos Centros de Apoio Operacional, sete Procuradores de Justiça, como Coordenadores-Gerais, e oito Promotores de Justiça, como Coordenadores, os quais são auxiliados nas suas tarefas por 28 servidores efetivos, 16 servidores comissionados, sete funcionários contratados temporariamente, 28 estagiários e 11 bolsistas de 2ª e 3ª graus.

9.4 Comissão de Concurso

Como Órgão Auxiliar de natureza transitória, cabe à Comissão de Concurso realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo composta por oito membros, um nato (Procurador-Geral de Justiça, que é o Presidente da Comissão), seis Procuradores de Justiça eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, um Advogado indicado pela Secção de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil. A Secretaria da Comissão de Concurso é exercida por um Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Essa Comissão, em face da sua natureza transitória, é constituída especificamente para a realização de concurso para ingresso na carreira do Ministério Público, sempre que houver necessidade. Exercem funções, além dos integrantes mencionados anteriormente, servidores efetivos, comissionados, contratados temporariamente, estagiários e bolsistas especialmente designados, conforme a necessidade do serviço, especialmente no que se refere à aplicação das provas.

9.5 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é o Órgão Auxiliar do Ministério Público encarregado da realização e do apoio a cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus serviços auxiliares e funcionários, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, atualmente, é dirigido por um Promotor de Justiça, auxiliado por dois servidores efetivos, um estagiário e um bolsista de 2º grau.

9.6 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo da Instituição estão organizados em Coordenadorias e Gerências, de modo que uma Coordenadoria é composta de uma ou mais Gerências. Em sua maioria, estão vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo, que, por sua vez, é subordinada diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público.

ÓRGÃOS E SERVIÇOS AUXILIARES DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

COGER - Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo	Atua no gerenciamento de toda a área administrativa e financeira das Coordenadorias subordinadas.
COFIN - Coordenadoria de Finanças e Contabilidade	Possui a Gerência de Finanças e a Gerência de Contabilidade.
COAD - Coordenadoria de Operações Administrativas	Possui a Gerência de Almoxarifado, a Gerência de Transportes e Serviços Gerais, a Gerência de Manutenção e a Gerência de Compras.
COPIJ - Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas	Possui a Gerência de Biblioteca e a Gerência de Arquivo e Documentação.
CORH - Coordenadoria de Recursos Humanos	Possui a Gerência de Cadastro e Legislação de Pessoal.
COPAG - Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	Excepcionalmente não é dividida em Gerências.
COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação	Possui a Gerência de Rede e de Banco de Dados, a Gerência de Desenvolvimento e a Gerência de Suporte.
COPEO - Coordenadoria de Planejamento e Estratégia Organizacional	Subordina-se à COPEO a Gerência de Informações e Projetos.

Há, ainda, a Coordenadoria de Auditoria e Controle e a Assessoria Técnica e Jurídica, subordinados diretamente à Secretaria-Geral do Ministério Público, e a Coordenadoria de Comunicação Social e a Assessoria Militar, subordinadas ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Atuam nos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo 126 servidores efetivos, dos quais 22 ocupam cargos comissionados, dois servidores comissionados, 99 funcionários contratados temporariamente e 38 bolsistas de 2º e 3º graus.

9.7 Estagiários

Os estagiários, que desenvolvem quatro horas de atividades diárias, são auxiliares do Ministério Público, aos quais cabe o exercício de atividades de levantamento de dados e de conteúdos doutrinários e jurisprudenciais; da realização e do acompanhamento de diligências de investigações para as quais forem incumbidos; do estudo de matérias que lhe sejam confiadas; do atendimento ao público; do controle da movimentação processual; e da execução de serviços de digitação, correspondência, escrituração, registro e arquivo de documentos.

Há, no Ministério Público, 667 vagas de estagiários, dessas estão providas 521 vagas. Os estagiários estão distribuídos equitativamente, numa média de dois para cada membro do Ministério Público, e auxiliam os Órgãos de Execução e os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público nas suas atribuições.



Lavoura em Pomerode
:: Daniel Curtipassi/Pref. Municipal de Pomerode

II – RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1 Recursos humanos

Para atender à estrutura descrita no capítulo anterior e aos anseios sociais, a Instituição conta com um quadro de pessoal composto por membros, servidores, estagiários, bolsistas, contratados e o pessoal de outros órgãos à disposição do Ministério Público, que se constitui no seu bem de maior valor.

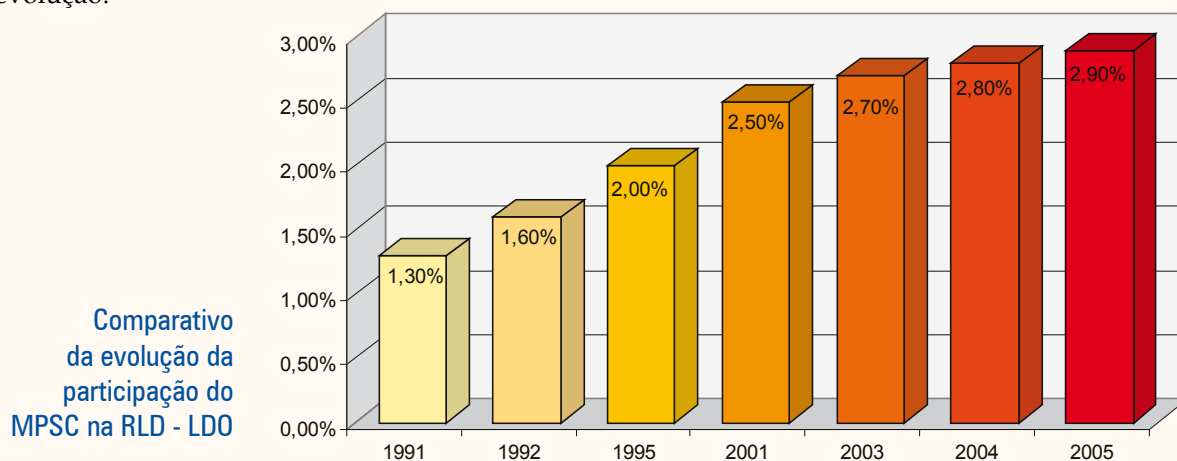
É importante destacar que, sendo o Ministério Público uma Instituição permanente essencial à prestação jurisdicional e por caber-lhe a defesa do regime democrático, do ordenamento jurídico e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o seu caráter social é fortemente acentuado, de modo que os seus serviços estão centrados na qualidade e na quantidade dos seus agentes, quer sejam eles Procuradores ou Promotores de Justiça, quer sejam eles servidores ou estagiários.

QUADRO DE PESSOAL DO MPSC			
Membros em atividade	dez/04	dez/05	Evolução
Procuradores de Justiça	40	39	-2,50%
Promotores de Justiça de Entrância Especial	70	70	0%
Promotores de Justiça de Entrância Final	89	91	2,25%
Promotores de Justiça de Entrância Intermediária	39	41	5,13%
Promotores de Justiça de Entrância Inicial	68	64	-5,88%
Promotores de Justiça Substitutos	18	18	0%
Subtotal	324	323	-0,31%
Servidores em atividade	dez/04	dez/05	Evolução
Servidores efetivos	180	267	48,33%
Servidores comissionados efetivos	29	30	3,45%
Servidores comissionados não-efetivos	49	101	106,12%
Servidores à disposição do MP (PC/PM/PRF)	27	28	3,70%
Servidores temporários	187	186	-0,53%
Estagiários	507	521	2,76%
Bolsistas	70	82	17,14%
Subtotal	1.049	1.215	15,82%
Inativos	dez/04	dez/05	Evolução
Membros	129	129	0%
Servidores	31	31	0%
Subtotal	160	160	0%
Total	1.533	1.698	10,76%

2 Recursos financeiros

A gestão financeira do Ministério Público compreende o gerenciamento de quatro unidades orçamentárias, que possuem receitas específicas e dotações vinculadas a fontes de receitas que, para serem utilizadas, necessitam que os valores estimados estejam devidamente alinhados com os valores arrecadados.

Na **Unidade Orçamentária 0401 - Ministério Público** são realizadas as despesas com o pagamento de pessoal, parte da manutenção e pequenos investimentos. A receita que suporta a realização dessas despesas é vinculada a um percentual da Receita Líquida Disponível (RLD), que apresentou, nos últimos anos, a seguinte evolução:



De fato, a questão que envolve o orçamento da Instituição é um dos grandes problemas da Procuradoria-Geral de Justiça, pois as ações planejadas são executadas em observância à existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira.

Em 2005, o percentual destinado ao Ministério Público não sofreu incremento, permanecendo em 2,9% da RLD, o que correspondeu a uma receita de R\$ 159.045.673,52, resultado de uma arrecadação mensal média na ordem de R\$ 13.253.806,13

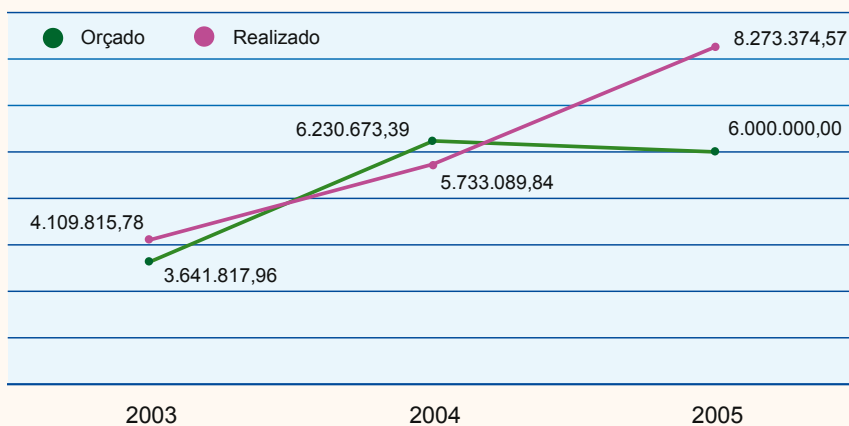
Para 2006, o percentual destinado ao Ministério Público não sofreu incremento, permanecendo em 2,9% da RLD, o que corresponde a uma receita estimada, para o ano, de R\$ 173.770.000,00, ou seja, uma expectativa de arrecadação mensal média na ordem de R\$ 14.480.833,33.

Na **Unidade Orçamentária 0493 - Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP)** são realizadas as despesas complementares de manutenção da Instituição e os investimentos. A receita que suporta a realização das despesas é vinculada a um percentual da transferência financeira da participação de 20% das receitas provenientes das taxas judiciais e extrajudiciais do Fundo de Reparelhamento da Justiça (FRJ), do Poder Judiciário.

A gestão dos recursos do Fundo é realizada por um Conselho de Administração que conta com a presença de três membros do Ministério Público, um representante do Poder Judiciário e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil. Os pedidos submetidos ao FERMP são avaliados mensalmente em reunião que ocorre na última terça-feira de cada mês.

Para 2006, a previsão de arrecadação é de R\$ 7.000.000,00, ou seja, uma disponibilidade média mensal de R\$ 583.333,33.

Evolução do FERMP



Na **Unidade Orçamentária 0492 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (FECEAF)** são realizadas despesas vinculadas à capacitação e à formação de membros e servidores. A previsão orçamentária, para 2006, é de R\$ 100.000,00.

Na **Unidade Orçamentária 0491 - Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)** são realizadas despesas de recuperação do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental. Em 2005 foi incluída a possibilidade de atender a necessidade de contratação de perícias relacionadas às áreas a que o FRBL se destina. As despesas do fundo são aprovadas por um Conselho de Administração, cujo presidente é o Subprocurador-Geral de Justiça. Para 2006, o orçamento previsto é de R\$ 400.000,00.

A tabela abaixo demonstra a evolução do orçamento do Ministério Público e de suas unidades orçamentárias.

ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA	ORÇADO 2005	REALIZADO 2005	ORÇADO 2006
0401 – MPSC	152.231.348,00	162.588.828,22	173.770.000,00
RLD	151.531.348,00	159.085.294,36	167.910.000,00
FUNDO SOCIAL	-	2.497.303,87	5.220.000,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	400.000,00	1.006.229,99	540.000,00
OUTRAS RECEITAS	300.000,00	-	100.000,00
0491 – FRBL	1.000.000,00	132.746,77	400.000,00
0492 – FECEAF	300.000,00	114.843,84	100.000,00
0493 – FERMP	6.000.000,00	4.937.058,27	7.000.000,00
TOTAL GERAL	159.531.348,00	167.773.477,10	181.270.000,00

Valores em R\$

3 Recursos materiais

Os recursos humanos antes descritos estão instalados em áreas físicas ocupadas exclusivamente pelo Ministério Público, ou dividem áreas que são ocupadas, também, por outros agentes estatais, sobretudo nos diversos fóruns existentes no território catarinense. Além disso, o Ministério Público se vale de uma modesta frota de veículos e de equipamentos que lhe permitem, dentro da realidade atual, prestar a contento os serviços que lhe são afetos.

3.1 Instalações

A sede do Ministério Público está situada na Rua Bocaiúva, 1.750, Centro, Florianópolis (SC), na qual estão instalados os Órgãos da Administração Superior, os Procuradores de Justiça, a Coordenadoria de Recursos e parte dos Órgãos Auxiliares, especialmente a Secretaria-Geral do Ministério Público, a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a Assessoria Militar, a Coordenadoria de Comunicação Social, a Coordenadoria de Auditoria e Controle, a Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação.

No edifício Palas, sediado na Rua Othon Gama d'Eça, 611, Centro, Florianópolis (SC), estão instaladas diversas Promotorias de Justiça da Comarca da Capital, sobretudo aquelas que têm atribuições nas áreas da cidadania e direitos humanos, da moralidade administrativa, da ordem tributária, do meio ambiente e do consumidor. Ali também estão situados diversos Órgãos Técnicos e Administrativos, dentre eles: Coordenadoria-Geral de Apoio aos Órgãos Auxiliares (COGER); Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Operacionais (COPEO); Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG); Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFIN); Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD); e Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH).

No Bairro Estreito, Florianópolis (SC), situado na Rua Heitor Blum, 386, sala 107, está instalado o Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (imóvel alugado).

Na Rua Rui Barbosa, 621, no Bairro Agrônômica, Florianópolis (SC), estão instaladas as três Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca da Capital (imóvel alugado).

No Km 210 da BR 101, no Bairro Picadas do Sul, São José (SC), estão instalados o Almoxarifado Central, o Arquivo Geral e parte da Gerência de Patrimônio da Instituição (imóvel alugado).

No Bairro Barreiros, Município de São José (SC), na Rua Heriberto Hülse, s/n., está situado um imóvel sem construção medindo 4.684,21m².

No Bairro Barreiros, Município de São José (SC), na marginal da Rodovia BR 101, fazendo fundos para a Rua Heriberto Hülse, está situado um terreno medindo 4.110,00m².

Na Rua 24 de Abril, 88, esquina com a Rua Bernardo Scheidt, Centro, Município da Palhoça (SC), estão instaladas as quatro Promotorias de Justiça da Comarca de Palhoça (imóvel alugado).

Os demais Órgãos de Execução do Ministério Público estão instalados nos conjuntos arquitetônicos pertencentes aos Fóruns de Justiça existentes nas 110 Comarcas do Estado.

3.2 Patrimônio móvel

O Ministério Público dispõe do seguinte patrimônio móvel para o desenvolvimento de suas atividades:

ESPÉCIE	2004	2005
Veículos	16	35
Máquinas e equipamentos	6.454	8.171
Mobiliário em geral	8.942	10.864
Utensílios em geral *1	9.139	1.845
Livros e softwares *2	9.006	8.397

*1 Redução decorrente de nova classificação

*2 Doação de acervo mais antigo

III – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nas páginas que seguem estão à disposição informações e estatísticas pertinentes às atividades desenvolvidas por todos os órgãos do Ministério Público em resultados quantitativos e qualitativos, abrangendo as atividades diretamente relacionadas com as respectivas atribuições, e também especificadas as atividades desenvolvidas, por área de atuação, consoante as políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação 2004 - 2005. O PGA representa a união de esforços e ações em torno de propostas comuns de atuação, dando consistência ao princípio da unidade do Ministério Público.

1 Atividades da Procuradoria-Geral de Justiça

A Procuradoria-Geral de Justiça, como órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, diretamente ou por delegação ao Subprocurador-Geral de Justiça ou a outros órgãos do Ministério Público, realizou as seguintes atividades no ano de 2005:

ATIVIDADES	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	156
Sessões do Colégio de Procuradores de Justiça presididas	14
Sessões do Conselho Superior do Ministério Público presididas	23
Sessões especiais do Tribunal de Justiça	22
Reuniões da Comissão de Concurso	5
Projetos de lei elaborados	5
Atos	254
Portarias	3.812
Resoluções	2
Despachos em processos administrativos	160
Despachos em processos licitatórios	131
Convênios	16
Conflito de atribuições	11
Total	4.611



Colheita de milho
:: Pref. Municipal de Timbó



Transporte ferroviário
:: Pref. Municipal de Siderópolis



Porto de Itajaí
:: Marcelo Sokall/Pref. Municipal de Itajaí

A Procuradoria-Geral de Justiça, como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades:

ATIVIDADES	
1. Na área da moralidade administrativa	Quantidade
1.1 Criminal	
1.1.1 Recebidos/instaurados no período:	
1.1.1.1 Procedimentos de Investigação Criminal (PICs) instaurados/notícias criminais	313
1.1.1.2 Inquéritos Policiais	31
1.1.2 Requisições	
1.1.2.1 Inquérito Policial	29
1.1.3 Arquivados	
1.1.3.1 Procedimentos de Investigação Criminal (PICs)	178
1.1.3.2 Inquéritos	42
1.1.4 Denúncias oferecidas	41
1.1.5 Portarias	
1.1.5.1 Instauração de Procedimento de Investigação Criminal	128
1.1.6 Manifestações judiciais	
1.1.6.1 Alegações finais	21
1.1.6.2 Razões de recursos	2
1.1.6.3 Contra-razões de recursos	2
1.1.6.4 Manifestação recebimento da denúncia	24
1.1.6.5 Outras (manifestações diversas)	57
1.1.6.6 Outras atividades: audiências judiciais	6
1.2 Cível	
1.2.1 Recurso – razões	1
1.2.2 Recurso – contra-razões	3
1.2.3 Razões Finais e outras manifestações formais	47
2 Na área do meio ambiente	Quantidade
2.1 Denúncias	14
2.2 Transações penais	6
2.3 Requisições de diligências	14
2.4 Arquivamento	5
2.5 Remessa a outros órgãos	1
2.6 Alegações finais	4
2.7 Manifestações diversas	34
2.8 Baixa à comarca	9
3 Na área da ordem tributária	Quantidade
3.1 Peça informativa instaurada	1
3.2 Pareceres	2
4 Na área do controle da constitucionalidade	Quantidade
4.1 Pareceres exarados	112
4.2 Representações autuadas	88
4.3 Representações arquivadas	50
4.4 Representações ao PGR	3
4.5 Ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas	36
5 Na área da infância e juventude	Quantidade
5.1 Decisões exaradas (recurso do Juiz ao PGJ com relação ao art. 181, §2º, do ECA)	10
6 Na área do consumidor	Quantidade
6.1 Denúncias	1
7. Na área da Coordenadoria de Recursos	
7.1 Recursos especiais criminais	6
7.2 Embargos de declaração	5
8. Nas demais áreas	Quantidade
8.1 Denúncias	4
8.2 Arquivamentos	50
8.3 Pareceres exarados	164
8.4 Processos administrativos	64
8.5 Requisição de diligência	14
8.6 Procedimentos remetidos aos Centros de Apoio	105

Registram-se, ainda, as atividades referentes ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Ministério Público (FERMP) e ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL):

ATIVIDADES DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FERMP	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	8
Elaboração de atas	8
Pedidos encaminhados	62
Pedidos deferidos	60
Pedidos indeferidos	2
Certidões expedidas	8
Correspondências expedidas	31
Correspondências recebidas	4

ATIVIDADES DO FUNDO PARA A RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FRBL	
Espécie	Quantidade
Reuniões realizadas	3
Elaboração de Atas	4
Correspondências expedidas	60
Correspondências recebidas	15
Portarias expedidas	3
Projetos encaminhados	3
Autuação de processos	3
Processos distribuídos	3
Processos deferidos	2
Processos indeferidos	1
Pareceres técnicos	7
Acompanhamento dos processos deferidos	4
Conferência de documentação	2
Minutas de convênios dos processos deferidos	3
Verificação <i>in loco</i> dos projetos aprovados e em andamento	2
Cadastros de peritos aprovados	29
Perícias solicitadas	6
Perícias deferidas	5
Minutas de convênios de perícias aprovadas	3
Perícias pagas	3

1.1 Aspectos Qualitativos

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades da Procuradoria-Geral de Justiça:

Centros de Apoio

Reorganização dos atuais Centros de Apoio Operacional e criação de um novo Centro de Apoio Operacional para a área cível e eleitoral.

Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais

Ampliação do número de membros para a composição do Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais (CCPPI).

Plano Geral de Atuação

Elaboração, com a ampla participação dos membros da Instituição, do Terceiro Plano Geral de Atuação, com a definição das políticas e prioridades a serem observadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006.

Comissão de Concurso

Presidência do XXXII Concurso Público de Ingresso na Carreira do Ministério Público, em andamento.

Comissão de Planejamento Institucional

Criação da Comissão de Planejamento Institucional (COPLI), por meio da Portaria nº 1.710/2005/PGJ, de 17 de junho de 2005, com o objetivo de contar com mais um setor de apoio à elaboração do Calendário de Atividades do Ministério Público de Santa Catarina, do anteprojeto e do projeto do Plano Geral de Atuação (PGA) e para auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na preparação da proposta orçamentária anual do Ministério Público e acompanhamento do trâmite do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias na Assembléia Legislativa do Estado, dentre outras atribuições.

Atribuições das Promotorias de Justiça

Elaboração de estudos para a redistribuição de atribuições das Promotorias de Justiça das Comarcas da Capital, Criciúma, Rio do Sul e Laguna.

Frota de veículos

Renovação e ampliação da frota de veículos, destinando-se 10 veículos para as Promotorias de Justiça das Comarcas de Balneário Camboriú, Blumenau, Tubarão, Itajaí, Chapecó, Joinville, Criciúma, Lages e Capital (Centro de Apoio Operacional às Investigações Criminais e Promotoria de Justiça da Infância e Juventude), com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Quadro Permanente

Elaboração de projeto de lei para a alteração do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público e posterior remessa à Assembléia Legislativa, que resultou na edição da Lei Complementar nº 312, de 20 de dezembro de 2005.

Assistente de Promotoria de Justiça

Criação de 276 cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, por meio da edição da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004, tendo sido nomeados 51 em 2005.

Convocação de aprovados em concurso

Ampliação do quadro de servidores, principalmente no interior do Estado, com a convocação de candidatos aprovados no último concurso, provendo os cargos de Assistente Social (13), Analista do Ministério Público (13), Analista de Sistemas (2), Administrador (1), Auditor (4), Bibliotecário (1), Contador (1), Economista (1), Psicólogo (1), Oficial de Diligência (11), Programador de Computador (4), Técnico Contábil (2), Técnico em Informática (12), Técnico do Ministério Público (19) e Motorista Oficial II (2).

Equipamentos de informática

Aquisição de 425 microcomputadores para atendimento das Promotorias de Justiça, com recursos do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Rede própria de comunicação digital

Instalação de rede própria de comunicação digital exclusiva conectada a 119 pontos abrangendo toda a estrutura da Instituição nas 110 Comarcas do Estado. A aquisição de equipamentos e serviços correram à conta de recursos destinados pelo Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público (FERMP).

Convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Formalização de convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o objetivo de reunir e dispor à sociedade informações para um diagnóstico sócio-econômico de Santa Catarina e para a avaliação dos índices de desenvolvimento humano do Estado, de acordo com os objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Combate às Organizações Criminosas

Criação do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC) na estrutura do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), redefinindo as atribuições do Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (CIE) - Ato nº 134/MP/2005.

Defesa das prerrogativas institucionais

Por diversas oportunidades foram envidados esforços em defesa das prerrogativas institucionais do Ministério Público perante o Conselho Nacional do Ministério Público e também, excepcionalmente, junto ao Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal. No plano estadual, a fixação, por lei, do subsídio mensal dos membros do Ministério Público representou expressivo avanço institucional.

Defesa de teses junto aos Tribunais Superiores

Criação, na estrutura da Coordenadoria de Recursos, do Conselho Deliberativo de Recursos, com atribuições para a definição de teses e entendimentos jurídicos que sirvam de paradigma para efeito de interposição de recursos perante os Tribunais Superiores - Ato nº 242/MP/2005.

Projetos e convênios firmados pelo FRBL

Em 2005, o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) encerrou convênio com a Fundação Cultural de Pomerode para restauro de patrimônio histórico de origem alemã, iniciado em 2004. Firmou, também, novos convênios com as seguintes entidades: Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação - SERTE (educação ambiental); Associação Catarinense de Proteção aos Animais - ACAPRA (aquisição de unidade móvel para o resgate e a castração de animais de pequeno porte); e com a Música&Dinâmica como auxílio sócio-educativo - MUDICASE (produção de DVD/VHS "Aprendizes da Educação" e livro/álbum "Guia da Ação Planteação").



*Casa do Imigrante em Pomerode
:: Pref. Municipal de Pomerode/Roseana Lunghard*

Custeio de Perícias pelo FRBL

O FRBL iniciou, também, o custeio de perícias determinadas pelo Ministério Público nos inquéritos civis, nos procedimentos administrativos preliminares e em outros procedimentos investigatórios bem como os decorrentes de perícias e assistência técnica que requerer em ações civis públicas e em ações penais correlatas com o objeto dos referidos procedimentos (Decreto 2.666, de 24/11/2004). Foram publicadas portarias para regulamentar os honorários periciais e o Manual para Contratação de Perícias. Para sua operacionalização foi disponibilizado no site da Instituição um "Cadastro de Peritos", onde cada perito interessado em participar do banco de dados se inscreve e, posteriormente, envia seus documentos para validação do seu cadastro. O FRBL custeou, em 2005, três perícias nas Comarcas de São José, de Videira e de Balneário Camboriú.

Convênios firmados

Foram consolidadas parcerias interinstitucionais responsáveis pela intensificação das atividades jurisdicionais e aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público, conforme segue:

RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL	
Acordo	Área de atribuição
Formalização dos convênios de implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de SC – SIGEF/SC	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Interligação dos sistemas informatizados entre a JUCESC e o MPSC – acesso a banco de dados	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Programa Integrado de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos afetos à Segurança Pública	CCR - Centro de Apoio Operacional Criminal
Prestação de serviços de análise laboratorial de águas e efluentes	CME - Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente
Qualificação, em nível de mestrado, de integrantes do Ministério Público – curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Ciência Jurídica	CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Cooperação técnica para proteção dos bens, valores e direitos relativos ao Programa Bolsa Família	CCF - Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações
Programa Prefeito Amigo da Criança	CIJ - Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude
Articulação entre os órgãos visando à proteção e à reparação de dano ao consumidor turista em SC, conjuntamente com a Câmara Técnica de Consumidores Turistas - Protocolo de Intenções	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Auxílio aos Municípios para a criação de um órgão de defesa do consumidor – PROCONS municipais	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Parceria institucional com a finalidade de promover a adequada proteção aos cidadãos e à sociedade, na área contábil, notadamente na área do terceiro setor	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor
Estabelecimento de parceria institucional visando à adequada proteção aos cidadãos e à sociedade em atendimento ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat – PBQPH	CCO - Centro de Apoio Operacional do Consumidor

2 Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as atividades descritas a seguir.

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	14
Acórdãos relatados e apreciados em autos de procedimentos e representações	6
Revisão de atribuições das Promotorias de Justiça	6
Eleições realizadas	1
Posses solenes	2
Aprovação de proposta orçamentária	1
Homologação de lista tríple para o cargo de Procurador-Geral de Justiça	1
Enunciados	16
Autorização para instauração de processo administrativo (art. 234, § 1º, da LC 197/2000)	1
Outros	3

Em termos qualitativos, o Colégio de Procuradores de Justiça manifestou-se acerca do projeto de lei sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público; do projeto de lei que dispôs sobre o subsídio mensal dos membros do MPSC; e do projeto de lei que criou a Ouvidoria; e conheceu dos cinco primeiros enunciados aprovados pela Procuradoria de Justiça Cível, decidindo-se pela publicidade.

3 Atividades do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2005, conforme tabela abaixo.

Espécie	Quantidade
Sessões realizadas	23
Feitos recebidos	1.250
Acórdãos em revisão de arquivamento do inquérito civil ou de peças de informação (art. 95 da LC 197/2000)	1.174
Movimentações no quadro – Permutas	3
Movimentações no quadro – Opções	2
Movimentações no quadro – Remoções	13
Movimentações no quadro – Promoções	11
Formação de Comissão de Concurso de Ingresso na Carreira	1
Vitalicimentos de membros do Ministério Público	16
Manifestações de pedidos de residência fora da Comarca de lotação	17
Apreciação das justificativas de ausência em eleição institucional	6
Elaboração do quadro de antigüidade dos membros do Ministério Público	1
Edição de resoluções	2

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades do Conselho Superior do Ministério Público:

a) criação, no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público, das Turmas Revisoras para análise das promoções de arquivamento deduzidas em Inquérito Civil, Procedimento Administrativo Preliminar e peças informativas (Ato nº 128/2005/CSMP); e

b) edição de dois assentos, um com repercussão direta no que tange à movimentação na carreira (Assento nº 1/2005/CSMP) e outro referente à promoção de arquivamento de inquérito civil ou procedimento administrativo preliminar decorrente de termo de ajustamento de conduta (Assento nº 2/2005/CSMP).

4 Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, como Órgão da Administração Superior, realizou as seguintes atividades no ano de 2005, conforme tabela abaixo.

Espécie	Quantidade
Processos de acompanhamento de Promotores de Justiça em estágio probatório	33
Relatórios Trimestrais de Estágio Probatório	109
Consultas respondidas	7
Pedidos de explicações instaurados	12
Visitas de inspeção realizadas	121
Sindicâncias instauradas	6
Processos administrativos instaurados	1
Procedimentos administrativos preliminares	55
Recomendações	1
Ofícios expedidos	641
Portarias expedidas	20
Expedição de certificados de estágio	242
Procedimentos de anotação em ficha funcional	22
Participação em sessões do Conselho da Magistratura	12
Participação, como membro nato, de Sessões do CSMP	23
Participação de sessões do Colégio de Procuradores	14

Em termos qualitativos, merecem destaque as seguintes atividades:

a) em processo administrativo instaurado, nos termos do art. 222 da Lei Complementar nº 197/2000, foi aplicada a sanção disciplinar prevista no inciso I do art. 220 da mesma Lei - pena disciplinar de Advertência -, por infração ao art. 219, inciso VI, da já citada Lei Complementar nº 197/2000, tendo a decisão transitado em julgado;

b) Presidência de Comissão Especial de Revisão de Atribuições de Promotorias de Justiça formada pelo egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, prestando ao órgão colegiado as informações reclamadas; e

c) em apoio à Procuradoria-Geral de Justiça, a Corregedoria-Geral do Ministério Público subsidiou dados e prestou informações nos processos destinados ao provimento de cargos de Assistentes de Promotorias de Justiça, providenciando o levantamento da carga de trabalho das Promotorias de Justiça a serem contempladas com a lotação desses servidores.

5 Atividades da Coordenadoria de Recursos

A Coordenadoria de Recursos, como Órgão de Execução, realizou as seguintes atividades no ano de 2005:

ÁREA CRIMINAL		ÁREA CÍVEL	
Espécie	Quantidade	Espécie	Quantidade
Acórdãos recebidos para análise	6.561	Acórdãos recebidos para análise	11.697
Processos requisitados para estudo	273	Processos requisitados para estudo	164
Pareceres emitidos sobre a admissibilidade de recursos	9	Pareceres emit. sobre a admissibilidade de rec.	2.610
Total de recursos interpostos	183	Total de recursos interpostos	136
Recursos especiais interpostos	130	Recursos especiais interpostos	28
Recursos extraordinários interpostos	7	Recursos extraordinários interpostos	42
Recursos de embargos interpostos	21	Recursos de embargos interpostos	7
Agravos interpostos	25	Agravos interpostos	56
Contra-razões de recursos	509	Contra-razões de recursos	117
Outras manifestações recursais	66	Outras manifestações recursais	3
		Feitos pendentes de manifestação	82

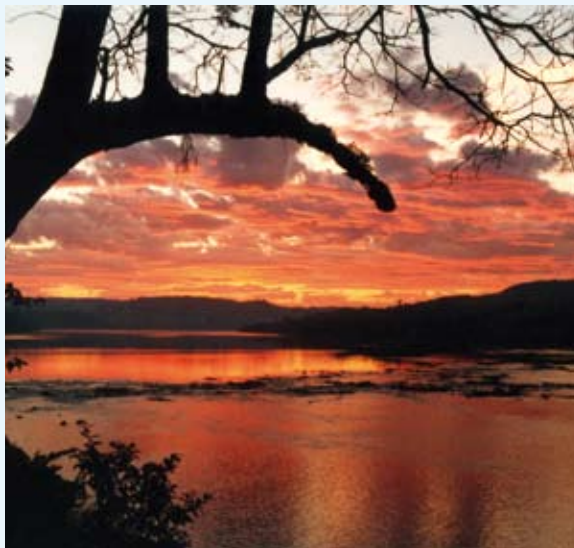
Em termos qualitativos, merece destaque o acolhimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de Recurso Especial interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina que garantiu o atendimento médico a mais de 6.000 crianças que se encontravam em lista de espera, para a realização de consultas, exames e cirurgias na rede pública estadual, através do Sistema Único de Saúde. A ação do Ministério Público teve origem na Comarca da Capital, depois de esgotadas todas as tentativas de ajustamento de conduta com o Estado de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar o pronto atendimento às crianças cadastradas em lista de espera, obrigadas a aguardar por vezes longos meses até o efetivo atendimento.

Apesar da liminar deferida haver determinado ao Estado a regularização do atendimento da lista de espera no prazo de 60 dias, através da manutenção posterior do atendimento regular, com o agendamento de consultas em prazos de até 10 dias e de cirurgias em até 15 dias, o egrégio Tribunal de Justiça, em grau de recurso, acabou reformando a decisão, determinando a extinção do processo, por entender impertinente a avocação, pelo Poder Judiciário, de deliberações próprias da Administração Pública.

A Coordenadoria de Recursos, então, manejou os respectivos recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, com fundamento no direito constitucional consagrado às crianças e adolescentes de absoluta prioridade na efetivação do direito à saúde. Para satisfação das crianças e de toda sociedade catarinense, o colendo Superior Tribunal de Justiça acolheu o recurso do Ministério Público, para viabilizar a regularização da lista de espera e o atendimento médico às crianças.



Araucárias
:: Ênio Frassetto



Rio Uruguai em Itapiranga
:: Pref. Municipal de Itapiranga



Morro Arapongas em Timbó
:: Pref. Municipal de Timbó

6 Atividades dos Procuradores de Justiça

Os Procuradores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2005:

ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL	
Pareceres	Quantidade
Mandado de Segurança	1.074
Apelação Cível	10.799
Agravo de Instrumento	2.601
Habeas Corpus	172
Consulta	3
Precatório	1.038
Reclamação	3
Ação Popular	1
Ação Rescisória	78
Medida Cautelar	7
Ação Civil Pública	4
Pedido de Suspensão	4
Exceção de Suspeição	69
Embargos Infringentes	9
Declaratória	1
Pedido de Intervenção	6
Exceção de Impedimento	2
Pedido de Providências	4
Conflito de Competência	136
Processo Administrativo	9
Ação de Improbidade Administrativa	6
Outros	3
TOTAL:	16.029

ATIVIDADES DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL	
Pareceres	Quantidade
Habeas Corpus	1.642
Correição	2
Reclamação	19
Processo-crime	2
Recurso Criminal	462
Revisão Criminal	209
Apelação Criminal	3.717
Recurso de Agravo	119
Exceção da Verdade	1
Exceção de Suspeição	5
Mandado de Segurança	33
Agravo de Instrumento	32
Embargos Infringentes	18
Interpelação Judicial	1
Conflito de Jurisdição	22
Exceção de Impedimento	1
Conflito de Competência	3
Pedido de Desaforamento	7
Revogação da Prisão Preventiva	1
Outros	1
TOTAL:	6.297

7 Atividades dos Promotores de Justiça

Os Promotores de Justiça, como Órgãos de Execução, realizaram as seguintes atividades no ano de 2005:

7.1 Na área criminal

ATIVIDADES DA ÁREA CRIMINAL	2004	2005	Percentual
1. Inquéritos policiais/Notícias criminais/Procedimentos:			
1.1 – Vindos do período anterior	10.873	15.904	46,27%
1.2 – Devolvidos pelo cartório/órgão de origem	24.326	41.517	70,67%
1.3 – Recebidos/instaurados no período (novos):			
a) Procedimento de investigação criminal instaurado	-	444	-
b) meio ambiente	3.499	4.852	38,67%
c) consumidor	302	456	50,99%
d) moralidade administrativa	111	268	141,44%
e) idosos	-	52	-
f) pessoas portadoras de deficiência	-	15	-
g) preconceito racial	-	17	-
h) ordem tributária	2.940	2.675	-9,01%
i) Código Penal Militar	1.225	1.240	1,22%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	38.650	47.065	21,77%
k) área comum/outras	58.774	64.336	9,46%

1.4 Transações penais:			
a) meio ambiente	1.832	2.142	16,92%
b) consumidor	50	212	324,00%
c) moralidade administrativa	8	24	200,00%
d) idosos	-	24	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	9	-
f) ordem tributária	530	325	-38,68%
g) Código Penal Militar	46	101	119,57%
h) outras infrações de menor potencial ofensivo	11.459	11.325	-1,17%
i) área comum/outros	4.454	4.364	-2,02%
1.5 Arquivados:			
a) Procedimento de investigação criminal instaurado	-	48	-
b) meio ambiente	530	450	-15,09%
c) consumidor	94	72	-23,40%
d) moralidade administrativa	34	71	108,82%
e) idosos	-	22	-
f) pessoas portadoras de deficiência	-	3	-
g) preconceito racial	-	9	-
h) ordem tributária	468	1.411	201,50%
i) área militar	696	821	17,96%
j) outras infrações de menor potencial ofensivo	18.773	18.421	-1,88%
k) área comum/outros	15.484	17.076	10,28%
1.6 Baixados para diligência	18.719	21.802	16,47%
1.7 Extinção da punibilidade pelo cumprimento da transação formalizada	-	12.051	-
1.8 Outras situações de baixa estatística	44.822	43.890	-2,08%
1.9 Denúncias oferecidas:			
a) meio ambiente	908	1.143	25,88%
b) consumidor	55	99	80,00%
c) moralidade administrativa	59	67	13,56%
d) idosos	-	11	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	2	-
f) preconceito racial	-	3	-
g) ordem tributária	833	652	-21,73%
h) Código Penal Militar	406	351	-13,55%
i) outras infrações de menor potencial ofensivo	3.601	4.563	26,71%
j) área comum/outros	19.344	20.709	7,06%
1.10. Passam para o período seguinte	15.904	16.568	4,17%
2. Tipos penais denunciados:			
2.1. Área da coletividade/Código Penal Militar:			
a) meio ambiente	-	1.248	-
b) consumidor	-	213	-
c) moralidade administrativa	-	32	-
d) pessoas portadoras de deficiência	-	7	-
e) preconceito racial	-	7	-
f) ordem tributária			
f.1) art. 1º, da Lei 8.137/90	-	319	-
f.2) art. 2º, da Lei 8.137/90	-	360	-
f.3) outros contra a ordem tributária	-	14	-
g) Código Penal Militar	-	370	-
2.2 Código Penal:			
2.2.1. Contra a pessoa:			
a) Homicídio	789	860	9,00%
b) Lesão corporal	1.393	1.651	18,52%
c) Outros tipos contra pessoa	700	928	32,57%
2.2.2. Contra o patrimônio:			
a) Furto	6.397	6.859	7,22%
b) Roubo e extorsão	1.437	1.589	10,58%
c) Latrocínio	71	68	-4,23%
d) Estelionato e outras fraudes	1933	1.973	2,07%
e) Outros tipos contra o patrimônio	1.346	1.666	23,77%

2.2.3 Contra os costumes:			
a) Estupro	-	298	-
b) Atentado violento ao pudor	-	270	-
c) Outros contra os costumes	-	130	-
2.2.4. Contra administração pública:			
a) Peculato	-	42	-
b) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	-	2	-
c) Concussão	-	34	-
d) Corrupção passiva	-	32	-
e) Prevaricação	-	9	-
f) Desacato/resistência	-	509	-
g) Outros contra a Administração Pública	-	435	-
2.2.5. Outros tipos de Código Penal:	1.396	1.102	-21,06%
2.3. Tipos previstos em leis especiais:			
2.3.1. Tóxicos:	2.668	2.726	2,17%
a) Tráfico	-	1.308	-
b) Posse	-	1.314	-
c) Outros da Lei de Tóxicos	-	104	-
2.3.2. Abuso de autoridade	39	39	0,00%
2.3.3. Tortura	23	23	0,00%
2.3.4. Crimes da Lei de Armas	-	1.919	-
2.3.5. Crimes da Lei de Trânsito	2.042	2.453	20,13%
2.3.6. Crimes Eleitorais	87	88	1,15%
2.3.7. Outros	4.088	1.001	-75,51%
3. Crimes contra crianças e adolescentes:			
3.1. Contra a vida	6	10	66,67%
3.2. Lesão corporal e maus-tratos	57	69	21,05%
3.3. Abandono e omissão de socorro	42	59	40,48%
3.4. Contra os costumes:			
a) Estupro	-	144	-
b) Atentado violento ao pudor	-	258	-
c) Outros contra os costumes	-	23	-
3.5. Crimes previstos na Lei nº 8.069/90(ECA):			
a) Privação de liberdade - art. 230	-	2	-
b) Constrangimento ilegal - art. 232	-	2	-
c) Produção artística pornográfica - art. 240	-	2	-
d) Uso de imagem pornográfica - art. 241	-	4	-
e) Submissão à prostituição e exploração sexual - art. 244-A	-	33	-
f) Outros previstos na Lei nº 8.069/90 (ECA)	-	99	-
3.6. Abuso de autoridade	6	2	-66,67%
3.7. Tortura	9	9	0,00%
3.8. Outros contra criança e adolescente	47	73	55,32%
4. Crimes contra idosos:			
4.1. Contra a vida	-	6	-
4.2. Lesão corporal e maus-tratos	-	21	-
4.3. Abandono e omissão de socorro	-	0	-
4.4. Outros contra os costumes			
a) Estupro	-	1	-
b) Atentado violento ao pudor	-	1	-
c) Outros contra os costumes	-	0	-
4.5. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03):			
a) art. 102 - Apropriação/desvio de bens ou valores	-	3	-
b) art. 104 - Retenção de cartão magnético	-	2	-
c) art. 105 - Veiculação de informações/imagens depreciativas	-	0	-
d) art. 107 - Coação para outorga de procuração	-	0	-
e) art. 108 - Lavra de ato notarial irregular em desfavor do idoso	-	0	-
f) Outros previstos na Lei nº 10.741/03	-	2	-
4.6. Abuso de autoridade	-	1	-
4.7. Tortura	-	1	-

5. Processos:			
5.1. Vindos do período anterior	2.277	3.394	49,06%
5.2. Recebidos no período:			
a) meio ambiente	1.535	3.115	102,93%
b) consumidor	157	426	171,34%
c) moralidade administrativa	224	418	86,61%
d) idosos	-	30	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	6	-
f) preconceito racial	-	22	-
g) área tributária	1.313	1.807	37,62%
h) Código Penal Militar	460	337	-26,74%
i) outras infrações de menor potencial ofensivo	11.851	18.054	52,34%
j) área comum/outros	123.048	175.187	42,37%
5.3. Manifestações:			
5.3.1. Alegações finais	12.170	13.864	13,92%
5.3.2. Medidas cautelares	3.001	3.768	25,56%
5.3.3. Propostas de suspensão condicional do processo	3.188	3.817	19,73%
5.3.4. Execução penal	34.204	41.558	21,50%
5.3.5. Libelos	-	598	-
5.3.6. Razões de recursos	991	991	0,00%
5.3.7. Contra-razões de recursos	3.133	3.288	4,95%
5.3.8. Pareceres perante Turma de Recursos	377	397	5,31%
5.3.9. Outras	80.442	51.431	-36,06%
5.3.10. Intimações diversas	-	79.661	-
5.4. Passam para o período seguinte	3.394	3.423	0,85%
6. Intimações de sentenças:			
6.1. Absolutórias	-	2.367	-
6.2. Condenatórias	-	9.212	-
6.3. Pronúncia	-	423	-
6.4. Impronúncia	-	23	-
6.5. Desclassificação para juízo comum	-	79	-
6.6. Absolvição sumária	-	233	-
6.7. Extinção da punibilidade	-	24.933	-
6.8. Outras	-	21.727	-
7. Tribunal do Júri - Plenário:			
7.1. Sessões de julgamento	-	480	-
7.2. Réus condenados	-	354	-
7.3. Réus absolvidos	-	123	-
7.4. Decisões desclassificadoras	-	73	-
8. Outras atividades:			
8.1. Audiências judiciais	77.809	85.939	10,45%
8.2. Sessões de julgamento dos Conselhos de Justiça Militar	109	54	-50,46%
8.3. Sessões da Turma de Recursos	109	123	12,84%
8.4. Atos de controle da atividade policial	302	269	-10,93%
8.5. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	2.300	2.947	28,13%
8.6. Visitas a estabelecimentos penais	355	267	-24,79%
8.7. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	24.777	25.380	2,43%
9. Pendências com prazo de manifestação vencido:			
9.1. Inquéritos policiais, notícias criminais, procedimentos e termos	8.011	9.025	12,66%
9.2. Procedimento de investigação criminal - mais de 90 dias	-	48	-
9.3. Processos	1.185	1.160	-2,11%
9.4. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias (geral)	-	6.087	-

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os números constantes da tabela anterior revelam que no ano de 2005 as Promotorias de Justiça receberam para análise, entre inquéritos policiais, notícias criminais e outros procedimentos investigatórios, 162.937 procedimentos, representando um aumento de 25,40% em relação ao total recebido no ano de 2004, quando foram registrados 129.929 procedimentos recebidos.

A resposta penal ofertada pelas Promotorias de Justiça aos fatos trazidos ao seu conhecimento, traduzida, sobretudo, no número de denúncias oferecidas e no número de transações penais realizadas, também aumentou 9,37%, se forem comparados os dois períodos, passando de 25.235 denúncias, no ano de 2004, para 27.600, no ano de 2005. O mesmo pode-se dizer sobre as transações penais, que passaram de 18.382 para 18.526 nos referidos períodos, representando um incremento de 0,78% em relação ao ano de 2004.

7.2 Na área cível

ATIVIDADES DA ÁREA CÍVEL	2004	2005	Percentual
1. Inquéritos civis/proced. adm./peças informativas:			
1.1. Vindos do período anterior	2.938	3.509	19,43%
1.2. Recebidos/instaurados no período(novos):			
a) meio ambiente	844	1.282	51,90%
b) consumidor	604	842	39,40%
c) moralidade administrativa	722	1.002	38,78%
d) idosos	-	139	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	49	-
f) saúde	-	499	-
g) fundações	-	78	-
h) outros	493	580	17,65%
1.3. Arquivados:			
1.3.1. Sem ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	375	361	-3,73%
b) consumidor	81	331	308,64%
c) moralidade administrativa	192	363	89,06%
d) idosos	-	61	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	14	-
f) saúde	-	154	-
g) direitos humanos, cidadania e fundações	277	163	-41,16%
h) outros	144	306	112,50%
i) remessa ao MPF ou outro MPE	-	37	-
1.3.2. Com ajustamento de conduta:			
a) meio ambiente	194	399	105,67%
b) consumidor	106	245	131,13%
c) moralidade administrativa	22	75	240,91%
d) idosos	-	24	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	11	-
f) saúde	-	67	-
g) fundações	-	20	-
h) outros	8	136	1600,00%
1.4. Concluídos/anexados à petição inicial	366	354	-3,28%
1.5. Ajustamento de conduta em execução	651	719	10,45%
1.6. Outras situações de baixa estatística	809	607	-24,97%
1.7. Passam para o período seguinte	3.509	4.252	21,17%
2. Ações civis ajuizadas:			
2.1. Ações civis públicas:			
a) meio ambiente	186	302	62,37%
b) consumidor	33	32	-3,03%
c) moralidade administrativa	210	194	-7,62%
d) idosos	-	37	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	8	-
f) saúde	-	167	-
g) fundações	-	9	-
h) outras	-	56	-
2.2. Ações diretas de inconstitucionalidade	22	19	-13,64%
2.3. No Juízo de Família	589	348	-40,92%
2.4. No Juízo Eleitoral	156	106	-32,05%
2.5. Outras ações	182	82	-54,95%

3. Processos:			
3.1. Vindos do período anterior	5.720	5.703	-0,30%
3.2. Recebidos no período:			
a) meio ambiente	847	1201	41,79%
b) consumidor	301	638	111,96%
c) moralidade administrativa	1.126	1.000	-11,19%
d) idosos	-	130	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	484	-
f) saúde	-	732	-
g) fundações	-	72	-
h) área comum/outros	-	222.345	-
3.3. Manifestações:			
3.3.1. Ação civil pública:			
a) meio ambiente	626	757	20,93%
b) consumidor	199	288	44,72%
c) moralidade administrativa	607	741	22,08%
d) idosos	-	72	-
e) pessoas portadoras de deficiência	-	83	-
f) saúde	-	481	-
g) fundações	277	55	-80,14%
h) outras	144	910	531,94%
3.3.2. Direito de família	73.810	61.366	-16,86%
3.3.3. Inventário/arrolamento (Direito das sucessões)	7.171	7.250	1,10%
3.3.4. Falência/concordata	2.697	2.742	1,67%
3.3.5. Fazenda pública	9.211	4.798	-47,91%
3.3.6. Mandado de segurança	6.896	4.489	-34,90%
3.3.7. Ação popular	463	323	-30,24%
3.3.8. Registros públicos	6.792	6.500	-4,30%
3.3.9. Acidente do trabalho/previdenciário	4.792	4.029	-15,92%
3.3.10. Ações indenizatórias	2.449	1.768	-27,81%
3.3.11. Ações possessórias/usucapião	3.028	2.987	-1,35%
3.3.12. Direito eleitoral	35.786	6.765	-81,10%
3.3.13. Recurso - razões	320	311	-2,81%
3.3.14. Recurso - contra-razões	165	223	35,15%
3.3.15. Recurso - pareceres	1.114	373	-66,52%
3.3.16. Recurso – maníf. art. 1º, do Ato PGJ/CGMP/nº 178/2001	-	2.419	-
3.3.17. Pareceres perante a Turma de Recursos	134	922	588,06%
3.3.18. Manifestações formais (art 1º, do Ato PGJ nº 103/2004)	-	7.178	-
3.3.19. Outras manifestações	56.864	20.706	-63,59%
3.3.20. Cotas	-	19.555	-
3.3.21. Intimações	-	68.820	-
3.4. Passam para período seguinte	5.703	5.394	-5,42%
4. Outras atividades:			
4.1. Audiências judiciais	45.072	51.072	13,31%
4.2. Sessões da Turma de Recursos	71	184	159,15%
4.3. Assistência em rescisões de contrato de trabalho	10.971	12.147	10,72%
4.4. Atos de fiscalização de fundações	463	272	-41,25%
4.5. Manifestações em habilitações de casamentos	21.785	23.327	7,08%
4.6. Manifestações em procedimentos de parcelamento do solo	2.497	2.834	13,50%
4.7. Outras manifestações em procedimentos extrajudiciais	11.226	8.886	-20,84%
4.8. Reuniões/audiências extrajudiciais	3.299	3.367	2,06%
4.9. Visitas/inspeções em cartórios	39	203	420,51%
4.10. Visitas a estabelecimentos que abriguem idosos	-	75	-
4.11. Visitas a estabelecimentos que abriguem portadores de deficiência	-	35	-
4.12. Visitas a estabelecimentos de saúde	-	90	-
4.13. Visitas a comunidades terapêuticas	-	57	-
4.14. Visitas a fundações	-	90	-
4.15. Palestras sobre assuntos institucionais	228	287	25,88%
4.16. Atos de Instrução ICP/procedimento administrativo:			
a) Audiências públicas realizadas	-	379	-

b) Audiências instrutórias de ICP/Procedimentos administrativos	-	1.509	-
c) Pessoas inquiridas	-	1.808	-
d) Requisições e ofícios expedidos	-	16.298	-
e) Cartas Precatórias expedidas	-	73	-
f) Cartas Precatórias cumpridas	-	152	-
4.17. Atendimento ao público (número de pessoas atendidas)	59.218	60.685	2,48%
5. Pendências com prazo de manifestação vencido:			
5.1. Inquéritos civis/proced. adm./peças informativas	1.221	1.793	46,85%
5.2. Processos	2.734	2.509	-8,23%
5.3. Vencidos há mais de 30 (trinta) dias	-	2.834	-

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

Os dados estatísticos das atividades das Promotorias de Justiça, na área cível, no ano de 2005, revelam que houve um aumento na demanda processual. Nesse ano, o Ministério Público de primeiro grau recebeu 226.602 processos para serem examinados, o que representa um acréscimo de 6,02% em relação àqueles recebidos no ano de 2004, quando totalizaram 213.736.

Os dados da área cível revelam que houve um aumento no número de inquéritos civis, de procedimentos administrativos e de peças informativas da área cível recebidos ou instaurados pelos Promotores de Justiça com atuação cível, passando de 3.227, em 2004, para 4.471, em 2005.

A quantidade de manifestações exaradas nesses processos cíveis pelos Promotores de Justiça também registrou aumento em 2005, da ordem de 6,15%. Enquanto, no ano de 2005, foram totalizadas 226.911, em 2004, houve registro de 213.753 delas, o que representa aumento de 13.158 manifestações processuais.

A resposta cível ofertada pelas Promotorias de Justiça aos fatos trazidos ao seu conhecimento, traduzida, sobretudo, no número das ações civis ajuizadas e no número de ajustamentos de condutas firmados, também aumentou, se forem comparados os dois períodos, passando de 651 ações civis, em 2004, para 805, em 2005. O mesmo se pode dizer sobre os termos de ajustamento de conduta, que passaram de 412 para 977, nos referidos períodos.

Vale destacar que houve uma significativa redução da intervenção do Ministério Público na condição de *custos legis*, em virtude da edição do Ato nº 103/MP/2004, que faculta a “intervenção meramente formal”, visto que, em 2005, o exercício da atividade de agente interveniente do Ministério Público resultou em 131.358 manifestações de mérito, o que, se confrontado ao ano de 2004, representa um decréscimo de 38,54%.

7.3 Na área da infância e da juventude

ATIVIDADES DA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2004	2005	Percentual
I - DA ÁREA DOS ATOS INFRACIONAIS			
1. Notícias de atos infracionais			
1.1. Vindos do período anterior	-	595	-
1.2. Autos de apreensão/boletins circunstanciados/outros	-	18.042	-
1.3. Aapr/BC reunidos	-	236	-
1.4. Arquivamentos promovidos	-	1.928	-
1.5. Remissões concedidas:			
a) simples	1.428	1.368	-4,20%
b) com medida sócio-educativa:	5.170	5.973	15,53%
b.1) advertência	3.188	3.831	20,17%
b.2) obrigação de reparar o dano	293	412	40,61%
b.3) prestação de serviços à comunidade	2.424	2.471	1,94%
b.4) liberdade assistida	592	737	24,49%
1.6. Representações de atos infracionais oferecidas	2.671	2.310	-13,52%
1.7. Outras situações de baixa estatística	-	6.074	-
1.8. Passam para o período seguinte	-	748	-
2. Atos infracionais representados			
2.1. Contra a pessoa:			
a) Homicídio	124	133	7,26%
b) Lesão corporal	764	160	-79,06%

c) Ameaça	-	125	-
d) Outros	-	85	-
2.2. Contra o patrimônio:			
a) Furto	2.866	1.213	-57,68%
b) Roubo e extorsão	380	287	-24,47%
c) Latrocínio	11	17	54,55%
d) Estelionato e outras fraudes	73	18	-75,34%
e) Outros	-	142	-
2.3. Contra costumes:			
a) Estupro	-	43	-
b) Atentado violento ao pudor	-	68	-
c) Outros	-	10	-
2.4. Tóxicos:			
a) Tráfico	-	127	-
b) Posse	-	147	-
c) Outros	-	19	-
2.5. Estatuto do desarmamento	-	99	-
2.6. Contra Idosos (Estatuto do Idoso)	-	0	-
2.7. Trânsito	567	136	-76,01%
2.8. Outros	1.544	137	-91,13%
3. Processos/audiências:			
3.1. Vindos do período anterior	-	332	-
3.2. Recebidos	-	24.249	-
3.3. Manifestações/audiências:			
a) Alegações finais	-	1.017	-
b) Razões de recurso	-	26	-
c) Contra-razões de recurso	-	74	-
d) Pareceres em execução de medidas	-	7.409	-
e) Outras promoções	-	5.693	-
3.4. Intimações diversas	-	9.901	-
3.5. Passam para o período seguinte	-	461	-
3.6. Cartas precatórias (Ato CGMP 03/01):			
a) Expedidas	-	224	-
b) Recebidas para cumprimento	-	369	-
II - DA ÁREA CÍVEL			
4. Inquéritos civis/peças informativas/representações:			
4.1 Vindos do período anterior	-	155	-
4.2. Notícias/inquéritos civis/proc administrativos/representações	914	907	-0,77%
4.3. Avisos por infrequência escolar	579	736	27,12%
4.4. Avisos por maus-tratos	-	604	-
4.5. Arquivados/indeferidos:			
a) Inquéritos civis/procedimentos administrativos:			
a.1) sem ajustamento de conduta	232	310	33,62%
a.2) com ajustamento de conduta	39	60	53,85%
a.3) indeferidos	-	29	-
b) Avisos por infrequência escolar:			
b.1) crianças ou adolescentes que retornaram à escola	331	528	59,52%
b.2) crianças ou adolescentes que não retornaram à escola	139	145	4,32%
c) Avisos por maus-tratos:			
c.1) violência física/psicológica	-	235	-
c.2) exploração sexual infanto-juvenil	-	81	-
c.3) outras situações de maus-tratos	-	217	-
4.6. Inq. civil/proc. administrativo concluído/anexado pet. inicial	182	298	63,74%
4.7. Ajustamentos de conduta em execução	39	11	-71,79%
4.8. Outras situações de baixa estatística	-	246	-
4.9. Passam para o período seguinte	-	242	-
5. Ações civis ajuizadas:			
5.1. Ações civis públicas	53	101	90,57%
5.2. Apuração de infração administrativa	61	322	427,87%
5.3. Cautelares	-	67	-
5.4. Destituição/suspensão do poder familiar	253	354	39,92%

5.5. Mandado de Segurança	-	16	-
5.6. Medidas de proteção	700	609	-13,00%
5.7. Outras	259	314	21,24%
6. Processos:			
6.1. Vindos do período anterior	-	430	-
6.2. Recebidos	-	36.020	-
6.3. Manifestações/pareceres:			
a) Adoção:			
a.1) por brasileiros	-	1.615	-
a.2) por estrangeiros	-	65	-
b) Alegações finais	-	714	-
c) Alimentos	-	1.583	-
d) Cadastro de adotantes	-	3.464	-
e) Cautelares	-	263	-
f) Infrações administrativas	-	527	-
g) Mandado de Segurança	-	28	-
h) Recursos:			
h.1) Razões de recurso	-	30	-
h.2) Contra-razões de recurso	-	114	-
h.3) Pareceres em recurso	-	16	-
i) Outros pareceres	-	7.380	-
j) Outras manifestações	-	10.764	-
k) Intimações diversas	-	9.394	-
6.4. Passam para o período seguinte	-	493	-
7. Outras atividades:			
7.1. Audiências judiciais	8.138	10.219	25,57%
7.2. Audiências de apresentação (nº de adolescentes)	10.546	10.845	2,84%
7.3. Audiências/reuniões ICP/procedimentos administrativos	-	296	-
7.4. Reuniões/audiências extrajudiciais	1.081	1.199	10,92%
7.5. Visitas a entidades de atendimento ao autor de ato infracional	-	53	-
7.6. Visitas a abrigos e outras entidades de atendimento	239	239	0,00%
7.7. Palestras sobre assuntos institucionais	220	310	40,91%
7.8. Atendimento ao público (número de pessoas)	16.029	17.889	11,60%
8. Pendências com prazo de vista vencido			
8.1. Procedimentos de apuração de ato infracional	272	132	-51,47%
8.2. Notícias de atos infracionais	-	71	-
8.3. Inquéritos civis/procedimentos administrativos	-	59	-
8.4. Procedimento de investigação criminal (PIC) mais de 90 dias	-	0	-
8.5. Processos	290	143	-50,69%
8.6. Vencidos há mais de 30 dias	-	233	-

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Santa Catarina

As Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude receberam, no ano de 2005, o total de 18.278 notícias de atos infracionais, o que representa um acréscimo da ordem de 4,73% em relação ao número verificado no ano de 2004, que foi de 17.452 comunicações dessa espécie.

No último ano, as Promotorias de Justiça com atuação na área da infância e juventude ainda receberam 736 avisos por infrequência escolar, instrumento concebido no Programa de Combate à Evasão Escolar APÓIA para dar conhecimento ao Promotor de Justiça da falta das crianças à escola, a fim de que aquele adote as medidas legais para o retorno destas aos bancos escolares. Desses casos avisados ao Ministério Público, com a intervenção dos Promotores de Justiça, por meio de providências extrajudiciais, foi possível o retorno de 528 crianças ou adolescentes à escola, o que representa 71,74% do total de situações comunicadas.

A resposta ofertada pelas Promotorias de Justiça aos problemas relativos à infância e à juventude trazidos ao seu conhecimento, traduzida, sobretudo, no número das ações civis ajuizadas, nos termos de ajustamento de conduta firmados, nas manifestações realizadas e nas remissões concedidas, também aumentou, com exceção das representações apresentadas, que diminuiu, se forem comparados os anos de 2004 e 2005. Foram 1.326 ações civis ajuizadas no ano de 2004; passando para 1.783, no ano de 2005; 6.598 para 7.341 remissões concedidas; e de 2.671 para 2.310 representações por atos infracionais apresentadas.

8 Atividades dos Órgãos Auxiliares

8.1 Da Secretaria-Geral do Ministério Público

A Secretaria-Geral do Ministério Público, como Órgão Auxiliar, realizou as atividades da tabela ao lado.

Dessas atividades, merecem destaque: elaboração da escala mensal de plantão nas Promotorias de Justiça; indicação mensal dos membros do Ministério Público para atuar perante as zonas eleitorais; elaboração de portaria de substituição e de colaboração nas Promotorias de Justiça; deflagração do processo de seleção de Estagiários para as Comarcas; designação dos Coordenadores Administrativos nas Comarcas; emissão de declarações e certidões; redação de ofícios e expedientes do Procurador-Geral de Justiça, do Subprocurador-Geral de Justiça e do Secretário-Geral do Ministério Público; registro de convênios; controle de e-mails da SGMP e da Assessoria de Direitos Estatutários; arquivo; expedição de documentos; registro e tramitação no protocolo informatizado; registro e autuação dos procedimentos administrativos; atualização na página da internet, das informações relativas à Secretaria-Geral; posses de servidores; controle patrimonial; balancetes; acompanhamento das receitas; gestão do orçamento; emissão de empenhos; contratos; ordens de pagamento; análise de requerimentos formulados por servidores; e reuniões do FERMP e de comissões.

Espécie	Quantidade
Correspondências recebidas	6.943
Correspondências expedidas	1.432
Portarias	2.306
Atos normativos	32
Publicações oficiais (IOESC)	364
Escala de plantão nas Promotorias de Justiça	12
Processos de seleção de estagiários	93
Autuações de processos	201
Total	11.383

8.2 Da Ouvidoria

Embora a Ouvidoria tenha sido efetivamente instalada no dia 30 de novembro de 2005, seguem algumas atividades, realizadas no mês de dezembro, por esse Órgão:

- a) difusão do Órgão, com a inserção da Ouvidoria na Internet; implantação de um formulário eletrônico, instalação de uma linha telefônica especial (127); e difusão nos órgãos de imprensa;
- b) estruturação e organização interna, com adequação do espaço físico; montagem de arquivo; definição de padrões e modelos de documento; e gerenciamento eletrônico e classificação das informações;

c) na atividade-fim, houve o registro e o recebimento de aproximadamente 50 manifestações envolvendo reclamações, críticas e elogios; e

d) no registro que teve como alvo outras entidades, órgãos e agentes em face de cujas condutas o Ministério Público tem o dever legal de agir, houve o registro de aproximadamente 50 manifestações envolvendo denúncias, reclamações, críticas, sugestões, pedidos de informações e de providências, todos decididos e remetidos aos respectivos setores internos do Ministério Público.



*Cultivo de girassóis
 :: Pref. Municipal de Irineópolis*

8.3 Dos Centros de Apoio Operacional

8.3.1 Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa

O Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	108
Atos de apoio realizados a órgãos de 2ª grau	7
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	126
Pesquisas realizadas	126
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	108
Palestras ministradas	28
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	2
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	272
Ofícios, e-mails e fax expedidos	1.436
Ofícios, e-mails e fax recebidos	102
Pessoas atendidas (do público externo)	175

8.3.1.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da moralidade administrativa ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção e da repressão dos atos de improbidade administrativa.

8.3.1.2 Prevenção da improbidade administrativa

Deu-se continuidade a ações que visem à conscientização de agentes públicos, especialmente por meio da realização de encontros regionais, voltados a parlamentares e administradores públicos, com efetiva participação dos Promotores de Justiça que na região atuam na área da defesa da moralidade administrativa, com vista à prevenção de atos de improbidade.

8.3.1.3 Repressão de atos de improbidade administrativa

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas e as intensificou, visando à integração com o Tribunal de Contas do Estado, com a Assembléia Legislativa, com o Tribunal de Justiça, com o Poder Executivo e com as Câmaras de Vereadores, no sentido de serem ampliadas as fontes alimentadoras da Instituição, visando, especialmente, a coibir as fraudes em procedimentos licitatórios; o enriquecimento ilícito de agentes públicos; os desvios de verbas públicas e gastos indevidos; o superfaturamento de obras, produtos e serviços; as fraudes em concursos públicos; os desvios de finalidade e abuso de poder; as contratações irregulares de funcionários; a publicidade irregular; e a doação indevida de bens imóveis por parte de entes públicos.

8.3.1.4 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.2.1, foi realizada uma atividade na área da moralidade administrativa, relacionada com o Plano Geral de Atuação, referente à atuação de caráter preventivo, ao participar na condição de palestrante no VIII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Muni-

cial, encontros promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado, visando a orientar a participação de gestores públicos municipais na chamada CPI da CASAN e de diversas reuniões com agentes e órgãos públicos.

A atividade do CMA mostra-se essencialmente distinta dos demais Centros de Apoio Operacional, destacando-se sobretudo seu funcionamento em caráter de delegação das atribuições originárias do Procurador-Geral de Justiça, de natureza marcadamente processual, além do apoio constante dado aos órgãos de execução.

Assim é que se desenvolveram as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Ações civis públicas	51
Razões de recurso	1
Contra-razões	3
Manifestações	47
Procedimentos de investigação criminal	313
Inquéritos policiais	31
Denúncias	41
Processos	82
Audiências	6

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	112

8.3.2 Centro de Apoio Operacional Criminal

O Centro de Apoio Operacional Criminal, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	564
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	564
Pesquisas realizadas	572
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	74
Palestras ministradas	4
Eventos promovidos	14
Participação em reuniões	34
Participação em audiências públicas	4
Participação seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	9
Participação em órgãos externos representando a Instituição	5
Ofícios, e-mails e fax recebidos	1.122
Ofícios, e-mails e fax expedidos	991
Pessoas atendidas (do público externo)	57
Outras atividades de apoio	490
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	9

8.3.2.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área criminal ocorreu, prioritariamente, nos campos da prevenção de delitos, da repressão à criminalidade organizada, à macrocriminalidade e à criminalidade de elevada repercussão social, na execução penal e no acompanhamento da atividade policial.

8.3.2.2 Prevenção de delitos

Deu-se continuidade a ações integradas com os organismos policiais e outros órgãos públicos e com a sociedade organizada, visando à identificação de situações potenciais ou concretamente fomentadoras de violência e criminalidade, inclusive no sistema penal, promovendo-se, para eliminá-las: a) uma cultura pela paz, a partir das escolas, dos órgãos públicos, dos entes comunitários, dos clubes de serviços, das grandes empresas, das cooperativas etc.; b) medidas administrativas ao alcance dos órgãos públicos competentes; e c) medidas cíveis e penais pertinentes.

8.3.2.3 Repressão à criminalidade organizada, à macrocriminalidade e à criminalidade de elevada repercussão social

Buscou-se reestruturar e ampliar o Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais do Ministério Público, fomentando, primordialmente, atividades de inteligência criminal, implementando operações integradas, inclusive entre os órgãos do Ministério Público, para identificar e coibir a macrocriminalidade e as ações de organizações criminosas, cujas atividades estão centradas, sobretudo, no tráfico de drogas, no furto, no roubo e na receptação de veículos e cargas, nos crimes empresariais e nos crimes que envolvam agentes da Administração Pública, entre outros.

8.3.2.4 Execução penal

Conclusão do diagnóstico do sistema carcerário estadual, implementando ações para a adequação da execução das penas privativas de liberdade, das penas alternativas e das medidas transacionadas e decorrentes da suspensão condicional do processo, especialmente as de prestação de serviços à comunidade, estimulando a criação de Conselhos da Comunidade e Patronatos, para que as penas possam ser aplicadas de forma pedagogicamente adequada à reabilitação do infrator.

8.3.2.5 Acompanhamento da atividade policial

Implementação de ações ordenadas no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público, no controle externo da atividade policial, para uma maior integração entre o Ministério Público, como órgão de controle externo, e os órgãos policiais encarregados do controle interno, com a perspectiva de contribuir para a diminuição da impunidade e corrupção policial, melhorar os níveis de cooperação e solidariedade funcional entre as instituições policiais e o Ministério Público, e potencializar a efetividade da Justiça.

8.3.2.6 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades mencionadas nas tabelas dos itens 7.1 e 8.3.2, podem-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades realizadas, na área criminal, por meio do Centro de Apoio Operacional Criminal e das Promotorias de Justiça com atuação criminal relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA CRIMINAL	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	10
Promotor de Justiça	159

a) Programas:

a.1) Programa Integrado de Proteção de Interesses Difusos e Coletivos afetos à Segurança Pública

Objetiva incentivar e dar suporte ao Promotor de Justiça para implantação, no âmbito da sua Comarca, das diretrizes e operações previstas, envolvendo órgãos públicos de diversas áreas, para uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva e, se necessário, repressiva, com vista à redução dos índices de criminalidade, além do seu caráter pedagógico e de orientação, com a aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, remetendo-se as ocorrências e autuações aos representantes do Ministério Público, para a promoção das ações no âmbito penal e civil, cada qual nas suas respectivas áreas de atuação: celebrou-se termo de cooperação técnica, no âmbito estadual, em dezembro de 2005; Protocolo de Atuação, na esfera municipal, obtendo-se significativos resultados; firmaram-se protocolos de atuação nas Comarcas de Garopaba e Balneário Camboriú; e realizou-se operação conjunta com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude na Capital, efetuada em 15 de setembro de 2005, nas casas noturnas, visando o combate à prostituição infantil.

a.2) Programa de Acesso e Compartilhamento de Dados e Informações

Visa a desenvolver, prioritariamente, as atividades de coleta e busca de dados de inteligência, estabelecendo os canais de ligação formais e informais que permitam o acompanhamento e a investigação de temas, entre os quais o crime organizado, o narcotráfico e os delitos conexos, a violência urbana e rural, as estruturas de segurança pública e ameaças potenciais a instituições democráticas e à sociedade: buscou-se a celebração de convênios com diversas instituições de modo a tornar disponível o acesso às informações aos membros do Ministério Público; reestruturou-se o *site* do Centro de Apoio, com a apresentação dos programas implantados e em andamento, reuniões agendadas, ações desencadeadas e relatórios; colocou-se à disposição dos Procuradores e Promotores de Justiça informações dos bancos de dados da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão (CIASC-PRO3), da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, do Programa de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (Infoseg), do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc), das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOG).

a.3) Programa de Execução Regular da Pena

Visa a propiciar suporte técnico-jurídico aos Promotores de Justiça com atribuição nas varas de execução penal, no intuito de exercerem a fiscalização do sistema prisional, objetivando o correto cumprimento das penas impostas pelos Juízes de Execução Penal do Estado de Santa Catarina e das normas relativas ao encarceramento, contribuindo para a reinserção do egresso na sociedade: instaurou-se inquérito civil para diagnosticar o Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina, por intermédio do qual obteve-se a criação dos Conselhos da Comunidade nas Comarcas de Criciúma, Laguna e São José, bem como melhorias nos estabelecimentos prisionais com a instalação dos sistemas de vigilância eletrônica no Presídio Regional de Criciúma, no Presídio Regional de Balneário Camboriú e na Unidade Prisional Avançada de Laguna e aumento da capacidade das instalações do Presídio Feminino de Florianópolis, em 40 vagas; do Presídio Regional de Itajaí, em 68 vagas; do Presídio Regional de Criciúma, em 104 vagas; do Presídio Regional de Blumenau, em 20 vagas e da Penitenciária da Região de Curitiba, em 192 vagas.

Como resultados do presente programa, ajuizaram-se ações buscando melhorias nos Presídios Regionais de Biguaçu e Balneário Camboriú, nos quais celebraram-se acordos entre as partes, ficando o Estado sujeito à realização de medidas aptas a desagrar a situação caótica presente; também ajuizou-se ação civil pública, referente à Cadeia Pública de Sombrio, resultando em acordo preliminar em audiência, na qual o representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão assumiu o compromisso de deslocar equipe técnica para realizar estudo para a construção de casa do albergado e de centro de internação provisória; ajuizaram-se, ainda, ações referentes ao Presídio Regional de Tijucas, que teve deferido o pedido liminar determinando ao administrador do estabelecimento abster-se de receber presos sem autorização judicial sempre que o número de presos for superior a 200, determinando-se que o Estado proceda, no prazo de 60 dias, à transferência dos presos provenientes de outras Comarcas; foram aforadas medidas judiciais referentes ao Presídio Regional de Chapecó, Penitenciária Agrícola de Chapecó, Presídio Regional de Joinville, Presídio Masculino de Florianópolis e Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara, sendo que neste caso foi deferido pedido liminar determinando ao Estado a colocação de dois médicos no estabelecimento prisional, à disposição; obteve-se a criação de 40 vagas destinadas aos presos de natureza civil no local onde funcionava a antiga Casa do Albergado de Florianópolis, após inquérito civil aberto pelo Centro de Apoio Operacional Criminal, Promotoria da Infância e Juventude

da Comarca da Capital e Promotoria da Execução Penal da Comarca da Capital; elaborou-se convênio com o SENAI oferecendo cursos profissionalizantes aos presos da Comarca de Concórdia; e abriu-se inquérito civil na Comarca de São José para investigar o desvio de pecúlio por parte da administração do Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara.

a.4) Programa de Controle Externo da Atividade Policial

Objetiva implementar ações ordenadas no sentido de dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no acompanhamento da atividade policial bem como buscar uma maior integração, na condição de órgão de controle externo, com os órgãos policiais encarregados do controle interno, no intuito de melhorar os níveis de cooperação e solidariedade funcional entre as instituições policiais e o Ministério Público e potencializar a efetividade da Justiça: realizou-se curso de capacitação aos Promotores de Justiça, ocorrido durante o Primeiro Encontro Operacional Criminal do Ministério Público de Santa Catarina; e realizaram-se encontros regionais (Joinville, Lages, Videira, Blumenau, Erval Velho, Chapecó, São Miguel do Oeste, Mafra, Criciúma, e Tubarão) junto aos Promotores de Justiça visando a definir as diretrizes e atribuições para o controle externo.

b) Ações:

b.1) operação conjunta com o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude na Capital, efetuada nas casas noturnas visando o combate à prostituição infantil;

b.2) realização de Encontros regionais nas Promotorias das Comarcas de Joinville, Lages, Videira, Blumenau, Erval Velho, Chapecó, São Miguel do Oeste, Mafra, Criciúma e Tubarão, para apresentar e capacitar os Promotores de Justiça para o uso dos bancos de dados referentes ao Programa de Acesso e Compartilhamento de Dados e Informações;

b.3) apoio aos Promotores de Justiça consistentes na realização de inspeções aos estabelecimentos prisionais da Capital, de Criciúma, São Pedro de Alcântara e Joinville;

b.4) participação no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC;

b.5) participação no Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas – GECOC;

b.6) fiscalização *in loco* das obras da antiga Casa do Albergado, local agora destinado aos presos civis.

c) Atividades:

c.1) elaboração de nove boletins informativos do Centro de Apoio Operacional Criminal;

c.2) por designação, em atividade de execução, o Coordenador do Centro de Apoio emitiu 260 pareceres em contra-razões de recurso em apelação (art. 600, § 4º, do CPP).



Figueiras
:: Ênio Frassetto

8.3.3 Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária

O Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a Órgãos de Execução recebidas	602
Atos de apoio realizados a órgãos de 2º grau	265
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	337
Pesquisas realizadas	231
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	142
Palestras ministradas	3
Eventos promovidos	3
Participação em reuniões	27
Participação em audiências públicas	1
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	10
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	55
Ofícios, e-mails e fax expedidos	842
Ofícios, e-mails e fax recebidos	759
Pessoas atendidas (do público externo)	60
Outras atividades de apoio	111
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	10

8.3.3.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da ordem tributária ocorreu, prioritariamente, na continuidade da articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses bem como entre o Ministério Público Estadual, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério Público Federal, com vistas a uma efetiva repressão às infrações penais tributárias e à identificação, inclusive em feitos de natureza civil, de focos de conluio entre o poder público e a iniciativa privada, que, com inobservância dos princípios que norteiam a atividade tributária, resultem em corrupção e lesão ao erário e em prejuízo a toda população.

8.3.3.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.3, foram realizadas as seguintes atividades na área da ordem tributária relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Integrado de Justiça Fiscal

Compreende a repressão aos crimes contra a ordem tributária e a articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pela fiscalização tributária do Estado e dos Municípios catarinenses, bem como entre aquele, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério Público Federal, com vistas a uma efetiva repressão às infrações penais tributárias e à identificação, inclusive em feitos de natureza civil: implementaram-se operações integradas entre órgãos do Ministério Público e a Procuradoria-Geral do Estado, buscando priorizar ações para o combate à macrocriminalidade, em especial no que se refere à investigação dos fatos que implicam na evasão de tributos ao erário, alcançando importantes resultados com a realização de reunião de estudos acerca de providências a serem tomadas em relação às notificações fiscais em dívida ativa de empresas localizadas nas Comarcas de Canoinhas, São Joaquim e Araranguá; participação de dois Coordenadores do COT no Curso de Aperfeiçoamento no Combate à Lavagem de Dinheiro em Brasília (DF) – Módulos I, II e III, com a elaboração de

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DA ORDEM TRIBUTÁRIA	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	1
Promotor de Justiça	110

um relatório final acerca do assunto Lavagem de Dinheiro no Estado de Santa Catarina; reunião com o Sindicato dos Combustíveis e Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, para estabelecer e aprimorar a parceria entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, técnicos da SEF/SC e o Comitê Sul Brasileiro de Qualidade dos Combustíveis, visando a combater a venda de combustíveis e lubrificantes sem o recolhimento dos tributos devidos; realização de reunião na SEF/SC referente ao Banco de Dados – SAT, apresentando os Sistemas SAT e CTE, bem como discussão sobre o acesso ao SAT e a geração de relatórios, o qual foi colocado à disposição das Promotorias de Justiça do Estado, para fins de consultas de notificações fiscais, atualização de valores dos débitos, localização de empresas perante a Fazenda etc; realização de reunião, no Conselho Estadual de Contribuintes - SEF/SC, a fim de manifestar a preocupação do Ministério Público com a delonga da tramitação de recursos interpostos contra atos fiscais que concluíram pela redução ou supressão de tributos devidos ao Estado de Santa Catarina; realização de reunião com a SEF/SC/GEFIS, buscando auxílio para identificação de empresas que remeteram numerário ao exterior de maneira irregular; formalização, com a SEF/SC, de acordo para a liberação da obrigatoriedade de integração do cartão de crédito no equipamento Emissor de Cupom Fiscal para os contribuintes com faturamento bruto anual de até R\$ 540 mil; reunião do Conselho Consultivo do COT, a fim de discutir o precedente constituído quando do julgamento do HC nº 81.611/DF; discussão de proposta de modificação da legislação que rege os crimes contra a ordem tributária; discussão sobre o programa de combate à ilegal discricionariedade na cobrança de tributos municipais; alterações das rotinas internas e do sistema de pesquisa perante a Secretaria de Estado da Fazenda; implementação de práticas que resultem na composição do dano no caso do crime previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 8.137/90; informação sobre quais Procuradores de Justiça com atribuição na área criminal atuarão nos feitos que dizem respeito aos crimes contra a ordem tributária; regionalização do combate aos crimes contra a ordem tributária; apresentação de proposta de alteração dos relatórios da Corregedoria-Geral do Ministério Público no tocante aos crimes contra a ordem tributária; e sugestões de cursos de aprimoramento relativos aos crimes contra a ordem tributária.

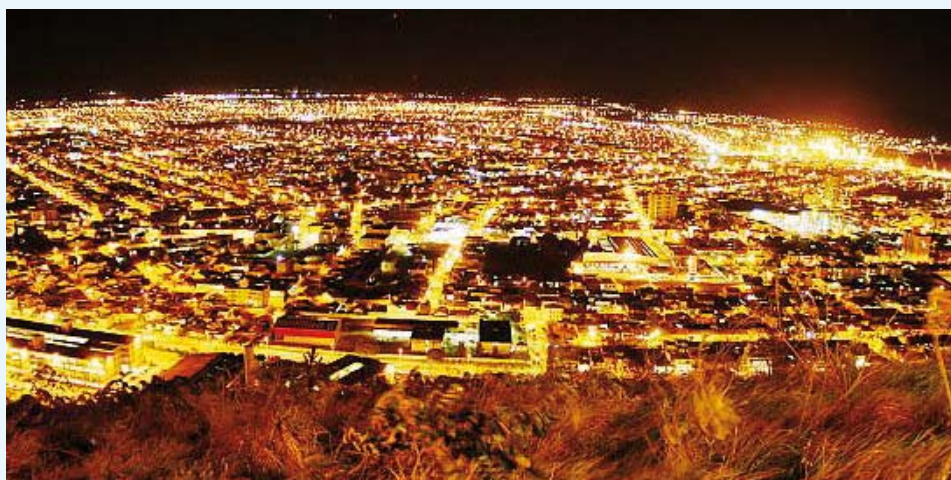
a.2) Programa de Combate à Ilegal Discricionariedade na Cobrança de Tributos Municipais

Visa à atuação do Ministério Público em conjunto com outros órgãos envolvidos, buscando a lisura na cobrança, pelos Municípios, dos impostos municipais, notadamente o IPTU, contribuindo dessa forma com um maior equilíbrio financeiro dos entes municipais, além da atuação em eventuais apurações e processamentos de desvios e benefícios indevidos que venham a ser detectados, de responsabilidade dos mandatários municipais, destacando-se importantes resultados: reunião referente à tributação nos Municípios com representante da FECAM para coleta de informações quanto à cobrança e fiscalização dos tributos municipais ISS e IPTU, deficiências e necessidades de capacitação dos fiscais municipais e conscientização dos gestores municipais sobre a importância da receita advinda destes tributos; realização de reunião fiscal referente tributos municipais, tendo como palestrante Cleide Furlani Pompermeier; reunião, em Balneário Camboriú, com Promotores de Justiça que atuam na ordem tributária, a fim de estabelecer estratégias para a atuação na Defesa de Tributos Municipais.

b) Atividades:

b.1) em 2005, o COT instaurou 237 peças informativas e, considerando as 117 peças informativas do ano anterior (2004), trabalhou no período com um total de 354 peças. Desse total, 55 foram destinadas a outros órgãos do Ministério Público e 30 foram arquivadas. Restou um total de 269 peças informativas para o ano de 2006, das quais 57 estão aguardando resposta de ofícios e 211 estão em procedimento de análise e/ou aguardando o resultado de ações fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda.

b.2) O COT recebeu, em 2005, 61 procedimentos administrativos preliminares e 112 peças referentes a notificações fiscais, oriundas das Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado, com suas respectivas promoções de arquivamento, nos termos do art. 4º, III, da Portaria nº 1.164/95, para apreciação da Coordenação e posterior envio ao arquivo central do Ministério Público.



8.3.4 Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude

O Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	893
Atos de apoio realizados a órgãos de 2ª grau	7
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	197
Pesquisas realizadas	286
Palestras ministradas	21
Eventos promovidos	18
Participação em reuniões	240
Participação em audiências públicas	6
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	26
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	272
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	77.686
Ofícios, e-mails e fax expedidos	9.339
Ofícios, e-mails e fax recebidos	3.133
Pessoas atendidas (do público externo)	1.952
Outras atividades de apoio	303
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	21

8.3.4.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da Infância e da Juventude ocorreu nos três eixos que constituem o Sistema de Garantias de Direitos da Infância e da Juventude, ou seja, em campos que contemplam a promoção, o controle social e a defesa e responsabilização.

8.3.4.2 Promoção de direitos (forma de prevenção primária)

Deu-se continuidade às políticas sociais básicas voltadas à garantia do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, por meio de ações, projetos e programas que visem, especialmente, ao combate à evasão escolar (APÓIA), à oferta de exame de DNA, ao combate à exploração sexual infanto-juvenil (apoio ao Fórum Catarinense Pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil), à oferta de medicamentos e suplementos alimentares para os portadores de mucoviscidose e ao funcionamento do sistema de vigilância alimentar e nutricional e de notificação compulsória da desnutrição grave em crianças de até cinco anos (SISVAN); como também, implementando o projeto de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pelo sistema de ensino, o Programa de Sistema Unificado de Comunicação Compulsória de Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes (APOMT) e o Programa de Facilitação e Estímulo para o Aumento das Contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA).

8.3.4.3 Controle social (prevenção secundária)

Implementação de políticas de proteção especial, por meio de ações, projetos e programas que visem ao atendimento a crianças e adolescentes vulnerabilizados por ameaças ou violações a seus direitos, como os drogaditos, os portadores de necessidades especiais e as vítimas de violência, inclusive a policial, bem como que visem a adequar as entidades que oferecem abrigo a crianças e adolescentes, em atenção ao preconizado nos artigos 90 a 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da promoção da fiscalização, da avaliação e do reordenamento operacional de tais entidades.

8.3.4.4 Defesa e responsabilização (prevenção terciária)

Implementação de políticas sócio-educativas, por meio de ações, projetos e programas que visem: a) ao aperfeiçoamento de Promotores de Justiça acerca da execução de medidas sócio-educativas; b) ao atendimento de adolescente autor de ato infracional que seja dependente de substâncias químicas, estendendo esse atendimento aos seus familiares, quando apresentarem a mesma dependência, por meio de aplicação de medidas de proteção; c) ao fornecimento de assessoria técnica, em ciência psicológica, nos procedimentos extrajudiciais e judiciais, por meio da elaboração de pareceres, laudos e relatórios psicológicos sobre crianças e adolescentes em conflito com a lei ou que tenham seus direitos violados; e d) à ampliação e adequação dos Centros de Internamento Provisório e Centros de Educação Regionais.

8.3.4.5 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além das atividades e dos resultados descritos nas tabelas constantes dos itens 7.3 e 8.3.4, podem-se destacar os seguintes resultados obtidos em face das atividades relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa FIAR – Cidadania

Visa a estimular e facilitar as contribuições ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) no Estado de Santa Catarina, destacando-se a realização de ações de articulação com a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Criança e Adolescente, que apresentou projeto de resolução autorizando a criação do FIALESC e de projeto de lei autorizando a criação do Programa FIASER, nos mesmos moldes do programa já desenvolvido no âmbito do Ministério Público, a fim de estimular a doação dos Promotores e Procuradores de Justiça ao FIA Estadual, mediante autorização para desconto em folha de pagamento.

a.2) Programa de Aviso Por Infrequência de Aluno (APÓIA)

Visa a garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes, de sete a 18 anos, para que concluam o ensino fundamental, bem como promover o regresso à escola de crianças e adolescentes que a abandonaram sem concluir o ensino fundamental, destacando-se que, em seu quinto ano, foram mantidas as ações já desencadeadas, com a criação de uma Comissão Interinstitucional de Avaliação e Reformulação do Programa, composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação e Inovação, que tem por finalidade discutir a evolução dos resultados obtidos por meio do APÓIA e elaborar, em conjunto, o planejamento das estratégias para adequá-lo às necessidades atuais, corrigindo eventuais deficiências, já tendo sido realizadas três reuniões nesse sentido; com relação ao Programa, destaca-se que, das atividades extrajudiciais desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, em 2005, e pelos Conselhos Tutelares, houve a emissão de 2.827 avisos. Destes, 2.392 obtiveram retorno da criança e do adolescente à escola.

a.3) Programa de Aviso por Maus-Tratos contra Criança ou Adolescente (APOMT)

Visa a implantar em todo o Estado de Santa Catarina um Sistema Unificado de Aviso Compulsório de Maus-Tratos contra Criança e Adolescente, por meio do uso de um formulário padronizado de notificação expedido pelos parceiros executores, que garanta o atendimento e o encaminhamento da vítima aos programas protetivos que se fizerem necessários, conforme preconiza a Lei nº 8.069/90, destacando-se a realização dos lançamentos regionais em 2005; implantação do programa em 15 regiões do Estado, nas quais foram abrangidos 293 Municípios, sendo expedidos 6.903 convites, capacitados 2.798 profissionais responsáveis pela sua execução bem como realizadas 15 reuniões com os Promotores de Justiça respectivos para apresentação e discussão das propostas de atuação, materializando-se na assinatura dos termos de compromisso e cooperação local para operacionalização do APOMT em 26 Comarcas do Estado, abrangendo 58 Municípios; registrou-se, também, que, até 31 de dezembro de 2005, havia em 40 Promotorias de Justiça, 630 avisos por maus-tratos.

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	112

a.4) Programa Família – O Melhor Abrigo

Visa a efetivar a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere às crianças e aos adolescentes abrigados, garantindo-lhes prioridade absoluta, de modo que nenhum direito venha a ser ameaçado ou violado por ação ou omissão do poder público, reexaminando e fiscalizando as entidades e os programas de abrigo no sentido de propiciar e assegurar o direito à convivência familiar. Destacam-se a realização de diagnóstico parcial da estrutura das entidades de abrigo e da realidade sócio-familiar dos abrigados, com o encaminhamento dos questionários para preenchimento pelas instituições e, em conjunto com a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA); a realização de visitas para coleta dos dados, totalizando 57 instituições em 37 Comarcas; realização de coleta de informações na CEJA para complementação das informações referentes àquelas entidades não visitadas ou cujos questionários não restaram encaminhados pelas Promotorias de Justiça respectivas - atualmente, no banco de dados do programa, constam como cadastradas 97 entidades de abrigo no Estado, que atendem 895 crianças e adolescentes, destacando-se, por exemplo, a constatação de que os três Municípios com maior número de abrigados são Florianópolis (18,3%), Joinville (13,29%) e Chapecó (12,42%), que a faixa etária com maior incidência de abrigados é de 14 anos (7,1%), que 50,53% dos abrigados foram encaminhados pelo Conselho Tutelar da Comarca, que as maiores causas de abrigamento foram o abandono (22,55%) e os maus-tratos (22,06%), que 41,09% dos abrigados ainda recebem visitas de familiares, que 36,33% dos abrigados permanecem na instituição há dois anos ou mais, e, por fim, a realização de audiência pública a convite da Comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para apresentação do relatório parcial do diagnóstico do Programa Família – O Melhor Abrigo, a partir do qual foram discutidas as ações necessárias ao enfrentamento de questões relativas à institucionalização de crianças e adolescentes, à inexistência de programas e ações de apoio familiar e ao estímulo às adoções tardias, dentre outras questões afetas à temática.

a.5) Programa de Assessoria Psicológica nos Procedimentos Judiciais e Extrajudiciais de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco

Visa a fornecer assessoria técnica em ciência psicológica nos procedimentos extrajudiciais e judiciais, por meio da elaboração de pareceres, laudos e relatórios psicológicos relacionados com crianças e adolescentes em situação de violação de direitos ou em conflito com a lei. Destaca-se a realização de contatos com diversas instituições de ensino em 27 Comarcas do Estado, resultando em convênios firmados nas Comarcas de Aranguá, Balneário Camboriú, Caçador, Chapecó, Itajaí, Joaçaba, Lages, Sombrio, Tubarão e Videira, para a prestação dos serviços de assessoria psicológica às Promotorias de Justiça respectivas; registrou-se que as atuações dessas instituições junto a crianças e adolescentes em situação de risco totalizaram 2.019 atendimentos prestados, destacando-se em número de atendimentos os municípios de Joaçaba (925) e Lages (825).

b) Ações:

b.1) na oferta do exame de DNA, decorrente do termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, através do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, objetivando monitorar o número de exames realizados, bem como efetivar adequações para o atendimento de acordo com o crescimento da demanda, as ações visaram a efetivação do direito indisponível à paternidade de crianças e adolescentes, decorrentes de procedimentos administrativos do Ministério Público e judiciais, desde que comprovada a hipossuficiência de recursos do requerente para arcar com as despesas laboratoriais, foram realizados, em 2003, 567 exames; em 2004, 1.500; e em 2005, 661; totalizando 2.728 exames.



Desfile de 7 de Setembro em Guaraciaba
 :: Pref. Municipal de Guaraciaba/Meisson Eckardt



Aula de informática em Catanduvas
 :: Pref. Municipal de Catanduvas



Aula de cerâmica em Araquari
 :: Pref. Municipal de Araquari

b.2) no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e a Notificação Compulsória da Desnutrição Grave em Crianças até cinco anos (SISVAN), como atividade decorrente do termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 17 de junho de 1998, que originou o termo de convênio também assinado naquele ano e renovado em 4 de dezembro de 2003, objetivou monitorar o número de notificações e óbitos registrados por desnutrição grave de crianças até 5 anos em Santa Catarina, desenvolvendo-se ações articuladas por meio das Promotorias de Justiça para identificar e aplicar as medidas de proteção necessárias aos casos respectivos, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas adequadas para a atenção à saúde e ao direito à vida da população infanto-juvenil e de gestantes. Assim é que, conforme relatório apresentado pela Diretoria de Vigilância Epidemiológica - Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Estado da Saúde, os casos de desnutrição grave registrados em Santa Catarina, no ano de 2005, foram os seguintes:

Espécie	Quantidade
Crianças residentes em Santa Catarina cadastradas no programa	443.345
Crianças residentes em Santa Catarina acompanhadas pelo programa	Todas
Crianças residentes em Santa Catarina com baixo peso	NI*
Notificações de crianças com desnutrição grave	118
Casos investigados de crianças com possível desnutrição grave	118
Casos confirmados de crianças com possível desnutrição grave	55
Óbitos informados	5

* Não informado: conforme orientação prestada pela SES, foi adotada nova classificação, na qual desnutrição grave refere-se apenas a crianças com peso muito baixo. Atualizado em 1º de fevereiro de 2005.

b.3) na oferta de medicamentos e suplementos alimentares para portadores de mucoviscidose, a disposição de medicamentos e suplementos alimentares aos portadores de fibrose cística ou mucoviscidose está legitimada pelo termo de ajustamento de conduta firmado pelo Ministério Público de Santa Catarina, por meio do CIJ, e a Secretaria de Estado da Saúde, em 12 de março de 1997. Referido termo obriga a Secretaria a fornecer, por sua Diretoria de Medicamentos Básicos, as exatas quantidades de medicamentos prescritas pelo médico da criança ou do adolescente portador da doença, observando, impreterivelmente, a continuidade do fornecimento. Assim, há o acompanhamento da execução do termo de ajustamento de conduta celebrado, prestando-se apoio operacional e fornecendo-se subsídios aos Órgãos de Execução para o ajuizamento das providências judiciais necessárias, nas hipóteses de descumprimento do pactuado.

b.4) no combate à exploração sexual infanto-juvenil, eleito como prioridade institucional no PGA, as ações também vêm sendo desenvolvidas por meio do apoio ao Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, desde a sua criação em 1998. Assim, todas as atividades administrativas e operacionais relacionadas aos objetivos da entidade são viabilizadas pelo Ministério Público, desde o seu funcionamento no CIJ até a distribuição do material e participação em eventos e campanhas, como o Dia Nacional de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil em 18 de maio de 2005. Destacam-se, ainda, a participação na solenidade de abertura da Semana de Atividades da Mobilização Nacional de Luta contra Violência Sexual de Criança e Adolescente, realizada no dia 16 de maio, em Fortaleza (CE); a audiência pública realizada no dia 18 de maio na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em conjunto com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho; e o apoio ao Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil em 24 de setembro de 2005.

b.5) implantação da Frente Parlamentar Catarinense pela Criança e Adolescente, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com adesão dos 40 Deputados Estaduais. Em pouco tempo de funcionamento, a Frente Parlamentar realizou inúmeras atividades.

b.6) no Disque-Denúncia 0800 99 0500 - serviço nacional unificado de notificação anônima e gratuita de violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes -, além da recepção, o serviço pretende acompanhar, monitorar, avaliar as denúncias e remetê-las para que sejam apuradas e seja feito o atendimento das vítimas. Termo de cooperação técnica firmado entre o Ministério Público de Santa Catarina e a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República, em 4 de fevereiro de 2004, possibilitou o encaminhamento às Promotorias de Justiça e Conselhos Tutelares de 60 denúncias, sendo 18 de abuso sexual, nove de exploração sexual e 33 de maus-tratos, somente em 2005.

b.7) no Combate à Violência e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, articulação do CIJ com o Centro de Apoio Operacional a Investigações Especiais (CIE) e o Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) para a criação de grupo especial de força-tarefa, composto por representantes da Polícia Militar, 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar Rodoviária, do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária, com ações de fiscalização e repressão em casas de prostituição e boates situadas nos Municípios de Biguaçu e Palhoça, na qual participaram também os Conselhos Tutelares, Comissários da Infância e Juventude, com o auxílio das Promotorias de Justiça das Comarcas respectivas.

b.8) referentes aos Grupos Nacional e Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC e GECOC), sob a Coordenação do CIJ, CIE e CCR, com o apoio da Assessoria Militar, foram realizadas operações em 12 Municípios, que resultaram nos seguintes números gerais: 100 estabelecimentos vistoriados, 36 estabelecimentos interditados, 938 pessoas abordadas (masc./fem.), 33 pessoas presas e/ou detidas e presença constatada de duas menores de 17 anos, em Lages (SC). Os resultados da operação foram apresentados na XIII Reunião Ordinária do GNCOC, realizada em Manaus (AM), em novembro de 2005, integrando o Relatório Final da Operação Nacional.

c) Atividades:

c.1) Reuniões do Conselho Consultivo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, para acompanhamento e deliberação sobre as ações a serem desenvolvidas pelo CIJ e discussão das temáticas enfrentadas no exercício da atividade diária das Promotorias de Justiça.

c.2) Realização do I Encontro Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, visando a subsidiar e estimular a integração e o intercâmbio de informações entre os órgãos de execução, nos dias 18 e 19 de agosto de 2005, em Florianópolis, com o apoio do CEAF e da ACMP e a participação de importantes doutrinadores em diversas áreas de atuação.

c.3) Participação no I Encontro do Ministério Público do Oeste Catarinense, realizado nos dias 1º e 2 de julho de 2005, na cidade de Itá, apresentando as atividades do CIJ e as propostas de atuação para auxiliar as atividades funcionais dos órgãos de execução.

c.4) Participação no VI Fórum Nacional dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal (FONCAIJ), nos dias 4 a 6 de maio de 2005, na cidade de Natal (RN), com o objetivo de dar cumprimento às deliberações e aprofundar os debates realizados nos eventos anteriores, bem como buscar estratégias de atuação, possibilitando a integração dos procedimentos e posicionamentos relativos às questões consideradas prioritárias, além da socialização de iniciativas operacionais inovadoras e exitosas implementadas. O CIJ coordena a Comissão de Combate à Evasão Escolar e de Família Substituta (Projeto de Lei de Adoção). Atendendo à decisão do FONCAIJ, Santa Catarina sediou o VII Encontro Nacional, promovido e organizado pelo CIJ, com o apoio do CEAF, da ACMP e da Assessoria Militar, realizado em Florianópolis do dia 12 a 14 de outubro de 2005, ocasião em que foram comemorados, ainda, os 15 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente em audiência pública com o Governador do Estado em exercício.

c.5) Assinatura de Protocolo de Intenções com a Fundação ABRINQ, em 9 de setembro de 2005, com a finalidade de promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre as atividades exercidas pelo MPSC e pela Fundação Abrinq, para acompanhamento dos Municípios inscritos no Programa Prefeito Amigo da Criança.

c.6) Fomento à assinatura do aditivo ao termo de cooperação técnica com a Polícia Rodoviária Federal, para viabilizar a edição de termo aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 5/2004, visando ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos atos infracionais praticados por adolescentes no âmbito das rodovias federais, equivalentes aos crimes de menor potencial ofensivo de que tratam as Leis nº 9.099/95 e 10.259/01 e aqueles previstos no Código de Trânsito Brasileiro. O Ministério Público, por meio do CIJ, compromete-se a prestar orientação no atendimento das ocorrências lavradas pela Polícia Rodoviária Federal envolvendo a aplicação da Lei nº 8.069/90.

c.7) Projeto Agente da Paz, da Associação dos Magistrados Catarinenses, formada em parceria com os Poderes estaduais, o Ministério Público Estadual, a Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Fundação Maurício Sirotsky (RBS), tendo como objetivo principal fomentar espaços para reflexão, articulação, formação e implementação de ações

voltadas para a temática da cultura da paz, tendo como eixos norteadores as concepções de cidadania, ética e justiça. O CIJ participou ativamente de sua elaboração e planejamento.

c.8) Parceria com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho na promoção da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas e na elaboração do Projeto do Portal Social, recebendo, em contrapartida, o apoio da Fundação Maurício Sirotsky nas atividades do Programa APOMT, por meio de apoio técnico e divulgação, destacando-se, assim, parcerias com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho na Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, e a participação nas audiências públicas, bem como colaboração na construção e elaboração do Projeto Portal Social, de iniciativa da mesma Fundação, com a finalidade de mobilizar pessoas e empresas para apoiar organizações sociais que atuam em benefício da coletividade.

c.9) Apoio às atividades da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT): participações nos Seminários Regionais de Formação de Conselheiros e no III Congresso Sul-Brasileiro dos Conselheiros Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

c.10) Em atenção às necessidades dos órgãos de execução e ao aumento da demanda de atendimento referente à inclusão de educandos portadores de deficiência, o CIJ iniciou tratativas no sentido de acompanhar e discutir as ações da Secretaria de Estado da Educação, por meio da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), para a definição da Política de Educação Especial para o Estado de Santa Catarina. As ações de articulação resultaram na adequação da proposta inicial às diretrizes legais, mantendo-se um canal aberto para o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de situações específicas.

c.11) Renovando o compromisso estabelecido nos anos anteriores, o CIJ participou da organização e realização da IV Jornada Acadêmica de Produção Científica sobre Criança e Adolescente e do I Seminário Nacional sobre Sociabilidades, Rede e Políticas para Criança e Adolescente, promovidos pela UDESC e NUCA, nos dias 24 e 25 de outubro de 2005, em Florianópolis.

c.12) Também como atividade de apoio, o CIJ, juntamente com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA), participou da organização e realização da VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, realizada nos dias 26 e 27 de outubro de 2005, em Florianópolis.

c.13) Intercâmbio com entidades: parceria com o Sindicato Estadual de Escolas Particulares (SINEPE), para capacitação de dirigentes de escolas particulares e educadores em relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, cuja palestra inicial foi realizada, no dia 27 de setembro de 2005, na sede da entidade, em Florianópolis; capacitação de agentes do Programa de Resistência às Drogas (PROERD), da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cuja palestra foi realizada, no dia 14 de novembro de 2005, em Balneário Camboriú; reuniões do Colegiado de Atenção Psicossocial da Secretaria de Estado da Saúde.

c.14) Natal Solidário 2005: desenvolvido em parceria com a Assessoria Militar buscou, em síntese, adotar uma carta de uma criança dirigida ao Papai Noel, doando o presente solicitado pela criança ou adolescente, em adesão ao Programa da ECT - Correios denominado "Todo Mundo Tem Um Pouco de Papai Noel. Adote Uma Carta". Em 2005, foram

agraciados com presentes 70 crianças e adolescentes da Associação da Comunidade Morro do Céu.



*Realização do Natal Solidário 2005 em parceria com ECT - Correios
:: MPSC/Comso*

8.3.5 Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente

O Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	209
Atos de apoio realizados a órgãos de 2ª grau	16
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	192
Pesquisas realizadas	87
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	124
Palestras ministradas	19
Eventos promovidos	6
Participação em reuniões	87
Participação em audiências públicas	9
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	12
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	16
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	10
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.876
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.643
Pessoas atendidas (do público externo)	94
Outras atividades de apoio	124
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	49

8.3.5.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do meio ambiente ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção aos recursos hídricos, da prevenção e repressão à poluição por resíduos sólidos, do saneamento básico, da ordem urbanística e da proteção atmosférica.

8.3.5.2 Proteção aos recursos hídricos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, mediante cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição bem como à proteção e à recuperação das matas ciliares.

8.3.5.3 Prevenção e repressão da poluição por resíduos sólidos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, buscando agregar ao Programa Lixo Nosso de Cada Dia, por meio de cooperação técnica e operacional entre os entes públicos e privados envolvidos, a regularização da destinação dos resíduos industriais e de serviços de saúde bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas degradadas, inclusive com vistas à prevenção de danos aos mananciais.

8.3.5.4 Saneamento básico

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, objetivando o aumento de sistemas individuais ou coletivos de tratamento e a superação dos problemas originários da destinação inadequada de esgotos sanitários, prevenindo eventuais danos à saúde da população e ao meio ambiente em todos os municípios de Santa Catarina.

8.3.5.5 Ordem urbanística

Implementação de ações tendo em vista a cooperação dos órgãos que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na questão da organização dos espaços urbanos habitáveis, como pressuposto essencial para uma convivência social saudável e democrática, por meio da efetivação e adequação de planos diretores em todos os municípios catarinenses, conforme o disposto no Estatuto da Cidade, e, ainda, a proteção ao patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural.

8.3.5.6 Proteção atmosférica

Implementação de ações buscando a cooperação técnica e operacional dos órgãos públicos e privados, visando à redução da poluição atmosférica, por meio da execução, em todo o Estado de Santa Catarina, de programa destinado a equacionar as fontes poluentes originárias.

8.3.5.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na Tabela do item 8.3.5, foram realizadas as seguintes atividades na área do meio ambiente relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa Água Limpa

Visa à proteção e recuperação das matas ciliares e dos mananciais de abastecimento público, com o propósito de reverter o quadro de degradação e poluição existente em todas as principais bacias hidrográficas do Estado, passando, exemplificativamente no Município de Agrolândia, de 12 propriedades licenciadas, em outubro de 2003, para 34 propriedades vistoriadas, em agosto de 2005, estando 50% delas a exercer suas atividades adequadamente.

a.2) Programa Lixo Nosso de Cada Dia

Articulação entre o Ministério Público, os órgãos de proteção ambiental e os 293 Municípios catarinenses visando a trabalhar a educação ambiental e a implementação de aterros sanitários, usinas de reciclagem ou outras formas de destinação adequada de resíduos sólidos, bem como a fiscalização, proteção e recuperação das áreas já degradadas em razão dos antigos depósitos a céu aberto.

a.3) Programa de Destinação das Embalagens de Agrotóxicos

Objetiva a criação de mecanismos para operacionalizar o cumprimento da legislação referente aos agrotóxicos, buscando uma articulação entre os órgãos e as entidades envolvidas, visando a organizar estruturas de apoio para a entrega, pelos agricultores, das embalagens de agrotóxicos, de preferência, tríplice-lavadas, nas revendas ou nos postos de recebimento, com encaminhamento às centrais de recebimento e posterior destinação final, obtendo-se resultados como a instalação de 10 Postos e quatro Centrais de Recebimento de Embalagens; passando o número de embalagens vazias recolhidas no Estado de Santa Catarina de cinco toneladas, em 2001, para 30 toneladas, em 2002; 108, em 2003, 400,5, em 2004; e 317, em 2005, com dados até o mês de setembro, destinando-se, no Estado de Santa Catarina, 31% a mais de embalagens, de janeiro a setembro deste ano passou de 241 (em 2004) para 317 toneladas.

a.4) Programa Silêncio Padrão

Articulação entre o Ministério Público, os órgãos do Poder Público, as Secretarias de Estado, Secretarias Municipais, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), as Prefeituras Municipais e a Polícia Militar, visando a implantar ações preventivas e corretivas destinadas a minimizar os problemas originários da prática de

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DO MEIO AMBIENTE	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111

poluição sonora, obtendo resultados como a implantação do Programa nos Municípios de Chapecó, Lages, Criciúma, Lauro Müller e Joaçaba.

a.5) Programa de Exploração Florestal Sustentável

Articulação entre o Ministério Público, as Secretarias de Estado, os órgãos do Poder Público e as demais entidades afins, visando a implementar ações preventivas e corretivas destinadas à minimização dos problemas resultantes da falta de licenciamento ambiental das indústrias madeireiras e em face da aquisição, pelo comércio e indústria, de forma ilegal, de produtos vegetais originários de florestas nativas.

a.6) Programa de Prevenção e Repressão à Poluição Atmosférica

Consiste num conjunto de medidas que serão adotadas em parceria com os demais órgãos encarregados da proteção ambiental, para reduzir a poluição atmosférica produzida pelas atividades industriais, como já efetivado por intermédio de termos de compromisso de ajustamento de condutas firmados em 2004 com olarias e cerâmicas de revestimento do Sul do Estado, e pelas estações de rádio-base, consideradas potencialmente poluentes em razão da emissão de radiação eletromagnética não ionizante. O Programa pretende, além disso, estimular a edição de leis municipais regulamentando o licenciamento ambiental das estações de rádio-base e implantar programas de inspeção e manutenção de veículos automotores, quanto aos aspectos de emissão de poluentes, dentre outras ações nele previstas. Os resultados, portando, dividem-se em:

Olarias: (1) preservação dos cursos d'água e demais áreas ambientalmente protegidas, com a disciplina e adequação legal do uso do solo nas jazidas de extração de argila; (2) recuperação dos passivos ambientais, consubstanciados nas cavas de extração a céu aberto, verdadeiros focos de criação de mosquitos e outros insetos nocivos à saúde, além de representar perigo para a segurança das pessoas que transitam ou residem nas áreas circunvizinhas; (3) controle das emissões atmosféricas, em função das inversões térmicas que ocorrem principalmente em época de inverno na região de maior influência, com conseqüências danosas à saúde da população local, obtendo a instauração de 172 processos, com um total de 72 licenças para as olarias; instauração de 230 processos, com um total de 37 licenças para a extração de argila e areia, tendo a Polícia de Proteção Ambiental vistoriado 101 olarias de 56 licenças de operação; de quatro licenças prévias e de 41 orientações básicas, restando 44 olarias em fase de regularização.

Estações Rádio-Base: implementação de ações tendentes à regularização da instalação de Antenas de Telecomunicação – Estações Rádio-Base, em especial, aquelas destinadas à telefonia celular móvel, a fim de fazer cumprir, pelo menos, os parâmetros indicados na Lei Estadual nº 12.864, de 12 de janeiro de 2004.

b) Ações:

b.1) na área da fumicultura, para a preservação da mata nativa, visando à utilização de lenha originária de fonte regular (vegetação exótica ou povoamentos nativos que produzam material lenhoso por meio de manejo sustentável), quando do processo de secagem do fumo;

b.2) na área de extração de areia da Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas, para a fixação das condições de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), referente às atividades de extração de areia e argila dos Municípios de Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento e Major Gercino, pertencentes à Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas, a fim de possibilitar, após a realização deste, a assinatura de termos de ajustamento de conduta, buscando a resolução dos problemas apontados, obtendo resultados como a criação da Cooperativa da Mineração de Argila do Vale do Rio Tijucas (Coopermineral). Conclusão do EIA/RIMA;

b.3) na regularização das indústrias processadoras de mandioca para produção, tão somente, de polvilho azedo, visando à destinação correta dos efluentes sólidos e líquidos oriundos de sua manipulação, levando-se em conta o adequado cumprimento da legislação ambiental, obtendo resultados como a regularização de 24 empresas e obtenção de recursos para realização de pesquisas sobre a destinação correta dos efluentes – R\$ 318.500,00 - oriundos da Fapesc (atual Funcitec);

b.4) na proteção, reparação do dano e licenciamento ambiental, das atividades agrícolas de orizicultura e fruticultura, consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, com intuito de adequar as propriedades agrícolas à legislação ambiental e sanitária por meio de diagnóstico da situação e Plano de Viabilização da Propriedade, com vistas à obtenção de licenciamento ambiental, obtendo resultados como o total de propriedades com atividade de orizicultura licenciadas pela Regional FATMA, na ordem de 8.546; sendo 1.987 em Blumenau; 4.733 em Criciúma; 97 em Florianópolis; 33 em Joaçaba; 1.379 em Joinville; e 317 em Tubarão;

de outro lado, com a atividade de Fruticultura licenciada pela Regional FATMA, houve um total de 350, sendo 61 em Joaçaba, e 289 em Lages;

b.5) na área da suinocultura, região da AMAUC, procurou-se desenvolver ações para mitigar, por meio de ações concretas, a poluição causada pela atividade suinícola na região do Alto Uruguai Catarinense, visando a regularizar as propriedades por meio de licenciamento ambiental, formalizado a partir de um plano de viabilização elaborado com apoio de um comitê gestor e do setor de agroindústria, obtendo-se resultados positivos, como um total de 2.090 propriedades aderindo aos termos de ajustamento de condutas, gerando, assim, o licenciamento de 824 propriedades pela FATMA;

b.6) na implementação de ações nas propriedades suinícolas inseridas na área de influência das Bacias Hidrográficas do Lajeado dos Fragosos, no Município de Concórdia, e do Rio Coruja/Bonito, no Município de Braço do Norte, por meio do Projeto “Controle da degradação ambiental decorrente da suinocultura em Santa Catarina”, referente ao Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II), com o propósito de adequá-las à legislação ambiental e sanitária, mitigando o crescente impacto ambiental causado pelos dejetos suínos;

b.7) na erradicação ou regulamentação do uso de herbicidas na capina química em áreas urbanas, em todo o Estado de Santa Catarina;

b.8) na criação de mecanismos para operacionalizar o cumprimento da legislação ambiental e sanitária, visando a correta destinação das embalagens de produtos domissanitários;

b.9) na viabilização e na articulação entre os órgãos envolvidos, visando ações integradas que possibilitem a implementação do Programa Nova Casa, destinado à construção de moradias populares com a utilização de madeiras apreendidas em face de crimes ambientais praticados em território catarinense, bem como o recebimento de valores provenientes de medidas compensatórias aplicadas pelo Ministério Público em termos de ajustamento de conduta ou em transações penais, obtendo resultados como a entrega de 8 casas em 2004, construção de 15 casas, em junho de 2005, com depósito na conta do projeto de R\$ 26.000,00 (vinte seis mil reais), efetivado pela 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, por iniciativa do Promotor de Justiça titular;

b.10) na articulação entre os órgãos e empresas, visando a ações integradas que possibilitem a regulamentação das atividades do setor de base florestal em Santa Catarina, com implementação do Programa de Recuperação Ambiental (PRA), disciplinando a recomposição da vegetação em áreas já ocupadas com plantio de vegetação exótica (pinus/eucalipto), as quais serão revertidas à vegetação original, conforme medidas que serão previstas no PRA, obtendo resultados como a conclusão da Fase I do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina;

b.11) no diagnóstico do saneamento básico nos municípios catarinenses, visando, numa ação conjunta e solidária com os órgãos do poder público, do Ministério Público e da sociedade em geral, a melhoria do nível de atendimento à população;

b.12) na verificação da regularização ambiental dos postos de combustíveis, em todo o Estado de Santa Catarina, por intermédio de fiscalização do Instituto de Monitoramento Ambiental e da Fundação do Meio Ambiente, possibilitando a concessão do Selo Verde ao estabelecimento licenciado e ambientalmente adequado; e



*Cânio Fortaleza Tigre Preto
:: Ênio Frassetto*

b.13) Inquérito Civil sobre Saneamento: o Ministério Público firmou termo de cooperação técnica com órgãos públicos e entidades civis, com a finalidade de implementar ações integradas que possibilitem melhorar o índice de atendimento à população urbana com serviços adequados de esgotamento sanitário, e elencou medidas que deverão ser implementadas a curto, médio e longo prazo, por bacia hidrográfica, para reverter o quadro estampado no diagnóstico, cujos números apontam que 195 (66,55%) dos municípios catarinenses não possuem rede coletora. No termo de cooperação técnica, estão previstas ações que vão desde a identificação e eliminação das ligações e dos lançamentos irregulares de esgotos sanitários no sistema de águas pluviais e nos cursos d'água, até a implementação de planos de saneamento ambiental, estabelecidos em lei, em todos os municípios catarinenses. Serão firmadas parcerias com a finalidade de buscar soluções consensuais, mas, se necessário, também serão identificadas responsabilidades e será exigida a implementação de medidas para resolver o problema, já que a destinação inadequada de esgoto é crime ambiental. São signatários do termo

de cooperação técnica: o Ministério Público Estadual; a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável; a Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento; a Federação Catarinense de Municípios (FECAM); a Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA); a Vigilância Sanitária Estadual; o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/SC); a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seção Estadual de Santa Catarina (ABES/SC); e a Associação dos Serviços Municipais de Água e Esgoto do Estado de Santa Catarina.

REDE COLETORA COM TRATAMENTO NO ESTADO		
Situação	Setembro/2005	
	Municípios	Percentual
Com licença	37	12,63%
Em implantação	32	10,92%
Em projeto	29	9,90%
Inexistente	195	66,55%
Total	293	100,00%

c) Ações:

c.1) realizaram-se reuniões de trabalho e seminário sobre as estações rádio-base para discutir a instalação de antenas de telefonia celular e os riscos que as radiações eletromagnéticas emitidas pelos equipamentos podem causar à população, visando a identificar parcerias e prioridades e definir estratégias comuns de atuação em defesa da saúde da comunidade e do meio ambiente. O seminário foi organizado pelo CME, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP). Desde 2004, os Promotores de Justiça que atuam na área do meio ambiente, em todo o Estado, estão expedindo recomendações, com apoio do CME, aos Prefeitos Municipais para que sejam observadas as disposições contidas na Lei Estadual nº 12.684/2004, para a concessão de licenciamento de instalação das antenas. O documento alerta, também, sobre a necessidade de elaboração de leis municipais fixando critérios para licenciamento das ERBs e, nos Municípios que já possuem legislação específica, de ser exigido o cumprimento das normas legais mais restritivas e o licenciamento corretivo das antenas instaladas irregularmente, fixando-se prazo, por exemplo, para retirada dos equipamentos que se encontram em locais inadequados, conforme comando disposto na legislação estadual de regência.

c.2) realizou-se o Simpósio “O Ministério Público e a Proteção da Mata Atlântica”, visando a definir estratégias comuns de atuação com o propósito de dar maior eficácia ao trabalho do Ministério Público em defesa da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina. Foi organizado pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e pelo Ministério Público Federal (MPF), por intermédio do CME e da Procuradoria da República em Santa Catarina (PRSC), com apoio do CEAF, da ACMP e da Escola Superior do Ministério Público da União.

c.3) o Ministério Público foi agraciado, pela segunda vez, com o Troféu Fritz Müller, da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fatma), pelos resultados do Programa de Destinação de Embalagens de Agrotóxicos, colocado em prática em conjunto com diversos parceiros. Apenas no primeiro semestre de 2005 foram recolhidas 224,3 toneladas de embalagens usadas de agrotóxicos, colocando Santa Catarina na quarta posição no *ranking* dos Estados em que o volume recolhido aumentou (53,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Os dados mapeados pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV) mostram também que as unidades recolhidas, de janeiro a junho de 2005, no Estado, representaram mais da metade das 400,5 toneladas devolvidas em todo o ano de 2004.

Recolhimento de embalagens em SC *	2002	2003	2004	2005 (até setembro)
Quantidade (em toneladas)	30,2 T	108,1 T	400,5 T	317 T

*Fonte: Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV)

8.3.6 Centro de Apoio Operacional do Consumidor

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	203
Pesquisas realizadas	229
Palestras ministradas	7
Eventos promovidos	19
Participação em reuniões	76
Participação em audiências públicas	3
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	13
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	2
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	656
Ofícios, e-mails e fax expedidos	3.892
Ofícios, e-mails e fax recebidos	2.226
Pessoas atendidas (do público externo)	411
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	16

8.3.6.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do consumidor ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção da saúde e segurança do consumidor, do serviço de atendimento ao consumidor, da qualidade dos produtos e serviços e do combate às cláusulas contratuais abusivas.

8.3.6.2 Proteção da saúde e da segurança do consumidor

Deu-se continuidade a ações que visem a resguardar a saúde e a segurança dos consumidores de produtos, com ênfase nos casos relativos à contaminação da água potável; alimentos contaminados pelo uso inadequado ou ilegal de substâncias agrotóxicas ou que possuem organismos geneticamente modificados em sua composição; produtos de origem animal não inspecionados bem como de serviços, especialmente os de lazer, compreendendo a aferição das condições de segurança de estádios, ginásios de esportes, cinemas, teatros e outros.

8.3.6.3 Ampliação do serviço de atendimento ao consumidor

Deu-se continuidade a ações que visem a incentivar a instalação de serviços de proteção ao consumidor (Procons) nos Municípios catarinenses, a fim de possibilitar ao consumidor a defesa extrajudicial e judicial de seus direitos, minorando suas angústias, reduzindo os níveis dos conflitos e contribuindo para a paz social bem como visando a ampliar os serviços de vigilância sanitária estadual e municipais.

8.3.6.4 Qualidade de produtos e serviços

Implementação de ações visando a coibir a venda de produtos e a prestação de serviços com vícios de qualidade ou quantidade, os quais afrontam direitos básicos do consumidor, inclusive a adulteração de combustíveis automotivos, comercialização de produtos pré-medidos em desacordo com as normas bem como de produtos e serviços da construção civil em desacordo com os padrões técnicos exigidos.

8.3.6.5 Combate a cláusulas contratuais abusivas

Implementação de ações visando ao combate a cláusulas de contratos de adesão contrárias aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e leis extravagantes, especialmente os de compra e venda de imóveis (incorporações imobiliárias e loteamentos).

8.3.6.6 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na Tabela do item 8.3.6, foram realizadas as seguintes atividades na área do meio ambiente relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Proteção Jurídico-Sanitário de Consumidores de Produtos de Origem Animal

Articulação entre o Ministério Público e os órgãos responsáveis pelo exercício do poder de polícia, existente desde outubro de 1999, com vistas a uma efetiva repressão à produção e à comercialização de produtos de origem animal impróprios ao consumo, promovendo-se as seguintes ações: elaborou-se roteiro para fiscalização de produtos de origem animal desenvolvido por este Ministério Público, por meio do CCO, em conjunto com os parceiros (órgãos públicos) do Programa, cujo objetivo é a padronização das atividades de fiscalização no Estado; realização de 19 encontros, em todo o Estado, com os núcleos de Promotorias de Justiça para promover a integração dos órgãos parceiros na iniciativa e padronizar as ações de fiscalização; realização de ação conjunta de fiscalização para verificar as condições de produtos de origem animal em Florianópolis, resultando em 145 estabelecimentos comerciais visitados, lavrados 115 autos de intimação e 130 autos de apreensão, o que resultou na inutilização de 9.093 quilos de produtos impróprios para consumo; e expediu-se recomendação a órgãos públicos e entidades privadas para impedir a comercialização, em Florianópolis e região, de camarões adquiridos de produtores do Norte, Nordeste e Sudeste do País sem a devida autorização da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), com a finalidade de evitar a contaminação do produto catarinense com a doença conhecida como "Necrose Muscular dos Camarões" (NIM). O documento foi remetido à Cidasc, Secretaria de Saúde de Florianópolis e Vigilância Sanitária Municipal, Associação Catarinense de Supermercados (Acats) e Associação dos Comerciantes do Mercado Público de Florianópolis, recomendando, inclusive, a imediata retirada do mercado dos camarões sem procedência.

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DO CONSUMIDOR	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111



Salto do Góes em Tangará
 :: Pref. Municipal de Tangará

a.2) Programa Combustível Legal

Objetiva o aperfeiçoamento da articulação já existente entre o Ministério Público e as entidades públicas e privadas para efetiva repressão às irregularidades na produção e comercialização de combustíveis no Estado de Santa Catarina, promovendo-se as seguintes ações: gerenciamento das informações prestadas pela Agência Nacional de Petróleo acerca dos índices de irregularidades na qualidade dos combustíveis; coleta de combustível para análise e remessa dos laudos aos Promotores de Justiça do Estado, totalizando 360 coletas (30 por mês); comunicação aos Promotores de Justiça sobre os postos de combustível que comercializam combustível de marca diversa da bandeira ostentada no estabelecimento em 161 ofícios expedidos; e controle e providências com relação ao cumprimento dos termos de ajustamento de conduta firmados pelas Promotorias de Justiça do Estado quanto à qualidade dos combustíveis (coletas e análises mensais).

a.3) Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat

Objetiva o estabelecimento de parceria institucional visando à proteção aos cidadãos e à sociedade, em atendimento à proposta do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H), promovendo-se as seguintes ações: formalização, em 12 de setembro de 2005, de Convênio de Cooperação Técnica com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), a Câmara Estadual da Indústria da Construção de Santa Catarina (CEIC), o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA), e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), registrado sob o número 20/2005; recebimento de autos de constatação do CREA referentes a irregularidades eventualmente encontradas em tijolos cerâmicos; encaminhamento das fichas com irregularidades às respectivas Promotorias de Justiça das Comarcas onde se situam os fabricantes, revendedores ou proprietários da obra, com o fim de diligenciar e, conforme o caso, firmar termo de ajustamento de conduta, ou mesmo ajuizar ação competente; e tratativas com o Tribunal de Contas do Estado, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, para que se tracem diretrizes para aquisição de bens pela Administração Pública, com observância das normas técnicas.

b) Ações:

b.1) no Inquérito Civil Estadual nº 003, de 9 de setembro de 2004, para a apuração dos fatos e das responsabilidades atinentes ao controle e à vigilância da qualidade da água, promoveu-se ações como requisições e remessa de feitos às Promotorias de Justiça, informando quanto ao sistema municipal de abastecimento – adequação às disposições do Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005;

b.2) no Projeto para Fomentar Órgãos Municipais de Defesa dos Consumidores (Procons), desenvolvido desde 2000, para propiciar a articulação necessária entre o Ministério Público, a Secretaria de Justiça e Cidadania e os Municípios na implantação dos órgãos municipais atinentes à questão, oferecendo os mecanismos que possam promover a defesa dos direitos dos consumidores, realizaram-se as seguintes ações: celebrou-se, em 12 de setembro de 2005, o Convênio de Cooperação Técnica nº 018/2005 entre o Ministério Público de Santa Catarina, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina (OAB/SC), a Associação Catarinense de Donas de Casa e Consumidores (ADOCON) e o Procon Estadual, tendo por finalidade auxiliar os administradores municipais na elaboração de programas de proteção aos consumidores, pela criação de Procons Municipais; e, em 11 de outubro de 2005, como resultado da atuação do Ministério Público na área do consumidor, especificamente no fomento da criação de órgãos municipais de defesa do consumidor, foi sancionada, na sede desta Procuradoria-Geral, a Lei Complementar Municipal nº 189, que estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor (SMDC) de Florianópolis.

b.3) na instauração de Procedimento Administrativo Preliminar nº 01/05, de 25 de maio de 2005, sobre a utilização de gordura trans em produtos alimentícios: expediram-se 293 requisições às Prefeituras Municipais para encaminharem listas de empresas fabricantes de produtos alimentícios e 110 ofícios para Promotores de Justiça a fim de esclarecer os termos da Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003, objetivando a obtenção de lista das empresas fabricantes de produtos alimentícios, bem como para sugerir a expedição de ofício às Secretarias Municipais de Saúde e empresas fabricantes para orientar sobre a adequação de rótulos e tabelas nutricionais.

c) Atividades:

c.1) em expediente de apoio nº 053/05, de 30 de julho de 2005, sobre a troca de medicamento prescrito por outro similar. Em 14 de dezembro de 2005, a Assembléia Legislativa do Estado aprovou o Projeto de Lei nº 362, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos farmacêuticos e as drogarias afixarem cartaz para esclarecer as hipóteses de substituição de medicamento prescrito por médico. O citado Projeto de Lei foi sancionado pelo Go-

vernador do Estado, em 10 de janeiro de 2006 – Lei nº 13.680. Após orientação sobre a intercambialidade de medicamentos, o CCO, em conjunto com o CCF, remeteu minuta de ofício-recomendação aos Promotores de Justiça com atribuição nas áreas de defesa dos consumidores e de cidadania, para orientar sobre a aquisição de medicamentos pelo Poder Público Municipal – não aquisição de medicamentos similares. Até final de 2005, 54 Promotorias de Justiça informaram a este Centro de Apoio a expedição da citada recomendação. Também foram expedidos ofícios-recomendação, conjuntamente com o CCF, para a Secretaria de Estado de Saúde e para a Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica – FEBRAFARMA, em relação à aquisição de medicamentos similares.

c.2) em expediente de apoio nº 54/05, de 17 de outubro de 2005, sobre cobrança de certidão pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC): expediu-se, a partir de consulta formulada pela Promotoria de Justiça de Laguna, em razão da cobrança das certidões expedidas pelo Serviço de Proteção ao Crédito daquela cidade, ofício-recomendação para que a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL/SC) alterasse o art. 31, §2º, do Estatuto do Serviço de Proteção ao Crédito, o qual dispunha que seus associados entidades poderiam cobrar o valor referente ao custo da informação prestada por escrito aos consumidores (certidões positivas ou negativas do SPC), desconsiderando as disposições legais em contrário.

c.3) em expediente de apoio nº 56/05, de 18 de outubro de 2005, sobre o funcionamento de estabelecimentos denominados *drugstores*: na área de saúde foram expedidas recomendações ao Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina e aos Sindicatos do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos acerca da ilegalidade do funcionamento das *drugstores*. A recomendação expedida para a Federação Catarinense de Municípios tratou, além da questão de fiscalização das *drugstores*, sobre a concessão de alvará sanitário pelas Secretarias Municipais de Finanças, e não pelo setor sanitário do município.

c.4) no apoio técnico prestado na análise de tarifa de transporte público da cidade de Criciúma, objetivando apurar possíveis irregularidades no reajuste tarifário do Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, o CCO realizou estudo técnico econômico sobre a planilha tarifária do transporte público da cidade de Criciúma. Foram examinados os documentos comprobatórios de custos do sistema, como também observado o devido cumprimento, por parte do órgão gestor do transporte, à metodologia de cálculo tarifário escolhida, nos moldes do apoio técnico prestado por este Centro de Apoio, no ano de 2003, às Promotorias de Justiça da Capital que investigavam o Sistema Integrado de Transporte implantado e o reajuste das tarifas do transporte público. Trabalho semelhante foi desenvolvido, em 2004, quando realizado estudo técnico econômico do transporte marítimo da cidade de Laguna.

c.5) participação na "Feira de Alerta ao Consumidor" promovida no hall da Assembleia Legislativa Estadual para comemorar o Dia Internacional do Consumidor – 15 de março, que teve por objetivo a educação dos cidadãos e o fortalecimento da integração dos órgãos envolvidos nessa área. A iniciativa foi do CCO, do Programa Estadual de Defesa do Consumidor (Procon) e da Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores (Adocon/SC).

c.6) na Câmara Técnica de Turismo, assinatura de protocolo de intenções, em 12 de setembro de 2005, entre o Ministério Público, por meio do CCO, e as Comissões de Turismo e Assuntos Internacionais e de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, o Ministério do Turismo, o Procon Estadual, a Federação dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares, a Santur, a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis, a Ordem dos Advogados do Brasil/SC, a Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher Donas de Casa e Consumidores (Adocon/SC), a Federação Catarinense de Municípios (Fecam), a Secretaria de Turismo de Florianópolis

e Balneário Camboriú e os Procons Municipais de Balneário Camboriú e Imbituba, para defender o direito do consumidor turista e garantir a reparação de eventual dano.



Lagoa da Conceição em
Florianópolis
:: Santur/Beto Westphal

8.3.7 Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Solicitações de apoio a órgãos de execução recebidas	979
Atos de apoio realizados a órgãos de 2ª grau	178
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	979
Pesquisas realizadas	901
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	190
Palestras ministradas	17
Eventos promovidos	10
Participação em reuniões	144
Participação em audiências públicas	5
Participação em seminários, congressos, palestras e outros eventos externos	27
Participação em órgãos externos ou outras entidades representando a Instituição	88
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	166
Ofícios, e-mails e fax expedidos	2.827
Ofícios, e-mails e fax recebidos	4.536
Pessoas atendidas (do público externo)	680
Outras atividades de apoio	219
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	28

8.3.7.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área da cidadania e fundações ocorreu, prioritariamente, nos campos da proteção à saúde, às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos e na orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas e fundações privadas.

8.3.7.2 Proteção à saúde

Deu-se continuidade às ações de conscientização e conhecimento (inclusive por meio de programa de aperfeiçoamento em saúde pública para membros do Ministério Público), controle e fiscalização dos serviços de saúde prestados à coletividade pelas instituições públicas e privadas, inclusive aos portadores de transtornos mentais, buscando garantir ao cidadão o acesso universal, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde bem como a erradicação da cobrança indevida por serviços prestados no âmbito do SUS.

8.3.7.3 Proteção às pessoas portadoras de deficiências

Deu-se continuidade às ações visando a fiscalizar e fazer cumprir os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de proteção e garantia de acesso, por parte das pessoas portadoras de deficiências, aos edifícios, aos equipamentos públicos e aos meios de transporte coletivo, bem como a garantir o acesso dessas pessoas aos direitos previstos na Constituição Federal.

8.3.7.4 Proteção aos idosos

Deu-se continuidade às ações já desencadeadas, visando a zelar pela correta aplicação das normas relativas ao idoso, evitando-se a ocorrência de abusos e lesões a seus direitos e contribuindo com o seu bem-estar, especialmente por meio de vistorias em entidades asilares e de ações articuladas com outros organismos e outras instituições.

8.3.7.5 Orientação e fiscalização das comunidades terapêuticas

Implementação de ações de visitas do Ministério Público, em conjunto com outros órgãos públicos ou instituições privadas afins (Vigilância Sanitária Estadual, Corpo de Bombeiros, Conselho Estadual de Entorpecentes e representantes das Comunidades Terapêuticas situadas no Estado), nos locais que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, visando a orientar e dotar a instituição de critérios mínimos para o funcionamento desses serviços, notadamente no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado, ao espaço para atividades, à rotina de funcionamento e ao tratamento etc.

8.3.7.6 Fiscalização das fundações

Deu-se continuidade ao Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações Privadas, visando a formar e atualizar o cadastro de fundações particulares existentes em Santa Catarina e padronizar suas prestações de contas, de modo a tornar mais eficaz e efetiva a fiscalização legalmente atribuída ao Ministério Público, por intermédio do Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP), bem como disciplinar a instituição e a promoção de alterações estatutárias.

8.3.7.7 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.7, foram realizadas as seguintes atividades na área da cidadania e fundações relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Abusividade de Cobrança no Sistema Único de Saúde (SUS)

Objetiva erradicar a abusividade de cobrança por serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), colimando a garantia de acesso universal, igualitário, integral e gratuito à promoção, proteção e recuperação da saúde do cidadão catarinense. O programa também possibilita uma visão estatística sobre as demandas dirigidas às Promotorias de Justiça, especialmente pelo Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Estadual de Saúde.

a.2) Programa de Fiscalização de Internações Psiquiátricas Involuntárias

Objetiva promover a defesa das pessoas portadoras de transtornos psíquicos e fiscalizar as internações psiquiátricas involuntárias, nos termos da Lei Federal nº 10.216/2001. Nesse programa realizaram-se 14 reuniões da comissão revisora das internações psiquiátricas involuntárias, no CCF, nas quais foram analisadas comunicações de internações, de prorrogações e alta de internações e, nas hipóteses de descumprimento das recomendações, nos preenchimentos dessas foram requisitadas informações; realizou-se reunião no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville, no dia 23 de novembro de 2005, juntamente com o Promotor de Justiça da Comarca, para tratar de assuntos referentes ao preenchimento dos formulários de internação, prorrogação e alta das internações.

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DA CIDADANIA E FUNDAÇÕES	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	5
Promotor de Justiça	111

a.3) Programa de Vistoria a Entidades Asilares

Objetiva exercer a fiscalização dos estabelecimentos que abriguem as pessoas da terceira idade em regime asilar, especialmente porque tais pessoas, via de regra, encontram-se desamparadas das famílias e impedidas de exercer plenamente os direitos atinentes à cidadania.

a.4) Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações

Por intermédio do Ato nº 059/2002/PGJ criou-se o banco de dados de fundações, normatizando e padronizando a forma de prestação de contas anual e outras providências, cujo objetivo é formar cadastro de fundações privadas existentes em Santa Catarina e padronizar suas prestações de contas, visando a tornar mais eficaz e efetivo o velamento legalmente atribuído ao Ministério Público, pela implementação de um sistema informatizado elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), denominado Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP). Estão registradas no cadastro geral do CCF 259 fundações, destas, 63 situam-se na Capital e 196 no Interior do Estado. Com a implantação do SICAP, até 15 de dezembro de 2005, estavam cadastradas, na Capital, 57 Fundações, destas, 51 prestaram contas no ano de 2005 referente ao exercício 2004. No interior do Estado, estão cadastradas 93 fundações no SICAP, das quais 71 prestaram contas em 2005, relativas ao exercício financeiro de 2004.

a.5) Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nos Prédios Públicos

Objetiva promover a adequação, mediante a supressão de barreiras e obstáculos dos prédios públicos estaduais e municipais, de modo a garantir a livre acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Inicialmente, escolheu-se o Município de Florianópolis para a implantação de um projeto piloto de vistoria, resultando na fiscalização de 290 locais que abrigam órgãos centrais da administração direta, indireta, autárquica e fundacional tanto do Governo Estadual quanto Municipal, delegacias, escolas e postos de saúde. Para a realização das vistorias, criaram-se planilhas baseadas na legislação existente, que foram aplicadas por 16 estudantes de arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), contratados e capacitados especialmente para este projeto, e posteriormente digitalizadas em sistema informatizado batizado de Sistema de Adequação às Leis de Acessibilidade (SLA), desenvolvido pelo Ministério Público.

a.6) Programa de Orientação e Vistoria às Comunidades Terapêuticas

Objetiva, inicialmente, a realização de vistorias pelo Ministério Público, em conjunto com a Vigilância Sanitária Estadual - eventualmente com a Municipal -, o Corpo de Bombeiros Militar, o Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN) - algumas vezes com a presença do Municipal, também -, a EPAGRI e a CIDASC, em comunidades que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, exigindo-se critérios mínimos para seu funcionamento estabelecidos pela Resolução RDC nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no que diz respeito à higiene, ao corpo técnico especializado que devem possuir, espaço para atividades e rotinas de funcionamento e tratamento, com o objetivo de proporcionar bem-estar, recuperação e reinserção do cidadão dependente de substâncias psicoativas. Em 2005, em seis etapas, foram visitadas 57 comunidades no interior do Estado. As demais entidades da grande Florianópolis serão vistoriadas no primeiro semestre de 2006. Entre as novas ações em andamento, destacam-se o levantamento das comunidades terapêuticas no Estado de Santa Catarina, levando-se em consideração as entidades que estão



Farol de Santa Marta em Laguna
:: Ênio Frassetto

cadastradas no CONEN bem como as que a Vigilância Sanitária Estadual tem conhecimento, além de, eventualmente, outras instituições que o próprio Ministério Público tomou conhecimento de sua existência durante o ano ou por informações obtidas durante as próprias vistorias; digitação de relatórios e organização de documentos remetidos ao CCF, além daqueles exigidos às próprias entidades, tais como os registros de instituição, estatutos sociais, regimentos internos, programas terapêuticos e declarações de utilidade pública quando possuem, dentre outros; formação de cadastro das comunidades terapêuticas, com base nas informações colhidas, para, se necessário, chamar os responsáveis para formalizar ajustes de conduta ou outras medidas cabíveis.

b) Ações:

b.1) Inquérito Civil nº 001/2004, de âmbito estadual, instaurado pelo Procurador-Geral de Justiça para verificar o cumprimento da carga horária dos médicos e dentistas da rede pública estabelecida em concurso ou por contrato. No período de 10 de junho a 21 de setembro de 2005 foi realizado o gerenciamento das informações por equipe técnica/auditoria, com cruzamento de informações, emissão de relatório por Município e relatório técnico da equipe, e a elaboração do Relatório Final do IC. Nesta segunda fase registraram-se os seguintes desdobramentos: em 11 de outubro de 2005, divulgação dos resultados obtidos com o IC e desmembramento do IC, para cada Comarca do Estado, e, para a 30ª Promotoria de Justiça da Capital, do IC principal relativo à Secretaria de Estado da Saúde; remessa dos anexos do Inquérito Civil de cada Município às 111 Promotorias de Justiça, com atribuições na área da cidadania; e acompanhamento, pelo CCF, das medidas adotadas pelos Promotores de Justiça. A sociedade foi informada sobre os dados obtidos na primeira fase e as providências a serem adotadas nas fases seguintes.

b.2) Bombeiros Voluntários: foram realizadas reuniões com o objetivo de se estabelecerem critérios técnicos e jurídicos para a instalação, atuação e certificação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina, visando a criar condições legais para que a Fazenda Estadual efetue eventuais repasses financeiros a essas associações sem fins lucrativos. Realizaram-se reuniões com representantes da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, do Corpo de Bombeiros Militares, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, da Secretaria de Estado da Fazenda, da Agência Reguladora de Serviços Públicos (AGESC), da Associação Catarinense de Bombeiros Voluntários (ABVESC) e da Federação Catarinense de Bombeiros Comunitários (FECABOM). Ficou acordado entre os presentes que há a necessidade de se estabelecerem critérios mínimos para instalação e atuação dos Bombeiros Voluntários em municípios de até 15 mil habitantes, além de outros detalhes relativos a recursos materiais, instalações físicas, requisitos para seleção e capacitação de pessoal. Posteriormente, em 19 de dezembro de 2005, foram apresentadas e discutidas as propostas sobre as especificações técnicas exigidas para viaturas e equipamentos de bombeiros. Em virtude da complexidade e especificidade do assunto, foi realizada reunião, em Joinville, que contou com a participação de representantes do Corpo de Bombeiros Militares, do Cor-

po de Bombeiros Voluntários de Joinville, da Associação Catarinense de Bombeiros Voluntários (ABVESC), do SENAC, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador, do Corpo de Bombeiros Voluntários de Jaraguá do Sul e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Barra Velha e São João do Itaperiú. Definiram-se requisitos mínimos construtivos para uma viatura de combate a incêndio bem como se homologou a listagem de equipamentos mínimos para uma corporação. Na mesma oportunidade, discutiram-se também aspectos referentes ao programa e à carga horária do curso de treinamento de bombeiros voluntários.



Teatro Carlos Gomes em Blumenau

:: Pref. Municipal de Blumenau/Mário Barbetta

8.3.8 Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade

O Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Atos de apoio realizados a órgãos de 1ª grau	127
Pesquisas realizadas	50
Remessa de subsídios doutrinários, legislativos e jurisprudenciais	5
Palestras ministradas	2
Participação em reuniões	52
Encaminhamento de documentos ou feitos a outros órgãos	15
Ofícios, e-mails e fax expedidos	15
Ofícios, e-mails e fax recebidos	28
Pessoas atendidas (do público externo)	43
Outras atividades de apoio	11
Contatos com a imprensa escrita, falada e televisada	12

8.3.8.1 Políticas e prioridades estabelecidas no Plano Geral de Atuação

A atuação do Ministério Público na área do controle de constitucionalidade ocorreu de modo a dar continuidade a ações que visam à harmonização das atividades dos diversos órgãos de execução do Ministério Público, no que tange ao aforamento das ações diretas de inconstitucionalidade, estimulando-os, a partir do exercício ordenado e sistemático do controle concentrado de constitucionalidade, a manter os ordenamentos jurídicos municipais e estaduais dentro dos parâmetros definidos pelos princípios e pelas normas constitucionais.

8.3.8.2 Atividades realizadas e resultados obtidos

Além dos resultados já retratados na tabela do item 8.3.8, foram realizadas as seguintes atividades na área do controle de constitucionalidade relacionadas com o Plano Geral de Atuação:

a) Programas:

a.1) Programa de Combate à Criação Ilegal de Cargos Comissionados

Consiste em estimular o controle de constitucionalidade das leis municipais que têm criado cargos comissionados com violação aos princípios do prévio concurso, da moralidade, da eficiência e da razoabilidade, através de levantamento da ordem normativa municipal para detectar qual ou quais leis apresentam referida anomalia.

a.2) Programa de Controle Integrado de Leis Municipais Instituidoras de Conselhos

Consiste em estimular e integrar o controle de constitucionalidade das leis municipais que têm instituído conselhos municipais, de cujo órgão colegiado prevêem a participação de membros do Ministério Público estadual, com atribuições estranhas às suas funções constitucionais e estatutárias.

b) Ações: Projeto Constituição Estadual Anotada

Visa a organizar o texto constitucional catarinense, anotando e comentando aqueles artigos mais utilizados na feitura de ações diretas de inconstitucionalidade pelo CECCON, relacionando a eles decisões atualizadas do egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para fomentar um maior controle da constitucionalidade das leis nos Municípios.

Pessoal envolvido

MEMBROS DO MPSC ENVOLVIDOS NA ÁREA DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE	
Órgão de Execução	Quantidade
Procurador de Justiça	1
Promotor de Justiça	110

8.3.9 Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais

O Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais, como Órgão Auxiliar, realizou as seguintes atividades:

Espécie	Quantidade
Atos de apoio realizados a órgãos de 1º grau	136
Ofícios, e-mails e fax expedidos	970
Ofícios, e-mails e fax recebidos	256

Nas atividades de persecução criminal do Ministério Público, o Centro de Apoio Operacional realizou inúmeras tarefas, seja na deflagração de operações, seja na participação conjunta com os Promotores de Justiça em investigações, que, em face da necessidade de manter-se sigilo, não podem ser divulgadas.

8.4 Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Os cursos e eventos promovidos diretamente pelo CEAF foram os seguintes:

Ato realizado	Quantidade		
Apoios operacionais oferecidos a eventos promovidos diretamente por outros órgãos internos e externos	72		
Análises de pedidos de apoio financeiro para participação em eventos de capacitação e aperfeiçoamento	14		
Expedição de certidões e certificados	2.500		
Realização de estudos e pesquisas diversas sobre questões jurídicas e institucionais	2		
Participação em reuniões de trabalho internas e externas	20		
Elaboração de minutas para publicações diversas	1		
Pesquisa e elaboração de textos acerca da história do MPSC	17		
Eventos			
Eventos realizados	Participantes	Período	Carga horária
Programa Execução Regular da Pena do MPSC	70	22 e 23/02/05	16
Curso de Capacitação de RH p/ atuar na prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa	150	9 e 10/03/05	12
Curso de Aposentadoria e Pensões – Procedimentos e rotina p/cálculos	25	4 a 6/04/05	24
I Encontro Operacional da Infância e Juventude do MPSC	76	18 e 19/06/05	16
Programa de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com dificuldade de locomoção	35	10,11,18 e 25/07/05	44
Reunião Fiscal	22	29/07/05	4
Curso de auditoria interna governamental	25	25 a 29/07/05	40
Seminário Estações Rádio-Base	92	02/09/05	8
Ciclo de Atualização em Língua Portuguesa	17	14 e 15/10/05	16
Seminário “O Ministério Público e a Mata Atlântica”	72	21 e 22/11/05	16
Curso de Adaptação para Novos Servidores I	47	28/03 a 01/04/05	32
Curso de Adaptação para Novos Servidores II	45	16 a 18/11/05	20
Curso de Adaptação para Assistentes de Promotoria I	50	16 a 18/11/05	20

8.5 Da Comissão de Concurso

Em 21 de junho de 2005, o Conselho Superior do Ministério Público editou a Resolução nº 001/2005/CSMP, que regulamentou a abertura do XXXII Concurso de Ingresso na Carreira do Minis-

Espécie	Quantidade
Candidatos inscritos	1.660
Candidatos aprovados na prova Preambular	149
Candidatos aprovados na prova de Direito Penal	64

tério Público de Santa Catarina (Edital nº 002/2005/PGJ). As inscrições estiveram abertas de 29 de junho a 29 de julho de 2005.

O XXXII Concurso de Ingresso na Carreira do MPSC encontra-se em andamento, tendo sido divulgada a lista dos aprovados na Prova de Direito Penal e Processual Penal, em 6 de dezembro de 2005. A próxima fase destina-se à Prova de Direito Civil e Processual Civil.

8.6 Dos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo

8.6.1 Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo estão, em sua maioria, vinculados à Coordenadoria-Geral dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo. Nos itens e tabelas seguintes estão descritas as atividades desenvolvidas por cada setor no decorrer de 2005, iniciando-se pela Coordenadoria-Geral (COGER):

Produtos	Quantidade
Planejamento dos Serviços Administrativos	1
Avaliação dos Serviços Administrativos	12
Programas	29
Acompanhamentos da RLD, da RCL – LRF e da Receita FERMP	36
Avaliações do Relatório de Gestão – LRF, do Orçamento do MPSC, do Orçamento do FERMP, do Orçamento do FECEAF, do Orçamento do FRBL, das contas do Condomínio – Sede, das contas do Condomínio – Palas e das despesas (MPSC-FERMP-FECEAF-FRBL)	96
Projetos	22
Estudos	20
Participação em Comissões	8
Reuniões de Trabalho	157

Em termos qualitativos, destacam-se a implementação do Projeto Rede Informatizada do Ministério Público, para proporcionar agilidade, segurança e administração efetiva dos recursos de tecnologia da informação existentes; e a participação no Projeto Sociedade Catarinense do Conhecimento, desenhado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, objetivando o compartilhamento de informações entre órgãos das diferentes esferas e a inclusão digital dos catarinenses, tendo como suporte operacional a estrutura de dados do Gerenciamento de Informações Municipais (GIM). Destacam-se, ainda, as gestões financeira e orçamentária junto à Administração Superior.

8.6.2 Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais (COPEO)

Produtos	Quantidade
Planejamento Estratégico	1
Plano Plurianual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Lei de Diretrizes Orçamentárias (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Orçamento Anual (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	4
Elaboração de projetos	10
Elaboração de planos de trabalho	8
Atualizações e cálculos	60
Estudos de <i>layout</i> – construções, reformas e aluguéis	48
Acompanhamento de obras	12
Organização de eventos (ou apoio)	3

Acompanhamento de programas e ações (MPSC-FERMP-FRBL-FECEAF)	36
Trabalhos gráficos	48
Acompanhamento de Fundos (FERMP-FRBL-FECEAF)	3
Participação de grupos de trabalho externos (com outras instituições públicas)	3
Participação em comissões	3
Reuniões de trabalho	156

Em termos qualitativos, destaca-se o trabalho de desenvolvimento do projeto do Sistema Corporativo Geoprocessado do MPSC, que visa ao monitoramento sócio-ambiental de Santa Catarina por meio de imagens de satélite de alta resolução e que deve ser implementado integralmente em 2006. A COPEO, em conjunto com a COGER, vem também participando de grupos de trabalho externos, de eventos técnicos e estabelecendo parcerias estratégicas.

8.6.3 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (COPAG)

Produtos	Quantidade
Folha de Pagamento – Normal	
Inclusões Membros/Servidores	158
Diárias	454
Substituições	1.202
Gratificação Coordenadores Administrativos PJs	1.489
Férias	555
Serviços extraordinários (hora-extra)	154
Ajuda de custo	25
Auxílio-educação	159
Sistema RH	836
Atrasados (cálculo e inclusão)	472
Estagiários/Bolsistas – inclusão	362
Estagiários/Bolsistas – exclusão	342
Movimentações	
Promoções	594
Licenças e afastamentos	210
Lotações	145
ACMP	2.999
ASPROJUS	1.214
Contas-Correntes	449
Seguradoras	71
Vale-Transporte	102
Expedientes	
Ofícios/Notas	53
Certidões	34
Declarações	66
Margens Consignáveis	288
Projeções/Relatórios	63
Elaboração de contracheque pensionista	173
Envio de contracheques inativos/pensionistas	4.676
Reuniões de trabalho	38

8.6.4 Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Planejamento	26
Avaliação	55
Participação em comissões	20
Reuniões de trabalho	83
Atendimento de pessoas	550
Gerência de Desenvolvimento (GEDES)	
Sistemas desenvolvidos	84
Sistemas em desenvolvimento	7
Manutenção nos sistemas existentes	486
Orientações	252
Treinamento	2
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	55
Gerência de Rede (GERED)	
Usuários em rede	634
Licenças de usuários de rede	610
Usuários de e-mail	984
Licenças de usuários de e-mail	1.460
Orientações	7.540
Reuniões de trabalho	62
Atendimento de pessoas	4.752
Atendimento de telefones	8.720
E-mails	1.605
Gerência de Suporte (GESUP)	
Atendimento de hardware	1.448
Atendimento de software	900
Orientações	1.300
Reuniões de trabalho	20
Atendimento de pessoas	480
Atendimento de telefones	1.200
E-mails	300
Setor de Atendimento ao Usuário	
Pedidos de serviço abertos	2.935
Pedidos de serviço fechados	2.702

8.6.5 Coordenadoria de Operações Administrativas (COAD)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Administração de contratos com valores mensais fixos	26
Administração de contratos com valores mensais não fixos	38
Administração dos imóveis locados	5
Adm. de compras, serviços e cursos diversos realizados por meio de compra direta e por proc. licitatórios	910
Administração de despesas globais controladas sem contrato	57
Participação em comissões	3
Reuniões de trabalho	115
Gerência de Compra (GECOMP)	
Solicitação de orçamento	1.541
Autorização de despesas encaminhadas	1.459
Processos licitatórios instaurados	47

Processos licitatórios homologados	45
Participação em comissões	3
Gerência de Manutenção (GEMAN)	
Atendimento de manutenção de rotina	1.685
Atendimento de manutenção emergencial	80
Participação em comissões	28
Reuniões de trabalho	21
Gerência de Transporte e Serviços Gerais (GETSEG)	
Viagens realizadas no Estado	243
Viagens realizadas fora do Estado	1
Atendimento da Capital	3.587
Manutenção em veículos	71
Veículos da frota	36
Correspondências enviadas	50.425
Correspondências recebidas	26.801
Gerência de Patrimônio (GEPAT)	
Administração dos bens móveis	4.312
Administração dos bens de informática	1.456
Administração da baixa de bens em geral	1.876
Administração das doações	1.265
Participação em comissões	3
Reuniões de trabalho	26
Gerência de Almoarifado (GEALM)	
Bens permanentes e de consumo	8.856
Participação em comissões	1
Reuniões de trabalho	13

Em termos qualitativos, destaca-se a consolidação do processo de compras por meio do pregão presencial, que proporcionou ao Ministério Público uma economia média de até 25% em suas aquisições. Também houve incremento no patrimônio da Instituição com a aquisição de mobiliários, bens de informática e renovação da frota de veículos oficiais.

8.6.6 Coordenadoria de Recursos Humanos (CORH)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Setor de Registro Funcional	
Elaboração de Atos:	
Nomeação	85
Exoneração	5
Exoneração a pedido	8
Aposentadoria	1
Elaboração de portarias	
Adicional por Tempo de Serviço	43
Afastamentos	1
Concessões de gratificação	18
Cessação gratificação	12
Marcação férias - Membros	609
Concessão férias - Membros	225
Suspensão férias - Membros	13
Transferência férias - Membros	155
Marcação férias - Servidores	182
Concessão férias - Servidores	2

Suspensão férias - Servidores	29
Transferência férias - Servidores	87
Licença-luto	12
Licença-maternidade	3
Licença-paternidade	13
Licença-núpcias	13
Licença para frequentar cursos	1
Concessão automática licença-prêmio	24
Desaverbação licença-prêmio	161
LTS - Licença tratamento de saúde	96
LTS - pessoa da família	126
Licença tratamento de interesse particular	16
Elaboração de ofícios	471
Elaboração de termos de posse	135
Designação de substitutos de outro cargo	18
Concessão automática de adicional por tempo de serviço	121
Averbação Tempo de Serviço	24
Elaboração de declarações:	30
Cadastramento	
Atos	272
Portarias	3.702
Procedimentos administrativos	254
Agendamento perícia médica	100
Atualização cadastral	267
Sistema de protocolo	4.807
Setor de Desenvolvimento Humano	
Bolsa de trabalho:	
Elaboração de convênios	38
Elaboração de termos de compromissos	118
Elaboração de termos de rescisões	70
Realização de seleção de bolsistas	210
Cadastramento de bolsistas	360
Elaboração de publicações	165
Elaboração de declarações	23
Controle de frequência e aproveitamento	420
Controle de avaliações	630
Orientações	210
Estágio Curricular Obrigatório	
Elaboração de convênios	9
Elaboração de termos de compromissos	7
Elaboração de publicações	11
Atendimento a interessados	12
Progressão Funcional	
Elaboração de atos de promoção	17
Programas	
Elaboração de programas institucionais	3
Confecção de relatórios	1
Gerência de Cadastro e Legislação (GECAD)	
Informações Processuais	
Averbação de Tempo de Serviço	30
Aposentadoria	1
Retificação de averbação	27
Exercício findo	13
Auxílio-Creche	3
Abono de permanência	4

Análise de faltas	1
Afastamento para curso	15
Informação processo de disfunção	4
Revisão situação funcional	14
Retificação processo fins LP	1
Transcrição funcional	1
Elaboração de Documentos	
Declarações	4
Certidões	25
Proventos para o Tribunal de Contas	1
Contagem de tempo para aposentadoria	24
Retificação de atos de aposentadoria (TC)	1
Minuta de ato	11
Estudos	
Análise dos assentamentos funcionais	5
Consultas/assuntos	13
Atribuições da Comissão de Assuntos Funcionais	
Reuniões	8
Avaliação de proc. de bolsa de estudo	4
Cálculo de benefício da bolsa de estudo	36
Análise de requerimentos p/ prom. aperfeiçoamento	94

8.6.7 Coordenadoria de Finanças (COFIN)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Registros das receitas do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	48
Informes de disponibilidade de dotação e financeiro do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	46
Autorização de nota de empenho	1.500
Análise e assinatura de nota de empenho	4.229
Autorização para pagamento da despesa liquidada	841
Controle e previsão dos gastos	48
Avaliações dos balancetes mensais e dos balanços anuais	48
Gerência de Contabilidade (GECON)	
Balancetes do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	48
Balanços do MPSC, do FRBL, do FECEAF e do FERMP	4
Relatórios de controle interno do MPSC-TCE, do FRBL-TCE, do FECEAF-TCE e do FERMP-TCE	48
Gerações e transmissões do ACP-TCE-MPSC, do ACP-TCE-FRBL, do ACP-TCE-FECEAF e do ACP-TCE-FERMP	16
Elaboração e prestação de contas de adiantamentos concedidos a servidores do MPSC	51
Conferência e encaminhamento dos processos licitatórios à COAD	79
Arquivamento e guarda de empenhos, notas fiscais, ordens bancárias, correspondências e faturas	4.735
Elaboração anual da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) à Receita Federal	1
Elaboração de rendimentos isentos e não tributáveis para a COPAG	12
Elaboração de ofícios	47
Gerência de Finanças (GEFIN)	
Controle de autorização de despesas por saldo de dotação orçamentária	1.497
Controle de credores	190
Boletim de execução orçamentária	4.229
Emissão de notas de empenho	4.229
Bloqueio e desbloqueio de saldo orçamentário	348
Liquidações de empenhos	1.996
Emissão de ordens bancárias	841
Comunicação de crédito	3.437
Resgate e aplicação de recursos financeiros	238
Emissão de Guia de Recolhimento de Plano de Saúde (IPESC)	12

Emissão de Guia de Contribuição Previdenciária (IPESC)	12
Emissão de Guia de Recolhimento de Imposto sobre Serviço	12
Emissão de Declaração da Fonte de Imposto sobre Serviço	12
Emissão de Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social	12
Adiantamentos	36
Pagamento de diárias	1.786
Prestação de contas de adiantamento	903
Balancete de prestação de contas	59
Liberação de arquivos transferidos para os bancos	38

8.6.8 Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas (COPIJ)

Produtos	Quantidade
Coordenação	
Recebimento de processos do TJ	26.653
Distribuição de processos	26.653
Encaminhamento de processos ao TJ	26.815
Pesquisas realizadas	322
Reuniões de trabalho	9
Atendimento de pessoas	275
Gerência de Biblioteca (GEBIB)	
Pesquisas realizadas	1.963
Empréstimos	8.251
Indexações	4.530
Livros comprados	550
Livros recebidos por doação (intercâmbio)	197
Participação em comissões	5
Reuniões de trabalho	12
Gerência de Arquivo e Documentos (GEDOC)	
Exemplares recebidos de DOE	244
Exemplares recebidos do DJE	240
Exemplares recebidos do DOU	21
Caixas, pastas A-Z, e encadernações recebidas das Coordenadorias, Centros, Assessorias e SGMP, contendo documentos da Instituição	1.033
Documentos processados e cadastrados na base de dados (GED)	571
Pesquisas e consultas realizadas	722
Reuniões de trabalho	2

8.6.9 Coordenadoria de Comunicação Social (COMSO)

Serviços e Produtos	Quantidade*
Análise de sistemas de informação digital	15
Apoio à organização de eventos	220
Apoio a campanhas institucionais	50
Atendimento a membros e servidores	500
Atendimento à mídia e ao cidadão	720
Elaboração de planos de trabalho	2
Elaboração de projetos	15
Estudos	2
Ofícios/notas	150
Participação em comissões	22
Planejamento dos serviços e produtos	30
Relacionamento com a mídia	240

Relatórios	2
Reuniões de trabalho	48
Serviços de cadastro	800
Serviços de criação gráfica	696
Serviços de distribuição (eletrônica e postal)	158.000
Serviços de editoração eletrônica	25
Serviços de fotojornalismo	68
Serviços de impressão	600
Serviços de pesquisa de notícias	340
Serviços de radiojornalismo	40
Serviços de redação	473
Serviços de telejornalismo	260
Setor de Internet	
Serviços de internet e intranet (organização, inserção, atualização e exclusão)	4.360

* Subtotais aproximados, pela média mensal, em razão da adequação do controle de atividades ao Ato nº 244/2005/PGJ.

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Coordenadoria de Comunicação Social:

Atendimento à mídia e ao cidadão

Buscou-se, no período, atender aos profissionais dos meios de comunicação com a máxima agilidade e transparência para oferecer informações precisas ao cidadão, evitando-se ao máximo qualquer tipo de interpretação equivocada, principalmente diante da terminologia jurídica e do rito processual.

Divulgação de informações de interesse público

Aplicou-se como regra geral que toda informação divulgada deverá ser de interesse público, cumprindo as premissas jornalísticas, respeitando as diretrizes do Plano Geral de Atuação (PGA) e pautando-se, primordialmente, por resultados efetivos, preferencialmente em razão de sentença ou acórdão, provimento cautelar e acordos extrajudicial e judicial. Na mesma linha e com o propósito de aprimorar a qualidade das informações divulgadas, procurou-se, sempre que possível, acrescentar indicadores e estatísticas oficiais para auxiliar a mídia e, conseqüentemente, o cidadão, a compreender o contexto da atuação do Ministério Público, vinculando as ações empreendidas pelos membros e centros de apoio aos objetivos estratégicos estabelecidos no PGA e aos programas de atuação já implementados.

Serviços de pesquisa de notícias (clipping)

Agregou-se ao serviço de clipping (pesquisa, classificação e armazenamento de notícias da mídia) a captura e o armazenamento digital das notícias veiculadas pelas emissoras de televisão localizadas em Florianópolis.

Portal do MPSC para o cidadão

Após a implementação do novo Portal de Internet do MPSC (www.mp.sc.gov.br), em 2004, deu-se continuidade ao objetivo de transformar este canal em instrumento de prestação de serviço e orientação à mídia e ao cidadão, visando a ampliar o conhecimento da sociedade sobre o Ministério Público.

Prêmio Conbrascom 2005

O Ministério Público de Santa Catarina conquistou, em 2005, o Prêmio Nacional de Comunicação & Justiça, na categoria Internet, fruto da implementação do Portal de Internet. A cerimônia ocorreu em Natal (RN), no dia 15 de novembro, por ocasião do Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), organizado pelo Fórum Nacional de Comunicação & Justiça, que tem a participação de comunicadores do Ministério Público e do Judiciário dos Estados e da União. A comissão julgadora do prêmio foi composta de membros do Ministério Público e do Judiciário.

Portal de Intranet

A concepção e execução do Projeto Intranet, alicerçado nos conceitos de compartilhamento e integração, demandaram atuação conjunta com a Coordenadoria-Geral dos Órgãos Auxiliares e com as Coordenadorias de Tecnologia da Informação e de Recursos Humanos, para permitir a cada setor da estrutura organizacional o gerenciamento das informações sob sua responsabilidade em ambiente padronizado e ergonômico.

Base Documental

Consiste na definição, classificação, indexação e publicação eletrônica, em parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação, dos seguintes acervos de documentos: Acórdãos TJSC, Acórdãos CPJ, Acórdãos CSMP, Artigos e doutrina, Atos de atribuição CPJ, Diários Oficiais, Enunciados CPJ, Jurisprudência, Legislação, Pareceres, Peças Extrajudiciais, Peças Judiciais, Súmulas CPJ e Súmulas CSMP.

Padronização da grafia de nomes e informações

Com a colaboração direta das Coordenadorias de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação foram revisadas as grafias de nomes e dados funcionais publicados nos ambientes de Internet e Intranet. Está em andamento a padronização das normas internas e o formatação dos atos administrativos eletrônicos.

Gestão da Informação

A Intranet foi posicionada como meio único e necessário para a realização de tarefas e atividades institucionais, daí decorrendo diversos procedimentos para racionalizar e propiciar maior eficácia às tarefas e às atividades institucionais.

8.6.10 Assessoria Militar

Serviços e produtos	Quantidade
Acompanhamento de assuntos institucionais do Ministério Público	21
Acompanhamento de assuntos institucionais da PMSC e outros órgãos	37
Elaboração de projetos e convênios	3
Elaboração de pareceres, sindicâncias, processos administrativos etc.	5
Apoio ao Gabinete do PGJ	115
Planejamento de viagens do PGJ	23
Apoio aos Procuradores de Justiça	132
Apoio aos Promotores de Justiça	108
Acompanhamento protocolar aos Membros do MP	48
Apoio aos Servidores	63
Apoio a Policiais Militares	36
Prestação de segurança pessoal e patrimonial (inst. físicas, transporte, comunicação e informática)	13
Recepção e acompanhamento de autoridades	25
Supervisão do sistema de segurança contra incêndio	5
Operações realizadas	6
Realização de diligências	15
Atendimento de ocorrências	18
Providências pertinentes à gestão do efetivo Policial Militar (escala de serviço, controle de refeições, controle de armamento e munições, fardamento, etc.)	53
Realização de cursos, treinamentos, estágios, palestras e reuniões	23

Apoio e organização de eventos – audiências, palestras, programas, encontros, seminários, jornadas, simpósios, fóruns, congressos etc.	127
Agendamento e providências para utilização dos auditórios	62
Providências pertinentes à gestão das recepcionistas/telefonistas	15
Providências pertinentes à gestão das copeiras/garçons	28
Providências pertinentes à supervisão de serviços terceirizados	42
Expedição de convites	3.150
Expedição de documentos (ofícios, comunicações, exposições de motivos etc.)	428

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades da Assessoria Militar:

Treinamento

Assinatura de convênio com a Polícia Militar para o fornecimento de munições e para o treinamento na área de segurança aos membros do Ministério Público, com a realização de atividades em algumas cidades do Estado.

Convênio com a PMSC

Conclusão do convênio com a Polícia Militar que permitiu a desocupação do terreno do seu antigo canil, localizado às margens da BR101, na Grande Florianópolis, tendo sido construído um novo e moderno canil para aquela corporação, permitindo-se a deflagração do processo licitatório para a construção do almoxarifado do Ministério Público naquele mesmo terreno.

Monitoramento por circuito interno

Solucionados definitivamente dois problemas de segurança relativos às instalações físicas do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com a instalação de um sistema de monitoramento eletrônico com gravação digital de imagens, sendo também realizada a reforma das escadas internas e do sistema de acesso, eliminando acessos indevidos que causavam transtornos e prejuízos para o sistema de segurança do edifício.

Prevenção de acidentes

Constituição de uma comissão interna de segurança e prevenção de acidentes na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, com a realização de treinamentos de extinção de incêndios e de primeiros socorros para mais de 40 servidores do Ministério Público.

Cerimonial

Realização de inúmeros eventos e solenidades, destacando-se entre eles a solenidade de posse do Procurador-Geral de Justiça e as solenidades de lançamento do Programa APOMT em diversas cidades do Estado.

Intercâmbio

Participação nos grupos de discussão dos Assessores Militares do Ministério Público e dos Assessores de Cerimonial dos Ministérios Públicos, com a realização de dois encontros anuais dos dois grupos nesta Capital.

8.6.11 Coordenadoria de Auditoria e Controle

Espécie	Quantidade
Análises de prestação de contas	437
Auditorias	298
Perícias/cálculos	129
Consultorias/pesquisas	90

Em termos qualitativos, destacam-se as seguintes atividades:

Inquérito civil 001/2004

Auditoria em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF) no Inquérito civil 001/2004, que tratou da apuração do cumprimento da carga horária de médicos e dentistas da rede pública municipal e estadual e do Programa de Saúde da Família. Foram auditados os procedimentos dos 293 municípios, além do sistema do Estado.

Pagamento de pessoal

Conclusão do trabalho de auditoria na folha de pagamento de pessoal do Ministério Público, proporcionando uma avaliação dos controles, programa de informática e rotinas utilizados.

Terceiro Setor

Participação no 1º Encontro Catarinense do Terceiro Setor, ocasião em que destacou-se a importância e os cuidados na realização de prestação de contas das fundações ao Ministério Público para contadores, gestores e demais pessoas envolvidas.

Análise de cálculos

Também destacam-se o desenvolvimento das rotinas e ampliação do Setor de Auditoria das Fundações, a análise de cálculos apresentados para o pagamento de precatórios; a elaboração de minuta de ato regulamentando a realização de convênios com o Ministério Público em conjunto com a Coordenadoria de Administração (COAD) e Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça; e o acompanhamento dos gastos com pessoal realizados pelo Ministério Público, com a elaboração de parecer de auditoria ao final de cada quadrimestre.



Lagoinha do Leste
em Florianópolis
:: Santur/Carlos
Saldanha

IV - COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-Geral de Justiça
 Pedro Sérgio Steil

Secretário-Geral do Ministério Público
 Sandro José Neis

Assessores do Procurador-Geral de Justiça
 Durval da Silva Amorim
 Abel Antunes de Mello
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Subprocurador-Geral de Justiça
 Narcísio Geraldino Rodrigues

..... Tel. (48) 3229.9001

pgj@mp.sc.gov.br

Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ)

Moacyr de Moraes Lima Filho
 Anselmo Agostinho da Silva
 Hipólito Luiz Piazza
 Paulo Antônio Günther
 Luiz Fernando Sirydakís
 Demétrio Constantino Serratine
 José Galvani Alberton
 Robison Westphal
 Odil José Cota
 Paulo Roberto Speck
 Jobél Braga de Araújo
 Raul Schaefer Filho
 Pedro Sérgio Steil - Presidente
 Vilmar José Loef
 José Eduardo Orofino da Luz Fontes
 Raulino Jaco Brüning
 Humberto Francisco Scharf Vieira
 Sérgio Antônio Rizelo
 João Fernando Quagliarelli Borrelli
 Hercília Regina Lemke

Mário Gemin
 Gilberto Callado de Oliveira
 Antenor Chinato Ribeiro
 Narcísio Geraldino Rodrigues
 Nelson Fernando Mendes
 Jacson Corrêa
 Anselmo Jerônimo de Oliveira
 Basílio Elias De Caro
 Aurino Alves de Souza
 Paulo Roberto de Carvalho Roberge
 Tycho Brahe Fernandes
 Guido Feuser
 Plínio César Moreira
 Francisco José Fabiano
 André Carvalho
 Gladys Afonso
 Paulo Ricardo da Silva
 Vera Lúcia Ferreira Copetti
 Sidney Bandarra Barreiros
 Lenir Roslindo Piffer - Secretária

Administração

Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) Pedro Sérgio Steil - Presidente Moacyr de Moraes Lima Filho Odil José Cota Paulo Roberto Speck José Eduardo Orofino da Luz Fontes	Tel. (48) 3229.9014 Narcísio Geraldino Rodrigues Nelson Fernando Mendes Jacson Corrêa André Carvalho	csmmp@mp.sc.gov.br
Corregedor-Geral do Ministério Público (CGMP) José Eduardo Orofino da Luz Fontes	Tel. (48) 3229.9033	cgmp@mp.sc.gov.br
Secretário da Corregedoria-Geral Marcílio de Novaes Costa	Assessores do Corregedor-Geral Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol Aor Steffens Miranda Rui Arno Richter	
Corregedora-Geral Substituta Gladys Afonso		
Ouvidoria do Ministério Público José Galvani Alberton - Ouvidor	Tel. (48) 3229.9046	ouvidoria@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Recursos (CR) Paulo Roberto Speck – Coordenador Fernando da Silva Comin – Assessor	Tel. (48) 3229.9115	crecursos@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações (CCF) Aurino Alves de Souza – Coordenador-Geral Davi do Espírito Santo – Coordenador	Tel. (48) 3229.9233	ccf@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional Cível e Eleitoral (CCE) Ivens José Thives de Carvalho – Coordenador	Tel. (48) 3229.9338	cce@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CCO) Antenor Chinato Ribeiro – Coordenador-Geral	Tel. (48) 3229.9212	cco@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Op. de Controle de Constitucionalidade (Ceccon) Gilberto Callado de Oliveira – Coordenador-Geral	Tel. (48) 3229.9319	ceccon@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional Criminal (CCR) Odil José Cota – Coordenador-Geral Paulo Antonio Locatelli – Coordenador	Tel. (48) 3229.9214	ccr@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CIJ) Aurino Alves de Souza – Coordenador-Geral Helen Crystine Corrêa Sanches – Coordenadora	Tel. (48) 3229.9155	cij@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional às Investigações Especiais (CIE) Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin – Coordenador-Geral	Tel. (48) 3214.2000	cie@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CME) Jacson Corrêa – Coordenador-Geral Luciano Trierweiler Naschenweng – Coordenador	Tel. (48) 3229.9216	cme@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (CMA) Basílio Elias De Caro – Coordenador-Geral Gladys Afonso – Colaboradora Rogério Ponzi Seligman – Coordenador João Carlos Teixeira Joaquim – Coordenador Adjunto	Tel. (48) 3229.9224	cma@mp.sc.gov.br
Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária (COT) Sérgio Antônio Rizelo – Coordenador-Geral Maury Roberto Viviani – Coordenador	Tel. (48) 3229.9154	cot@mp.sc.gov.br

Administração

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) Ivens José Thives de Carvalho – Diretor	Tel. (48) 3229.9200	ceaf@mp.sc.gov.br
Conselho Consultivo de Políticas e Prioridades Institucionais (CCPPI) Representante do 2º Grau Representantes do 1º Grau:	conselhoconsultivo@mp.sc.gov.br	
1ª Região - Extremo-Oeste	Raul Gustavo Juttel	
2ª Região - Oeste	Wilson Paulo Mendonça Neto	
3ª Região - Meio-Oeste	Alexandre Carrinho Muniz	
4ª Região - Planalto Serrano	George André Franzoni Gil	
5ª Região - Alto Vale do Itajaí	Mauro Canto da Silva	
6ª Região - Médio Vale do Itajaí	Maristela Nascimento Indalêncio	
7ª Região - Vale do Itajaí e Rio Tijucas	Lenice Born da Silva	
8ª Região - Grande Florianópolis	Jádel da Silva Júnior - Vice-Presidente	
9ª Região - Planalto Norte	Pedro Roberto Decomain	
10ª Região - Norte	Paulo César Ramos de Oliveira - Presidente	
11ª Região - Sul	Janir Luiz Della Giustina	
12ª Região - Extremo-Sul	Cássio Antônio Ribas Gomes - Secretário	
Comissão de Planejamento Institucional (COPLI) Durval da Silva Amorim - Presidente Abel Antunes de Mello Cid Luiz Ribeiro Schmitz Sandro José Neis	Adauto Viccari Júnior Christian Rosa Nelson Alex Lorenz Denis Moreira Cunha - Secretário	copli@mp.sc.gov.br
Assessoria Militar Ten. Cel. Rogério Martins	Tel. (48) 3229.9007	assmilitar@mp.sc.gov.br
Coordenadoria-Geral de Apoio aos Órgãos e Serviços Auxiliares Adauto Viccari Júnior	Tel. (48) 3229.7541	coger@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Auditoria e Controle Jair Alcides dos Santos	Tel. (48) 3229.9130	coaud@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Comunicação Social Nelson Alex Lorenz	Tel. (48) 3229.9011	comso@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Finanças e Contabilidade Márcio Abelardo Rosa	Tel. (48) 3229.7553	cofin@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Operações Administrativas Doris Mara Eller Brüggmann	Tel. (48) 3229.7552	coad@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Pagamento de Pessoal Maria Inês Finger Martins	Tel. (48) 3229.7550	copag@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Planejamento e Estratégias Organizacionais Christian Rosa	Tel. (48) 3229.7554	copeo@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas Ana Lúcia Franceschi	Tel. (48) 3229.9143	copij@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Recursos Humanos Silvana Maria Pacheco	Tel. (48) 3229.7557	corh@mp.sc.gov.br
Coordenadoria de Tecnologia da Informação Alexandre Gaidzinski	Tel. (48) 3229.9135	cotec@mp.sc.gov.br

V - QUADRO DE ANTIGÜIDADE

Entrância Especial

Ernani Dutra
 Donaldo Reiner
 Eroni José Salles
 Sadi Brígido Jung
 Saulo Torres
 Luiz Espíndola dos Santos
 Paulo César Ramos de Oliveira
 Paulo de Tarso Brandão
 Ricardo Francisco da Silveira
 Gercino Gerson Gomes Neto
 Moacir José Dal Magro
 Francisco Bissoli Filho
 Newton Henrique Trennepohl
 Heloísa Crescenti Abdalla Freire
 Norival Acácio Engel
 Fábio de Souza Trajano
 Carlos Eduardo Abreu Sá Fortes
 Luiz Eduardo Braunsperger
 James Faraco Amorim
 Ivens José Thives de Carvalho
 Walkyria Ruicir Danielski
 Paulo Roberto Luz Gottardi
 Alexandre Herculano Abreu

Durval da Silva Amorim
 Ernani Guetten de Almeida
 Vânio Martins de Faria
 Genivaldo da Silva
 Américo Bigaton
 Janir Luiz Della Giustina
 Aor Steffens Miranda
 Eliana Volcato Nunes
 Sandro José Neis
 Mário Luiz de Melo
 Lio Marcos Marin
 Rogério Antônio da Luz Bertoncini
 Rui Arno Richter
 Viviane D'Avila Winckler
 Cristiane Rosalia Maestri Boell
 Luiz Ricardo Pereira Cavalcanti
 Murilo Casemiro Mattos
 Sidney Eloy Dalabrida
 Fábio Strecker Schmitt
 Neori Rafael Krah
 Monika Pabst
 Sonia Maria Demeda Groisman Piardi
 Marcílio de Novaes Costa

Jorge Orofino da Luz Fontes
 Onofre José Carvalho Agostini
 Eduardo Mendonça Lima
 Carlos Alberto de Carvalho Rosa
 Rogê Macedo Neves
 Jayne Abdala Bandeira
 Abel Antunes de Mello
 Leonardo Felipe Cavalcanti Luchezi
 Carlos Henrique Fernandes
 Davi do Espírito Santo
 César Augusto Grubba
 Rui Carlos Kolb Schiefler
 Henrique Limongi
 Ary Capella Neto
 Kátia Helena Scheidt Dal Pizzol
 Hélio José Fiamoncini
 André Fernandes Indalencio
 Paulo Antonio Locatelli
 Alex Sandro Teixeira da Cruz
 Cid Luiz Ribeiro Schmitz
 Protásio Campos Neto

Entrância Final

Aristeu Xenofontes Lenzi
 Carlos Alberto Platt Nahas
 Jorgelita Toner Favaretto
 Maria Regina Dexheimer Lakus Forlin
 Marisa Fátima Lara Souza
 Jádél da Silva Júnior
 Marcelo Truppel Coutinho
 Rosemary Machado Silva
 Elizabete Machado
 Vera Lúcia Coró Bedinoto
 Ruy Vladimir Soares de Sousa
 José Eduardo Cardoso
 Darci Blatt
 Daniel Paladino
 Márcia Aguiar Arend
 Flávio Duarte de Souza
 Leda Maria Hermann
 Margaret Gayer Gubert Rotta
 Raul de Araujo Santos Neto
 Vera Lúcia Butzke
 Cláudia Mara Nollí Melo
 Débora Wanderley Medeiros Santos
 Rosan da Rocha
 Ângela Valença Bordini Silveira
 Ricardo Luis Dell'Agnollo
 Álvaro Luiz Martins Veiga
 Ricardo Marcondes de Azevedo
 Andréa da Silva D uarte
 Miguel Lotário Gnigler
 Marcelo Wegner
 Alexandre Reynaldo de Oliveira Graziotin

Andreas Eisele
 Alexandre Schmitt dos Santos
 Cristina Costa da Luz Bertoncini
 Sérgio Ricardo Joesting
 Leonardo Henrique Marques Lehmann
 Isaac Newton Belota Sabba Guimarães
 Gustavo Mereles Ruiz Diaz
 Fernando Linhares da Silva Júnior
 Maristela do Nascimento Indalencio
 Thais Cristina Scheffer
 Alexandre Daura Serratine
 Maury Roberto Viviani
 Alexandre Wiethorn Lemos
 Eduardo Paladino
 Júlio César Mafra
 Felipe Martins de Azevedo
 Francisco de Paula Fernandes Neto
 Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto
 Luis Suzin Marini Júnior
 Rogério Ponzi Seligman
 Vânia Augusta Cella Piazza
 Fabiano David Baldissarelli
 Assis Marciel Kretzer
 Joubert Odebrecht
 Havah Emília Piccinini de Araujo Mainhardt
 Andrey Cunha Amorim
 Júlio André Locatelli
 Marcelo Brito de Araújo
 Mário Vieira Júnior
 Juliana Padrão Serra de Araújo
 Rafael de Moraes Lima

Luiz Augusto Farias Nagel
 Joel Rogério Furtado Junior
 Sandro Ricardo Souza
 Helen Crystine Corrêa Sanches
 Geovani Werner Tramontin
 George André Franzoni Gil
 Kátia Rosana Pretti Armange
 Luciano Trierweiller Naschenweng
 Rodrigo Millen Carlin
 Rosangela Zanatta
 Sandro de Araujo
 Cristina Balceiro da Motta
 Maria Luzia Beiler Girardi
 Anelize Nascimento Martins Machado
 Fabrício Nunes
 Milani Maurilio Bento
 Nazareno Bez Batti
 Fabiano Henrique Garcia
 Affonso Ghizzo Neto
 Celso Antonio Ballista Junior
 Jonnathan Augustus Kuhnén
 Gustavo Viviani de Souza
 Fabrício José Cavalcanti
 Márcio Conti Junior
 Aurélio Giacomelli da Silva
 Ana Paula Cardoso Teixeira
 Marcelo Mengarda
 Alexandre Piazza
 Marcelo Gomes Silva

Quadro de Antigüidade

Entrância Intermediária

Pedro Roberto Decomain
 Eraldo Antunes
 Karla Bárdio Meirelles Menegotto
 Viviane Damiani Valcanaia
 Ricardo Figueiredo Coelho Leal
 Vânia Lúcia Sangalli
 José Orlando Lara Dias
 João Carlos Teixeira Joaquim
 Hélio Sell Júnior
 João Carlos Linhares Silveira
 Simone Cristina Schultz
 Cristian Richard Stahelin Oliveira
 José de Jesus Wagner
 Douglas Alan Silva

Diana Spalding Lessa Garcia
 Laudares Capella Filho
 Jean Michel Forest
 Odair Tramontin
 Sandra Goulart
 Ricardo Viviani de Souza
 Maria Amélia Borges Moreira
 Heloisa Melo
 José Renato Côrte
 André Otávio Vieira de Mello
 Gilberto Polli
 Deize Mari Oechsler
 Wilson Paulo Mendonça Neto
 Luciana Rosa

Benhur Poti Betiolo
 Fernando da Silva Comin
 Osvaldo Juvencio Cioffi Junior
 Silvana Schmidt Vieira
 Ricardo Paladino
 Mauricio de Oliveira Medina
 Amélia Regina da Silva
 Alexandre Carrinho Muniz
 Jackson Goldoni
 Rodrigo Silveira de Souza
 Rodrigo Kurth Quadro
 Gustavo Wiggers
 Leonardo Todeschini

Entrância Inicial

Victor Emendorfer Filho
 Henriette Marlowe Rotta Lemos
 Cristina Elaine Thome
 Andréa Machado Speck
 Alício Henrique Hirt
 Luciana Schaefer Filomeno
 João Alexandre Massulini Acosta
 Nilton Exterkoetter
 Jussara Maria Viana
 Maria Cristina Pereira Cavalcanti
 Murilo Adaghinari
 Silvana do Prado Brouwers
 Adalberto Exterkötter
 Rafael Alberto da Silva Moser
 Luiz Mauro Franzoni Cordeiro
 Caio César Lopes Peiter
 Cristine Angulski da Luz
 Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio
 Cristiano José Gomes
 Cesar Augusto Engel
 Carla Mara Pinheiro Miranda
 Patricia Dagostin
 Roberta Mesquita e Oliveira

Lenice Born da Silva
 Susana Perin
 Nádea Clarice Bissoli
 Alvaro Pereira Oliveira Melo
 Luiz Fernando Góes Ulysséa
 Alan Boettger
 Daniel Westphal Taylor
 Fabrício Franke da Silva
 Andrea Gevaerd
 Marco Antonio Schütz de Medeiros
 Max Zuffo
 Gláucio José Souza Alberton
 Nataly Lemke
 Marcio André Zattar Cota
 Lara Peplau
 Wagner Pires Kuroda
 Fred Anderson Vicente
 Mauro Canto da Silva
 Ana Cristina Boni
 Marcus Vinícius Ribeiro de Camillo
 Giovanni Andrei Franzoni Gil
 Renee Cardoso Braga
 Cléber Augusto Hanisch

Rafael Meira Luz
 Luis Felipe de Oliveira Czesnat
 André Braga de Araújo
 Jadson Javel Teixeira
 Cláudio Everson Gesser Guedes da Fonseca
 Cássio Antonio Ribas Gomes
 Jorge Eduardo Hoffmann
 Priscilla Linhares Albino
 Tatiana Rodrigues Borges
 Marcelo de Tarso Zanellato
 Diógenes Viana Alves
 Raul Gustavo Juttel
 Eduardo Chinato Ribeiro
 Belmiro Hanisch Júnior
 Rodrigo Cunha Amorim
 Ernest Kurt Hammerschmidt
 Marcionei Mendes
 Caroline Moreira Suzin
 André Teixeira Milioli
 Henrique da Rosa Ziesemer
 Luciana Uller
 Jean Pierre Campos
 Guilherme Luis Lutz Morelli

Substitutos

Regina Kurschus
 Raul Rogério Rabello
 Ivanize Souza de Oliveira
 Henriqueta Scharf Vieira
 Mário Waltrick do Amarante
 Vanessa Wendhausen Cavallazzi Gomes
 Analú Librelato Longo
 Thiago Carriço de Oliveira
 Luiz Fernando Fernandes Pacheco
 Rejane Gualarte Queiroz
 Eduardo Sens dos Santos
 Glauco José Riffel
 Marcio Rio Branco Nabuco de Gouvêa



*Entardecer no Planalto Serrano
:: Ênio Frassetto*



MINISTÉRIO PÚBLICO

Estado de Santa Catarina

